



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 81

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de outubro de 2022

Presidente: Deputado Luís Garcia

Secretários: Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Gomes e Tiago Branco)

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com a [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentada pela Representação Parlamentar do IL.

Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Isabel Teixeira (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*).

Para prestar esclarecimentos usaram da palavra as Sras. Secretárias Regionais do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*) e da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*),

do Mar e Pescas (Manuel São João), do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

A sessão prosseguiu com a - [Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 138/XII – “Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Seguiu-se o debate e votação da [Anteproposta de Lei n.º 8/XII – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”](#) apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

Usaram da palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Luís Soares (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Ind.*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS/PP*).

A Anteproposta de Lei n.º 8/XII foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Ind.*).

Por último avançou-se para o debate da [Anteproposta de Lei n.º 14/XII – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”](#) apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), Carlos Furtado (*Ind.*), Paulo Estevão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Maria **Valdemira** Gouveia Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte** **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António **Vasco** Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Vieira

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da nossa reunião com o ponto 1.

- **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentadas pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A apresentação de perguntas versa sobre o tema: **Atividade Social, Económica e Cultural da ilha de São Jorge**, regem esta matéria, os art.ºs 180º e 181º do nosso Regimento, e, conforme foi deliberado na Conferência de Líderes, esta sessão de perguntas tem um perigo global de 3 horas com os seguintes objetos.

- A importância do Desenvolvimento Social;
- Especificidades Geográficas e Ambientais;
- Atividades Fundamentais ao Desenvolvimento e Crescimento Económico.

O proponente, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm o direito de fazer três perguntas por objeto, o CDS/PP, o Bloco de Esquerda e o PPM duas perguntas por objeto, as Representações Parlamentares do CHEGA e do PAN uma pergunta por objeto.

Lembro que apenas o proponente tem direito a réplica, tendo três minutos para fazer a pergunta, o Governo cinco minutos para responder, e, na réplica o proponente tem três minutos e o Governo também três minutos.

Vamos dar início a esta sessão de perguntas para a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Todos os meses temos dedicado as nossas visitas a algumas parcelas do nosso território, com o intuito de preparar estas sessões de perguntas, reunindo com forças vivas, com autarcas, com empresas, com o setor cooperativo, com o setor social, tentando abranger o máximo possível das populações e o máximo possível das sensibilidades.

Na ilha de São Jorge, fomos encontrar as mesmas reclamações de há vinte anos, as mesmas questões de há vinte anos, os mesmos desamparos de há vinte anos.

Bem sei que são algumas responsabilidades herdadas, mas com quase dois anos de governação, também há responsabilidades desta governação, também há responsabilidades que já deveriam estar colmatadas, também há situações que se mantêm, que, infelizmente não se deveriam manter, mas infelizmente se mantêm. Na Fajã dos Vimes, fomos encontrar duas pessoas, a viverem situações que cuidei no séc. XXI, já não existiriam.

Não esperando por essa sessão de perguntas, em setembro passado, fizemos um requerimento ao Governo Regional, por escrito, o qual nos foi respondido a tempo e a horas, como é costumeiro nesta legislatura, mas, também como é costumeiro nesta legislatura, com poucas respostas, respostas vagas, algumas atabalhoadas, algumas que até contradizem as outras, fazendo lembrar aquilo que o povo sabiamente diz, *gato escondido com o rabo de fora*.

Mas, esta situação que fomos encontrar na Fajã dos Vimes, teve da parte do Governo Regional dos Açores, em requerimento escrito, a resposta de que tem conhecimento da verdade dos factos e pleno controlo da situação.

O que interessa perguntar neste momento ao Governo, é que tendo, conhecimento da verdade dos factos e pleno controle da situação, porque razão essas duas pessoas continuam ao dia de hoje, ao momento presente, nas mesmas circunstâncias que estavam em setembro passado, ou seja, um mês depois?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor.

***) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, a questão que aqui traz já lhe foi respondida em requerimento e bem esclarecida.

O que me espantou nas informações que nos mandou, é que as fotografias estavam desatualizadas da atualidade, ou seja, aquelas fotografias que nos foram enviadas não correspondiam à data a que o Sr. fez a visita, portanto.

Mas devo-lhe dizer, por exemplo, que a varanda já estava feita, há memórias fotográficas da obra, mas essa situação está resolvida ao dia de hoje.

E, uma das questões, da mãe e da filha, obviamente que o Governo não se vai meter no conflito familiar, isso também foi explicado no requerimento.

E, essa situação, como disse e bem, foi herdada já tinha 20 anos ou 10 anos pelo menos, uma delas, e, este Governo logo de imediato começou a resolver a situação, logo de imediato, portanto, as acusações que fez, enfim pronto está no seu direito de as fazer, faz as acusações que quer, mas também, o Sr. José Gaspar dos Reis, que reside nesse apartamento de tipologia t1 na Fajã dos Vimes, e, conforme a informação anterior, a execução das obras está a ser acompanhada pelos serviços técnicos de vida da habitação, da Direção Regional da Habitação e executadas segundo as boas práticas da construção civil, estando executada a totalidade do apoio e a habitação a ser equipada para que até ao dia 14 de outubro, o Sr. José Gaspar dos Reis, esteja a residir permanentemente na sua habitação, se não se mudou foi porque não quis, Sr. Deputado, é a informação que eu tenho sobre esta questão.

A outra Sra. presumo que até já se mudou, porque presumo que até já se entendeu que a filha e já fez a mudança, a obra estava pronta para a Sra. mudar, a Sra. não

se entendia com a filha, já se entendeu, já está na casa, realmente tem razão, Sr. Deputado, eram situações degradantes que nós encontramos, mas ficava eu satisfeito, Sr. Deputado, se fossem só aquelas duas, infelizmente não foram, estamos atentos, quando nos sinalizam essas situações, e, é esse também o papel dos Deputados e eu agradeço, porque também nos permite chegar mais rápido em auxílio a alguém que até possa passar despercebido, os Deputados têm essa função, eu já tive muitos anos, e, portanto, fez bem o Sr. Deputado em sinalizar o problema, alertar o problema.

Mas, Sr. Deputado, como há coisas atabalhoadas, como diz nas respostas aos requerimentos, também as perguntas devem ser mais focadas e tentamos responder ao seu requerimento a tempo e horas como viu, podia-lhe responder até no dia a seguir à entrada do requerimento, apenas não estava cá e tive que me ausentar, mas recebeu a resposta rapidamente, não ficamos à espera de terminar tempos, porque as obras já estavam em execução, quer num caso quer no outro, no caso da Sra., que eu não vou aqui referir, era pronto, a Sra. estava ali com desentendimento da sua família.

Obviamente que o Governo, este Governo ou qualquer outro Governo, não chega a todas as situações, é impossível, essas degradantes, Sr. Deputado, já tenho encontrado algumas tenho resolvido as que posso, com a celeridade que posso, em várias ilhas, não é só em São Jorge, em algumas ilhas e vamos, naturalmente, tentando acudir esses casos que as pessoas têm que ter o mínimo de dignidade de habitação.

Como sabe, esses casos, alguns casos são sociais, difíceis de resolver e que implica outro tipo de ação.

Felizmente estou satisfeito porque os Serviços da Direção Regional da Habitação de São Jorge conseguiram resolver estes dois casos, estão absolutamente resolvidos.

Obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Nuno Barata, para direito à réplica, faça o favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente.

Obviamente, que o Governo não pode chegar a tudo, mas também é claro, óbvio, notório e em Jornal Oficial, que o Governo tem os seus departamentos de ilha, para chegar precisamente a tudo e nesse aspeto o Governo ao qual o Sr. Vice presidente, não se coibiu de nomear amiúde gente por todas as ilhas em todos os departamentos e, portanto, há de ter gente capaz de acudir na hora aos sítios...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas antes não havia ninguém nomeado!

(*) O Orador: ... onde é preciso, se não se não tem, era bom começar a rever estas escolhas.

Na resposta ao requerimento da Iniciativa Liberal, que não foi nem extemporâneo nem abusivo, o Governo responde: *nenhum dos cidadãos referidos é apoiado financeiramente pelos serviços de ação social, nem existe qualquer contrato com o senhorio das habitações*, no entanto, o Governo vem aqui dizer que acudiu, até porque as fotografias estão desatualizadas.

No mesmo requerimento, o Governo diz que *não pode facultar as cópias dos processos de apoio e acompanhamento social dos cidadãos por forma a aferir o Regulamento Geral de Proteção de Dados*, ora, se há processo ou não há processo, se não há processo, não há que esconder o processo do RGPD, temos que perceber se há processo ou não há processo, se houve acompanhamento, se não houve acompanhamento e o caso aqui, Sr. Vice-Presidente, é que, e eu

gostava que me esclarecesse, eu entendo que não houve acompanhamento e não houve acompanhamento, precisamente porque se entregou a chave de uma obra que foi feita pela sua Vice-presidência, pela Direção Regional de Habitação, de uma obra de uma casa que é de uma proprietária que continuava a viver, a casa é pronta, arranjada com a porta fechada, porque entregaram a chave à filha, em vez de entregar a chave à Sra., eu não me quero meter nas relações entre a filha e a Sra., eu não tenho nada a ver com isso, aliás, os seus serviços estavam a pagar e estão a pagar duas rendas, uma para a filha, outra para a Sra.....

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não estão a pagar nada!

(*) **O Orador:** ... e mais uma terceira casa vazia fechada, à espera de que as pessoas vão para lá.

E, portanto, Sr. Vice-Presidente, isso aqui parece-me, como disse há pouco, e o povo diz, *gato escondido com o rabo de fora*, ou há processo ou não há processo, eu queria que o Sr. me esclarecesse se há processo, se não há processo e se houve acompanhamento, ou se não houve acompanhamento, ou se as pessoas continuam desacompanhadas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra faça favor, dispõe de três minutos.

*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado, Nuno Barata pode se acalmar, porque essa sua irritação extemporânea é que não resolve nada.

A Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado, como sabe, apoia obras, não faz obras, apoia as obras e efetivamente não estavam a receber nenhum apoio social e, portanto, a Região Autónoma dos Açores apoia obras e o proprietário faz as obras, é assim que se processa, Sr. Deputado Nuno Barata.

Relativamente ao conflito entre mãe e filha, como o Sr. não se quer meter, nós também não nos queremos meter, o que nós quisemos resolver foi resolver a situação e essa está resolvida ao dia de hoje!

Deputado Nuno Barata (IL): Não está, não está!

(*) O Orador: Está sim Sr., o Sr. mais uma vez está mal informado, como estava com as fotografias que apontou no requerimento e, portanto, a situação está resolvida, a Sra. se não se muda é porque não quer, presumo até que já se mudou e o outro Sr. está absolutamente resolvido.

A Região Autónoma dos Açores dá o apoio para as pessoas fazerem a obra, a pessoa faz a obra, é isso que se passa tão simplesmente. A explicação no requerimento está correta, é assim que se faz, é assim que se fez, a não ser que se altere a legislação, mas os apoios à habitação são dados desta forma e são executados por quem os pede, ou seja, o próprio.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente. Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Conselho de ilha de São Jorge já analisou a anteposta do Plano e Orçamento para 2023, emitindo parecer desfavorável, algo que não me lembro de ter acontecido anteriormente, ademais, com a constituição do mesmo.

Demonstrando bem a insatisfação que está patente nas propostas apresentadas e na diminuição de cerca de 23 milhões de euros no investimento nesta ilha, não esquecendo que a taxa de execução de 2021 foi só 31.9%.

Este Governo iniciou o seu mandato tendo como bandeira uma taxa de execução plena, afinal, não é bem assim.

Conforme indicam as taxas de envelhecimento de 2021, os dois concelhos de São Jorge são dos que apresentam o índice de envelhecimento mais elevado. É necessário existir uma política de coesão para garantir condições na criação de progresso e de bem-estar de todos os açorianos, independentemente do lugar onde vivem.

Em agosto de 2020, Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, apresentou um estudo para a criação do Centro Intergeracional, no Centro Social e Paroquial de Santo Antão, que incluía a criação de um Centro de Dia com vinte vagas, um Centro de Noite com cerca de quinze vagas, assim como novas instalações para a Creche, para o Centro de Atividades de Tempos Livres e para o Serviço de Apoio ao Domicílio.

O Presidente Vasco Cordeiro na apresentação deste projeto, destacou e passo a citar: *este Centro tem a ver com a nossa Região, porque quando, mesmo na comunidade mais pequena e mais afastada dos centros, se criam condições para realizar o bem estar social é toda a Região que sai mais forte e mais favorecida*, fim de citação.

Este Governo não inclui no projeto de requalificação a criação do Centro de Noite, levando a uma insatisfação dos habitantes de Santo Antão e do Topo com as vossas políticas. O lar mais próximo é o da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, estando esta instituição sem resposta para dar aos idosos do seu concelho, a sua capacidade está esgotada e com lista de espera, como é de conhecimento deste

Governo, possui um terreno com capacidade para ampliação, precisam de realizar esta obra com celeridade.

Os partidos da coligação deste Governo, nos seus manifestos defendiam o seguinte, o CDS/PP, a criação do referido Centro, dotando o mesmo de meios técnicos e humanos necessários, o PSD garantir a construção do Centro de Dia e Lar de Idosos.

Na reunião da avaliação da anteposta, o Conselho de ilha propõe reavaliar a hipótese de ser integrada a valência de Centro de Noite ou outro conceito que dê resposta social a situações naquela área territorial.

Vai este Governo abandonar este compromisso que fizeram aos habitantes de Santo Antão e Topo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Isabel, eu sinceramente, não esperava que me fizesse essa pergunta, eu esperava que se envergonhasse de me fazer essa pergunta.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Eu não!

(*) O Orador: Porque o que nós vimos não foi nenhum projeto, foi um desenho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

(*) O Orador: ... que o seu Governo deixou a este Governo, um desenho num papel, foi que o seu Governo deixou este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: A Sra. sabe, sabe, já lá vou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade Sr. Vice-Presidente!

(* **O Orador:** Um desenho, um desenho, o projeto estava na Câmara?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pago pela Câmara municipal da Calheta!

(* **O Orador:** Um desenho, Sra. Deputada, um desenho que os Srs. deixaram sem verba, sem nada, um desenho, eu não lhe quero chamar o nome que devo chamar àquilo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Chame o que quiser!

(* **O Orador:** Porque, o que a Sra. deixou, especificamente o seu Governo, foi uma coisa megalómana que não cabia no espaço, que, até com a requalificação que fizemos, ainda a Câmara não conseguiu aprovar porque o PDM não permite.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A Câmara é que aprovou o projeto!

(* **O Orador:** O PDM não permite, Sra. Deputada.

E, portanto, tivemos que readaptar o projeto, pô-lo em condições e fazer um projeto credível e realizável.

E sobretudo, Sras. e Srs. Deputados, fazer com que seja um projeto sustentável, porque nesta Região não faltam e IPSS's que por causa de projetos irrealistas, estão à beira da falência e não conseguem ter sustentabilidade,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(* **O Orador:** ... porque os Srs. não foram capazes de o fazer. Nós temos algumas IPSS's e, até aqui bem perto, com megalomanias patrocinadas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

(* **O Orador:** ... que depois não se consegue financiar a sua sustentabilidade, esse é que é o problema e nós temos que ser um Governo responsável, não podemos atirar as pessoas para a irresponsabilidade e dava-lhe mais um exemplo, Sra. Deputada, não em São Jorge, mas em Ponta Delgada, onde a Sra. tem instalada...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A senhora não! O senhor! O senhor é que está no Governo!

(*) O Orador: ... os Sem Abrigo e a Cáritas, aquilo é o cúmulo da ineficiência, é o cúmulo da irresponsabilidade do seu Governo, Sra. Deputada.

Portanto, listas de espera, Sra. Deputada Maria Isabel, há quanto tempo há lista de espera na Calheta? Foi nestes dois anos?

A Sra. resolveu nos vinte e cinco anos que lá esteve?

Não, a Sra. não estava, mas estava o seu Governo, o Governo que a Sra. representa, o Governo que a Sra. defende, não havia lista de espera na Calheta?

Não havia lista de espera nas Velas? Mas nós nas Velas já estamos a remodelar...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já estava a ser remodelada!

(*) O Orador: ... a Casa de Repouso Inácio de Sousa, para exatamente, não estava nada, tinha um projeto, já estava a remodelar a casa para exatamente a cozinha, etc., para poder ampliar a capacidade de resposta e também há de chegar a São Jorge o Projeto do Idoso em Casa, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, está nervosa?

Deputado João Vasco da Costa (PS): O Sr. é que está!

(*) O Orador: A Sra. está sempre aí a fazer de ponto, está sempre a fazer de ponto...

E, portanto, Sra. Deputada, e, na habitação, eu talvez me vou inibir de dizer quantos processos eu herdei e zero concretizados, Sra. Deputada Maria Isabel e zero concretizados.

Deputado João Vasco da Costa (PS): E responder à pergunta, não?

(*) O Orador: Portanto, no papel não faltavam projetos, não faltavam desenhos, concretizar, agora, a Sra. Deputada vá a Santo Antão e pergunte o que é que se passa?

Porque é que o Centro Internacional ainda não avançou?

Pergunte! Para explicar aos Jorgenses, porque é que não avançou, porque é que a Câmara também não resolve o assunto.

Agora, Sra. Deputada, fazer um Lar de Idosos...

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Não, não! O centro de noite!

Deputado João Vasco da Costa (PS): Lar de idosos era proposta do PSD!

(*) **O Orador:** Não, não, o Centro de Noite, o que é um Centro de Noite, Sra. Deputada?

É que vêm com essas denominações e depois vem a fiscalização da União Europeia e vê que aquilo, afinal de contas, é um Lar de Idosos, é um Lar de Idosos e, portanto, um Centro de Noite ou um Lar de Idosos, exige respostas que, para ser sustentável, Sra. Deputada, tem que ter um número mínimo de camas eu não lhe vou explicar isso, mas se quiser, eu também explico, o número mínimo de camas para ser sustentável, não é espalhar lares de idosos, espalhar IPSS's, nós somos a Região do país com a maior densidade de IPSS's.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

(*) **O Orador:** A maior densidade de IPSS's é nos Açores, isto quer dizer alguma coisa, Sra. Deputada, isto quer dizer alguma coisa e a coisa não é boa, isto quer dizer alguma coisa, que andamos a criar IPSS's talvez com outro objetivo que não de ajudar as pessoas, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Pacheco (CH): Doa a quem doer

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma afirmação gravíssima de quem tutela o setor social dos Açores! Vai ter de explicar às IPSS!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional.

No dia 22 de julho do corrente ano, o Sr. Presidente do Governo Regional aquando da visita estatutária a São Jorge, em declarações à comunicação social, destacou o reforço das condições no Centro de Saúde da Calheta, com a abertura de concurso para a contratação de dois médicos, dizendo, e, passo a citar: *Estamos a reforçar as condições no Centro de Saúde de Calheta, de São Jorge, com a aposta no aumento de profissionais de saúde, foram abertos concursos para dois médicos e um regressou*, fim de citação.

No entanto, através da pesquisa do concurso em questão, nomeadamente da oferta de emprego n.º 532/2022, é possível comprovar que o concurso ficou deserto. Portanto, mais uma vez foi feita propaganda política com a abertura de concursos omitindo que os mesmos não se traduzem em contratação efetiva pela ausência de candidatos.

Mas este não é um caso isolado em São Jorge, o procedimento concursal para a contratação de um médico de saúde pública também ficou deserto. A grande questão é, por que razão não conseguiu o Governo Regional atrair e fixar médicos em São Jorge? A resposta parece óbvia, uma vez que as quotas de incentivos à fixação do pessoal médico só foram divulgadas meses após os respetivos concursos.

Como podem os médicos se fixar nestas unidades de saúde de ilha quando não lhes é facultada atempadamente a informação sobre os incentivos? Assim sendo, questiono, como pretende o Governo Regional resolver este problema e se voltará a abrir novos concursos agora que já são conhecidas as quotas de incentivos à fixação do pessoal médico.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

O Governo, pretende resolver este problema na exata medida em que tem resolvido todos os outros, exatamente com determinação e assumindo que as questões de saúde se resolvem mais com atos concretos do que com palavras.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(*) **O Orador:** E os atos concretos são estes: desde 30 de novembro de 2020, este Governo Regional contratou já, só para os quadros, sem contar com contratos COVID e com outros contratos, só para os quadros, 16 profissionais para o sector da saúde.

Deputada Alexandra Manes (*PS*): Em São Jorge?

(*) **O Orador:** Foram quatro médicos, um enfermeiro, um técnico superior de diagnóstico e terapêutica, cinco assistentes técnicos e cinco assistentes operacionais.

Entretanto, há duas médicas que, depois de terem assumido as funções, pediram para sair, coincidiu com o período da crise sismo-vulcânica de São Jorge, nesse período, houve duas médicas que pediram para sair de São Jorge.

Entretanto, estão abertos procedimentos para mais dois médicos, estando assegurado pelo menos um, vai ser contratado, um está assegurado.

Deputado António Lima (*BE*): vão para o lugar dos dois que saíram! Saem dois, entram dois, ficamos iguais!

(*) **O Orador:** Estou a dizer aquilo que está a acontecer com a transparência total, aqueles que entraram, aqueles que saíram e quais são os concursos que estão abertos, percebo que esta transparência e essa frontalidade incomoda aqueles que

querem lançar a confusão e criar uma sombra sobre tudo aquilo que tem a ver com a ação deste Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: E para dizer que estão autorizados dois concursos para médicos, sendo certo que um médico já está contratado, há uma outra prestação de serviços de médico que pretende exercer funções com esta natureza jurídica e não com outra, que também já está assegurado, dois enfermeiros, três assistentes operacionais, um terapeuta ocupacional, dois psicólogos, um terapeuta da fala, dois fisioterapeutas, dois técnicos de análises, mais um enfermeiro, mais um médico dentista e mais três assistentes operacionais, são os processos que estão em curso, e, confundir aberturas de concursos com propaganda política, diz bem da consciência que tenho sobre aquilo que é governar, governar é decidir, e só se pode contratar depois de se abrir concursos, penso que fui claro, abriram-se os procedimentos, foram autorizados e as pessoas concorrem, confundir isto com propaganda política, fica para quem faz esse tipo de apreciação.

Devo dizer que relativamente aos incentivos à fixação, no ano de 2020, o último ano da Governação Socialista à qual o Bloco de Esquerda se liga, sabe quantos incentivos à fixação foram pagos ou aprovados para médicos em 2020? No ano todo de 2020?

Nenhum, zero, foi este Governo, depois de iniciar funções é que tratou dos processos de incentivos à fixação de médicos para 2020, mas não foi só isso, neste momento, já estão a ser pagos incentivos à fixação 2021 e 2022. O tempo para nós é um problema, porque queríamos mais tempo para conseguirmos resolver aquilo que em menos de dois anos já resolvemos. Relativamente aos profissionais de saúde de São Jorge, penso que esclareci aquilo que questionou, referindo exatamente os profissionais que foram contratados, os processos que estão em

curso e os sistemas de incentivos à fixação que estão em curso, que já estamos a pagar 2021 e de 2022.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo. Primeiro começar por dizer que é sempre importante este tipo de sessão de perguntas, para também falarmos de forma mais pormenorizada sobre as questões particulares de cada ilha e, deve ser, e é isso que se tem pautado estas sessões de perguntas, têm sido esclarecedoras de forma a compreendermos aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido, perspetivas de futuro para cada uma das ilhas das quais já se proporcionaram essas sessões de perguntas, mesmo quando muitas vezes querem fazer parecer que não é assim ou quando as respostas não lhes agradam.

Também dizer que acho que não devemos utilizar esta sessão de perguntas para que seja uma antecipação à discussão da Anteproposta do Plano e Orçamento e será no mês de novembro, e, focarmo-nos e cingir-nos àquilo que é os objetos desta sessão de perguntas.

E o primeiro objeto sendo o desenvolvimento social, no caso particular da ilha de São Jorge, o setor primário e, mais concretamente, a agricultura, tem uma importância crucial no desenvolvimento económico, mas também no desenvolvimento social, uma vez que de uma forma direta ou indireta, muitas são as famílias que dependem deste sector de atividade.

A verdade é que São Jorge tem-se deparado com alguns desafios, à semelhança de toda a Região, mas com algumas particularidades da nossa

ilha, e, a verdade é que muitas vezes os produtores têm-se deparado com situações difíceis, até também dada à realidade que vivemos atualmente e ao aumento dos preços e dos custos de produção, nomeadamente do também do litro de leite,...

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente isto não é uma questão!

(*) A Oradora: ... e a verdade é que têm surgido, têm tido algumas dificuldades e uma medida que nos parece que foi de todo importante para a sustentação do setor agrícola e para os agricultores, foi a medida deste Governo em acabar com os rateios...

Deputada Ana Luís (PS): Isto não tem nada a ver com a área social!

(*) A Oradora: ... a verdade é que muitos agricultores, por exemplo, no passado, faziam uma candidatura à vaca leiteira, que são 190 euros e recebiam apenas 90 euros de subsídio,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(*) A Oradora: ... a verdade é que havia produtores que faziam a candidatura ao subsídio de abate, que são 100 euros por animal e recebiam 50, é verdade que isto tenha exigido um esforço financeiro da Região, é verdade, mas o que é profícuo naquilo que é o rendimento dos produtores, aquilo que os produtores podem prever que vão receber para gerir a sua exploração agrícola e isso é muito importante, também, para o desenvolvimento social destas famílias, um importante contributo também na ilha de São Jorge.

E a questão que queria colocar, era se o Sr. Secretário nos poderia transmitir o que é que tem sido o impacto, em concreto na ilha de São Jorge da não existência destes rateios, uma vez que é um apoio importante aos nossos agricultores.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, peço uma interpelação à mesa para questionar qual é o ponto que estamos a discutir, porque parece-me que estamos na área social...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ah, e a agricultura não é social?

(*) **O Orador:** ... e a pergunta que é colocada é de uma atividade económica que se enquadra noutra ponto.

De qualquer forma, Sr. Presidente, faço a pergunta e aguardo a sua interpretação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação, e, a Mesa considerou, que naturalmente, esse apoio tem impactos também sociais, com certeza.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agradeço a pergunta, naturalmente, que a agricultura nos Açores tem um impacto económico, mas muito social, obviamente na manutenção e fixação da população aos territórios, na renovação do tecido produtivo, na existência de novos negócios e, portanto, está na base, muito na base social e económica quer dos Açores, quer em São Jorge, sem agricultura também não há, obviamente, o setor social, é inequívoco, muito mais em São Jorge que desde há séculos que a ilha vive do seu bilhete de identidade, que é o queijo de São Jorge e da sua produção específica,

que é a produção de leite, que é muito diferenciada, relativamente às outras ilhas. É algo bom, é algo que nós privilegiamos, é algo que nos diferencia e potencia os agro alimentos dos Açores no próprio mundo.

Em concreto, à sua pergunta, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, dizer-vos que o impacto dos apoios à perda de rendimento são apoios à perda de rendimento e é preciso esclarecer de que esses apoios são direcionados para a produção de agro alimentos em todo o mundo e muito mais na União Europeia, porque permitem que os consumidores que somos todos nós tenham produtos mais acessíveis e, sendo assim, obviamente tem um impacto social elevado e relevante na vida das pessoas.

Nesse sentido, quando tomámos posse, eliminamos aquilo que eram os cortes a esses apoios à perda de rendimento, quando comparativamente aos últimos anos da governação do PS com a governação deste Governo, a diferença foi uma diferença de 13 milhões de euros, ou seja, nós fizemos com um esforço do Orçamento Regional, eliminamos os apoios com mais 13 milhões de euros, isso significa que se o PS estivesse a governar, os agricultores teriam anualmente um corte de 13 milhões de euros, naquilo que eram os apoios diretos às produções animais e vegetais, mas também, não esquecer que em 2019 foram fechadas as candidaturas à extensificação pecuária, às medidas agroambientais, à agricultura biológica e desceram 30 euros em escalão naquilo que é uma medida para as zonas desfavorecidas, ou seja, que é as *MZD*, a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Não esquecer que recuperamos todo este impacto, isto significa que em São Jorge há um impacto positivo financeiro de cerca mais 600 mil euros anual para os produtores agrícolas em São Jorge. Ora, certamente que isto também tem um impacto muito social na vivência, no dia a dia, naquilo que são as atividades económicas da população de São Jorge.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

A questão que estamos aqui a discutir é o desenvolvimento social, desenvolvimento social, e, eu não percebo como é que pode ser colocado em causa que o setor agrícola é essencial para o desenvolvimento social na ilha de São Jorge e nos Açores.

Isto significa,...

Deputada Ana Luís (PS): Crescimento e desenvolvimento económico!

(*) O Orador: ... que muita gente acha que o sector agrícola está a ser privilegiado por parte deste Governo e que este Governo tem estratégia para o desenvolvimento do sector agrícola e há muita gente que tem exatamente uma política de oposição e de desfavorecimento em relação ao sector agrícola, mas isto acabou com o Governo anterior.

Com este Governo há de facto, uma política próxima e amiga dos agricultores,...

Deputado Berto Messias (PS): E de que maneira?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O que é que o senhor quer dizer com isso? O senhor está a insinuar o quê?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário António Ventura tem muitos amigos no setor!

(*) O Orador: ... porque é importante que aqui se diga é um setor que continua a ser o principal setor nos Açores, continua a ser o principal setor e nós vimos a sua pujança e a sua força durante a crise do COVID em que se manteve intacto, em

que se manteve a produzir e em que o seu papel foi fundamental para que a Região Autónoma dos Açores ultrapassasse as dificuldades que estava a enfrentar na altura, foi graças ao setor agrícola e, por isso, este discurso, estes desfavorecimento quanto ao sector agrícola e o seu impacto social e a sua importância para o desenvolvimento social, demonstra muita coisa, demonstra a oposição que os Srs. sempre tiveram o desfavorecimento em relação ao sector agrícola.

Por isso, o Sr. Secretário, insisto nas questões neste setor, porque é um setor essencial, é um setor em São Jorge, que é um setor fundamental, não há desenvolvimento social sem um sector agrícola pujante na ilha de São Jorge e, por isso, a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário: que dificuldades específicas encontrou na ilha de São Jorge, em relação aos anteriores Governos, os anteriores Governos não tinham resolvido, e, que práticas, que estratégia foi adotada de forma específica para ultrapassar essas dificuldades e permitir a recuperação que se tem vindo a reconhecer que tem vindo a suceder ao longo dos dois anos que este Governo está a desempenhar funções?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura. faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Efetivamente a agricultura e o agro rural em todas as ilhas, são aqueles que

se observarmos com atenção, é aquele setor que se mantém sempre em atividade e permite a recuperação económica quando estamos em crise.

E se isto não é um contributo fundamental para o social, eu não sei que outro contributo nós podemos daqui tirar esta lógica.

Isto é, é perante todas as crises, crises de âmbito dos alimentos, crises no âmbito, como já houve, no âmbito do turismo, crise no âmbito das sanidades, que a agricultura é um setor que se mantém a produzir alimentos

para colocar na mesa de todos os açorianos e isto é fundamental, é de facto, uma atividade base para o desenvolvimento de outras atividades, sempre que se falarem em outras atividades, está certamente interligada com o setor agropecuário dos Açores e por isso, falar em agricultura em São Jorge é falar muito naquilo que é a resiliência relativamente a crises, a recuperação das crises e a falar muito no socioeconómico desta ilha.

Indo diretamente à sua pergunta, Sr. Deputado Paulo Estêvão, do qual agradeço, encontramos um setor desmotivado em São Jorge, encontramos um setor cooperativo com uma grave crise financeira, com uma dívida financeira agravada pelo facto, também, dos apoios comunitários, desde logo, o apoio ao armazenamento do queijo de São Jorge, haver rateios grandes.

Aquilo que foi a eliminação do rateio significou de mais de 206 mil euros para o armazenamento do queijo de São Jorge, ou seja, à cooperativa Uniqueijo, do qual, veio permitir também, um balão de oxigénio financeiro relativamente àquilo que eram as suas dificuldades, de tal maneira que este apoio também contribuiu para que a partir do dia 1 de novembro, o preço do leite em São Jorge suba 10 cêntimos ao produtor.

O preço do leite em Jorge em novembro e dezembro irá se fixar nos 45 cêntimos, se somarmos, como foi ontem anunciado, pela cooperativa Uniqueijo, 3 cêntimos de bono, fica nos 48 cêntimos, fica ao nível da Terceira e de São Miguel.

Uma boa recuperação, estão de parabéns os produtores em São Jorge estão de parabéns a cooperativa e, portanto, estamos confiantes que neste momento o queijo já não corre perigo, pelo que consideramos que este bilhete de identidade, mas também um bilhete de suporte, um bilhete de suporte económico da ilha de São Jorge, possa ajudar na fixação e no desenvolvimento da ilha de São Jorge, no setor agropecuário, que é muito específico e muito conhecido quer na Europa, quer a nível Internacional. Dizer também, Sr. Deputado, que por via daquilo que têm sido os programas da naturalidade para os Açores, e, especificamente para São Jorge, na produção de agro alimentos, naquele que é o input que estamos a dar, o incentivo para a diversificação nem São Jorge, relativamente aos anos anteriores, em 2022, nós já aumentamos a área de horticultura e de fruticultura em mais 7%, já aumentamos a cultura arvense, o milho, que é aquela cultura que nós queremos fazer depender a energia para a alimentação animal nesses recursos dos Açores e no caso também em São Jorge, aumentamos em mais 10%, aumentamos a agricultura biológica em +11% e aumentamos de facto, a agricultura também biológica nas hortícolas, porque há uma separação em 7%.

Isto significa que a diversificação em São Jorge está a aumentar e significa mais alimentos variados e significa menos dependência exterior e significa o aumento da progressiva autossuficiência alimentar que nós identificamos todos como objetivo desta legislatura.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira, faça o favor.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Para cumprir o objeto, deste primeiro objeto, desta iniciativa da Iniciativa Liberal de trazer São Jorge a debate sobre a importância do desenvolvimento social, antes de mais, quero dizer que é sempre com satisfação que participo num debate por São Jorge com muita paixão e espero que com a racionalidade necessária.

Dizer, e cumprindo este objeto, eu fico um bocadinho baralhado quando há tanta preocupação de cumprir à risca este objeto de desenvolvimento social,

Quando o Partido Socialista deixou o Centro de Saúde das Velas como deixou,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(*) **O Orador:** ... se havia preocupação, não sei onde é que ela estava.

Deixou dessa forma, mas, isso era o que interessava, o certo é que a obra está a decorrer, espera-se que termine em breve, e, eu gostaria também aqui de dizer que fala-se muito a questão dos médicos para as ilhas sem hospital.

E, nós temos aqui o dever nesta Casa de defender todas as nossas ilhas e o bem-estar de todos os açorianos, e acho que todos têm obrigação de incentivar e promover condições para que os médicos queiram ir para as ilhas sem hospital, e, quero aqui enaltecer um gesto cívico de uma médica que está na Unidade de ilha de São Jorge, Dra. Cristina Raposo, que nas suas redes sociais fez o apelo a que os médicos quisessem ir para São Jorge, isto é um ato cívico, isto é um contributo para ajudar a resolver um problema social da nossa Região.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(*) **O Orador:** É com atitudes como esta, de valorizar e estimular e não do bota abaixo. Queria perguntar ao Sr. Secretário da Saúde que já falou em questão dos médicos, já deu aqui os números e dos concursos que estão abertos, não podemos apontar uma pistola a ninguém para os aceitar, mas gostaria de perguntar em relação às deslocações de médicos especialistas a São Jorge, qual é o ponto de situação, se já nos aproximamos dos tempos antes da pandemia, porque,

atendendo à situação que vivemos, em que o Centro de Saúde das Velas nem sequer está a trabalhar, está a funcionar numa escola, que dificulta também a ação por parte dos médicos especialistas, qual é o ponto de situação em relação e o que se prevê ainda para este ano em termos de consultas de especialidade?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

A questão que é colocada, iniciou exatamente por referir a questão do Centro de Saúde das Velas e queria aproveitar a oportunidade para deixar aqui uma palavra de apreço a todos os profissionais desse centro de saúde, a todos os utentes do Centro de Saúde das Velas, pela situação precária em que as condições de saúde neste momento estão a ser desenvolvidas neste centro de saúde, numa escola, e, também para aproveitar para deixar uma palavra de apreço de solidariedade a todos os profissionais do setor da educação da forma como interagem, dando ali uma resposta, um exemplo, um exemplo de resposta do que são as responsabilidades públicas e do que é que é o exercício de responsabilidades públicas, nesta concertação, nesta solidariedade estamos a dar um grande exemplo na ilha de São Jorge, depois daquilo que foi o sofrimento das pessoas de São Jorge e dos seus profissionais de saúde, porque durante anos e anos exerceram a sua atividade e recorreram a cuidados de saúde em condições absolutamente indignas.

O estado em que foi deixado o Centro de Saúde das Velas, é, este sim, um péssimo exemplo daquilo que é uma instituição de saúde, uma unidade de saúde.

Esta, é que sim, uma situação que é um mau exemplo, mas como acabei de dar um bom exemplo de parceria e de resposta, é este o caminho, é pelos bons exemplos que conseguimos superar os problemas e que conseguimos acabar com as dificuldades estruturais que nos deixaram no setor da saúde na Região.

Neste caso, no que diz respeito ao Centro de Saúde, a obra está a desenvolver-se em ritmo acelerado, contamos que no primeiro semestre do próximo ano é inaugurada a obra, dando condições dignas, adequadas, quer para os profissionais, quer para aqueles que recorrem a este serviço.

Era uma obra que está orçada em cerca de 2 milhões e meio de euros, a obra anterior, que era uma obra parada, era de 1 milhão de euros, era tudo poucachinho, era tudo pelos mínimos e nem os mínimos faziam.

Nós estamos a fazer aquilo que deve ser feito e com agrado, pela forma como está a desenvolver-se esta obra, penso que também aqui temos um bom exemplo de que, para além das palavras, são os atos e os atos é a obra e é a obra que está a ser realizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Esqueci-me de uma coisa, mas vou inscrever-me!

(*) O Orador: Para além da obra também já está a desenvolver-se o processo para adquirir os respetivos equipamentos em cerca de 250 mil euros, para não acontecer o que aconteceu no Centro de Saúde da Horta, em que nos deixaram a obra, com alguns problemas, mas sem nenhum equipamento, sem nenhum mobiliário e sem nada, e, para mais uma vez, não seguirmos os maus exemplos, estamos a dar um bom exemplo de que a obra ainda não está pronta e já se está a

desenvolver os procedimentos para adquirir os equipamentos e é assim, demonstrando a diferença entre uns e outros que também se governa.

Relativamente às deslocações de especialistas, também aqui temos, de facto, diferenças de bons e de maus exemplos.

No ano de 2021, um ano de plena pandemia, da intensidade de exigência para com os profissionais de saúde e para com todas as estruturas de saúde, foram dadas consultas por médicos especialistas que se deslocaram a São Jorge, duas mil e quarenta e três consultas, mais do que em 2020 que foram mil cento e oitenta e sete e mais do que em 2018, em que não havia pandemia, que foi mil setecentas e vinte sete, o que significa que realizámos no ano de pandemia mais consultas por médicos especialistas do que em anos antes da pandemia.

No ano de 2022 até agora, coincidiu com a crise sismovulcânica de São Jorge, que afetou a atividade assistencial de São Jorge, já ultrapassamos esses números e já, só até agora, já foram dadas consultas por médicos especialistas em São Jorge duas mil e cinquenta e uma, duas mil e cinquenta e uma, só até setembro, o que significa que seguramente ultrapassaremos todos estes números de consultas de médicos especialistas.

No que diz respeito a exames por médicos especialistas em 2021 foram mil trezentas e sessenta, em 2020 novecentas e oitenta, em 2019 mil duzentas e sessenta, de 2018 mil duzentas e trinta e quatro, isto é, em 2021, em plena pandemia, realizaram-se exames por médicos especialistas em São Jorge mais do que antes da pandemia e até agora, até setembro, só foram realizadas por médicos especialistas de exames na ilha de São Jorge, mil cento e noventa e sete, o que significa que também ultrapassaremos os números anteriores.

Aqui está mais um exemplo de que, o mau exemplo de desconsideração para com as ilhas sem hospital na deslocação de médicos especialistas, está a ser ultrapassado pelo bom exemplo das deslocações, do incentivar dessas

deslocações, do aumento destas deslocações, sendo certo e devo deixar esta nota para terminar, sendo certo que há muito que fazer, ainda há casos que não estão resolvidos, ainda há situações que não deveriam acontecer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

(*) **O Orador:** E necessariamente, vão existir sempre casos por resolver, agora o que é certo é que estamos a ultrapassar todos os resultados de antes da pandemia e dos governos anteriores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(*) **O Orador:** Isso não nos satisfaz porque ainda há casos para resolver, mas isso dá um sinal de alento à população de que estão a ser cuidados com atenção, com cuidado e com responsabilidade todas as questões que têm a ver com a saúde açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições no âmbito da primeira pergunta.

Não havendo, vamos avançar para a segunda pergunta no âmbito do primeiro objeto. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos tentar ficar na área social, se bem, como disse aqui aparte, na Região Autónoma dos Açores, não há nada na área da governação que não seja social, isso é pobre desde 1143, segundo dizem já cá estavam antes dos portugueses nos descobrirem, já cá estava alguém, que há de ter fugido daqui para fora.

Na ilha de São Jorge, fomos encontrar uma realidade, na ponta do Topo, que julgávamos que já não existia, aliás, realidade essa que também fomos encontrar

em Vila de Porto ainda há pouco tempo, mas que fica para a sessão de perguntas de dezembro.

A escola do Topo que foi inaugurada, penso que não tem 20 anos, está numa degradação que só indo lá ver é que se percebe o que ali não foi feito desde que ela foi inaugurada, eu, arrisco dizer que não se pregou um prego desde que a escola foi inaugurada.

E, inclusivamente o pré-escolar está a ser desenvolvido num edifício adaptado que já tinha sido adaptado para Casa do Povo e depois adaptado para o pré-escolar, que o diria, que as condições de salubridade são quase tão más como a tal casa da Fajã dos Vimes, onde está a tal Sra. e o tal Sr. de que falávamos há pouco.

E nesse sentido, contrasta claramente com o investimento, eu diria do outro mundo que foi feito nas escolas da Calheta e das Velas, escolas excecionais, diga-se de passagem, principalmente o projeto da Calheta que me habituei a ouvir com grandes críticas, mas que depois visitada no local, de facto, não tem nada a ver, as críticas são absolutamente infundadas, é um edifício fantástico, excecionalmente bem enquadrado, com condições excecionais para a lecionação, se bem que a necessitar de algumas adaptações agora com a nova realidade dos manuais digitais.

Mas o que interessa aqui perceber, é, Sra. Secretária Regional, que futuro é reservado à Escola do Topo ou se há alguma estratégia que venha do passado e que seja continuando, de esvaziar definitivamente a Escola do Topo e transportar por aquela via extraordinária, passe a expressão, que liga o Topo à Calheta e meter as criancinhas todas na Calheta num futuro próximo, esvaziando assim de vez a Vila do Topo de tudo e de todos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agradeço a pergunta colocada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que foi efetivamente a questão que nos foi colocada da primeira vez que nós nestas funções, nos deslocámos à escola do Topo, efetivamente tinha, e, corroborando aqui esta apreciação que o Sr. Deputado aqui fez, houve um fortíssimo desinvestimento na escola do Topo, até por comparação com as outras duas escolas, não somente em termos das infraestruturas que foram criadas, mas pelo sobredimensionamento, até no caso da escola da Calheta, relativamente ao universo de alunos da própria escola, não tendo sido feito, no passado, qualquer investimento similar ou pelo menos de adequação de infraestruturas na Escola Básica Integrada do Topo.

E a questão que nos foi colocada pelo Conselho Executivo nessa primeira visita que fizemos então, foi de que, se este executivo iria pôr em causa a continuidade da escola do Topo, que era uma situação que estava a ser avançada pelos Governos anteriores e, portanto, o receio que a comunidade

escolar e a comunidade local tinham efetivamente era que nós pudéssemos estar a caminhar para o encerramento da EBI do Topo, e, aquilo que nós afirmamos na altura e que mantemos é um rotundo não a esse encerramento,

com uma diferenciação que tem de ser feita, não obstante, a comunidade só tenha neste momento 104 alunos, é uma escola só com 104 alunos, mas não obstante esses 104 alunos, nós entendemos que a dotação da escola e a existência da escola é absolutamente fulcral para o desenvolvimento daquela Vila, e, portanto, nesse sentido, temos não somente feito investimentos, embora alguns pontuais, no que concerne ao reforço da internet e dos AP's nas escolas para podermos gradualmente ir implementação o sistema, quer o sistema dos manuais digitais,

quer também o acesso à internet, que as salas de aula devem ter, como foi feito um investimento também numa zona de parque infantil da escola que não tinha, era uma escola com recreio, em que não tinha zona alguma para que as crianças pudessem brincar, foi feito um investimento o ano passado de cerca de 25 mil euros para dotar do recreio um espaço próprio para as crianças e, temos também, como já foi apresentado e já é público, temos também dotação a prever um projeto para reestruturação do próprio edifício, reformulando as patologias ou dando resposta às patologias no que concerne às infiltrações, mas também no que respeita ao projeto e teto, segurança contra incêndios e também rede elétrica.

E, portanto, é um projeto que está em execução.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, para a réplica.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Folgo em saber que o Governo Regional dos Açores está empenhado em manter a escola Topo em funcionamento, mas nesse sentido, queria, Sra. Secretária Regional, que me desse mais alguns esclarecimentos relativamente ao funcionamento das três escolas de São Jorge, nomeadamente nós tomamos conhecimento de que, o nutricionista de serviço para as três escolas de São Jorge, que tem um sistema similar de funcionamento das suas cantinas e buffets, é feito à distância.

Está, a Secretaria Regional, disposta ou prevê a contratação de um nutricionista para a ilha de São Jorge, para dar acompanhamento a essas três escolas ou não?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, nós dispomos a nível da Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, de duas nutricionistas que não somente definem o plano alimentar nas nossas escolas, como fazem o acompanhamento, depois, dos próprios menus nos vários refeitórios e fazem inclusivamente a fiscalização, deslocando-se às cantinas e aos refeitórios, de forma não antecipada, que não é dado conhecimento prévio, no sentido de se verificar da adequação destas mesmas refeições àquilo que está estipulado. E o que está em vigor, no que concerne à ilha de São Jorge, é um apoio que é feito pela nutricionista, que tem sede na ilha Terceira, que está a fazer um apoio a um conjunto de ilhas.

O que se registou foi que no tempo da pandemia, face às restrições de deslocação dos trabalhadores da administração pública, não houve a possibilidade de ser feito esse acompanhamento no local, mas assim que foi aberta novamente essa possibilidade, de imediato, passámos a proceder a inspeções periódicas no local e, como tal, esse trabalho tem vindo a ser feito, não nos tendo chegado nota da necessidade de fazermos qualquer reforço.

Creio ter respondido.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O transporte coletivo de passageiros na ilha de São Jorge, como em todas as ilhas dos Açores, é extremamente limitado, quer ao nível de horários, quer ao nível dos

trajetos, não dando resposta às necessidades da população. Em São Jorge, segundo queixas de que o Bloco de Esquerda teve conhecimento a estes problemas gerais, junta-se o problema específico da falta de qualidade dos autocarros e a inconsistência do serviço prestado pelo concessionário.

Este problema toma proporções mais preocupantes ao nível do transporte escolar sobre o qual nos chegaram queixas de alterações de horário de forma unilateral e o incumprimento do devido acompanhamento das crianças durante as viagens.

Pergunto-lhe se o Governo tem conhecimento destas situações e tendo conhecimento que medidas irá tomar para melhorar o transporte coletivo de passageiros em São Jorge?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação ao transporte de passageiros, nós estamos neste momento a preparar um processo de concurso para a prestação de serviços de transportes coletivos de passageiros.

Em várias ilhas, e desde logo, em São Jorge, já está em curso no Pico e vamos agora avançar para São Jorge.

Os transportes coletivos de passageiros neste momento estão ainda ao abrigo de uma legislação anterior, foi assim que recebemos do anterior Governo esse sistema de transportes, e, nós temos que avançar para o novo sistema através, não de concessão, mas de prestação de serviços. Está a ser lançado o concurso é um concurso público, como é óbvio, está neste momento em preparação e iremos

dentro das especificações dos cadernos de encargos, procurar colher aquilo que são os interesses e as necessidades das populações de cada ilha.

É isso que faremos, neste momento é isso que está em curso.

Muito obrigada.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Rui Martins (CDS-PP):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça o favor.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Falar de saúde, dar condições às populações que vivem em ilhas sem hospitais, com centros de saúde, como é o caso de São Jorge, merecem uma especial atenção por parte dos governantes, exemplo dessa atenção foi o investimento de mais de 1.2 milhões de euros no Centro de Saúde da Calheta, que ninguém fala nesta recuperação e reparação deste edifício, a par do reforço do pessoal de saúde nos últimos anos de pré pandemia.

A empreitada do Centro de Saúde de Velas não correu bem como era esperado, teve uma verba de 1 milhão e 500 mil euros, no entanto, o empreiteiro é que abandonou a obra,...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(*) A Oradora: ...,não houve cedência contratual, ninguém quis ficar com a obra, daí os Srs. terem levado mais de um ano para reiniciarem a obra, e, não foi tão rápido como diziam em campanha, que em quinze dias que resolviam o assunto. Inúmeros problemas, a começar pela falta de médicos especialistas em medicina geral e familiar, as urgências são a maior parte das vezes asseguradas por médicos que são contratados só para esse efeito, sem experiência no contexto de urgência,

a população tem se manifestado publicamente nas redes sociais e não só, sinalizando casos concretos de procedimentos menos corretos.

Existe igualmente uma necessidade de criação de canais de comunicação mais eficientes entre os centros de saúde e os serviços de urgência nos hospitais de referência.

Com a pandemia e a crise sísmovulcânica recentemente vivida a manutenção e o restabelecimento da saúde mental tem se revelado fundamental.

Esta Assembleia, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aprovou uma resolução a qual este Governo até ao momento, ignorou por completo.

Importa referir também a falta de assistentes operacionais, sendo que os mesmos no internamento e urgência fazem inúmeras horas extra por mês.

Uma das reivindicações do Conselho de Ilha na área da saúde é a necessidade de assegurar uma resposta condigna e adequada a todos aqueles que necessitam de cuidados paliativos e continuados.

Esta reivindicação já vem da visita do Governo e já vem de mais algum tempo.

Este Governo anunciou enfermeiro de família para todas as ilhas, uma vez que se verifica enormes constrangimentos na colocação de enfermeiros na Região e, em concreto, na ilha de São Jorge, para os serviços normais de atendimento dos centros de saúde da ilha, como vai este Governo garantir o cumprimento da medida do enfermeiro de família em São Jorge?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem, Sra. Deputada!

Gosto muito desse projeto, enfermeiro de família! O seu partido é que não gostava!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e do Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. do Governo.

De facto, há questões que eu, quando vimos para uma sessão de perguntas dessas, tentamos perspetivar as questões que vão sendo colocadas, e, há aqui duas questões que eu nunca pensei que viessem do Grupo Parlamentar do PS, nomeadamente, nomeadamente no que diz respeito ao Centro de Saúde das Velas, penso que era a última força política desta Região que poderia falar no Centro de Saúde das Velas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: Como também nunca pensei que fosse o Grupo Parlamentar do PS que viesse falar de um enfermeiro de família, foi exatamente o PS que votou contra uma proposta do enfermeiro de família do CDS/PP.

Por isso as coisas mudam e a mudança também foi boa nesse sentido.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: Quanto à obra do Centro de Saúde das Velas, eu devo esclarecer a Assembleia e os açorianos que nos acompanham que o Centro de Saúde das Velas, está a ser resolvido neste momento, com uma obra que está a crescer e que vai ficar concluída, conforme tínhamos determinado e ainda antes, ao contrário daquilo que acontecia com os Governos do Partido Socialista, em que ou a obra

acabava não no tempo previsto, mas ainda depois ou então a obra começava e não acabava, como foi o caso do Centro de Saúde das Velas.

Com este Governo também temos aqui um bom exemplo, a obra é feita e acaba antes do tempo que estava previsto que acabasse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) **O Orador:** Devo também dizer que, ao contrário do que a Sra. Deputada referiu, era fácil resolver, se era tão fácil resolver, porque é que o Partido Socialista não resolveu? Se era assim tão fácil e tão rápido de resolver, porque é que não resolveu? Isto é que é a questão que fica por responder, sendo certo que este Governo o que fez foi: resolveu o problema que existia, existia de facto um grande problema com o empreiteiro, com a obra parada, resolveu esse problema, mas não fez só isso, não resolveu só esse problema fez um projeto novo, dando melhores condições de dignidade para a atividade clínica e assistencial, e iniciou a obra, foram três coisas, resolvemos o problema, fizemos um projeto novo e começámos a obra e vamos acabar a obra, tudo isso em menos de dois anos, mais rápido que isso é impossível, sendo certo que, por comparação com vinte e quatro anos, então é uma diferença abismal.

Quanto à questão do Centro de Saúde, já respondi, às questões relativas ao número de médicos, assistentes operacionais, assistentes técnicos, também já reuni.

Este Governo está a contratar mais profissionais para o sector de saúde em São Jorge do que os Governos anteriores, temos, vou repetir, foram contratados quatro médicos, dos quais duas médicas que no âmbito da crise sismovulcânica, saíram de São Jorge, um enfermeiro, um técnico superior de diagnóstica terapêutica, cinco assistentes técnicos, cinco assistentes operacionais e estão em curso processos para contratar mais dois médicos, dois enfermeiros, três assistentes

operacionais, um terapeuta ocupacional, dois psicólogos, um terapeuta da fala, dois fisioterapeutas, dois técnicos de análises, mais um enfermeiro, mais um médico dentista, mais três assistentes operacionais e mais uma prestação de serviços de um médico. Com estes recursos todos entendemos, que estão criadas as condições para que, finalmente, as pessoas de São Jorge, os jorgenses tenham cuidados de saúde adequados às suas justas expectativas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(*) **O Orador:** Estamos a trabalhar para isso, obviamente que vai haver sempre um caso que não está resolvido, vai haver sempre um caso isolado de uma pessoa que na rede social, denuncia aquilo que sofre, infelizmente, para resolver sua situação, infelizmente ainda não chegamos a todos e a todos os casos, mas o que estamos a dizer é que é menos de dois anos já resolvemos tudo isso, Centro de Saúde das Velas, resolvemos um problema, projeto novo, obra começada e obra que vai acabar num projeto completamente diferente do projeto do Partido Socialista.

Médicos, estamos a contratar mais médicos, mais profissionais do sector da saúde, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes operacionais e assistentes técnicos, do que em Governos anteriores e a resposta ao nível dos médicos especialistas estamos também a trabalhar conforme acabei de demonstrar com mais consultas e mais exames do que ainda antes da pandemia, isto não é o ideal, não é ótimo, mas estamos a trabalhar muito mais do que aquilo que o Governo do Partido Socialista, conforme deixou infelizmente, e, as pessoas de São Jorge, apesar de tentarem branquear a memória das pessoas, as pessoas de São Jorge, lembram-se bem o estado deplorável, em que deixaram as condições de saúde na ilha de São Jorge.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Secretário, não respondeu à pergunta!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sem dúvida que a saúde é um fator fundamental no desenvolvimento social da ilha de São Jorge, como em outros territórios e tem particular ênfase em ilhas sem hospital, como é o caso da ilha de São Jorge. E a verdade é que já várias questões relacionadas com esta matéria já foram colocadas e esclarecidas por parte do Sr. Secretário, nomeadamente no que concerne à obra do Centro de Saúde de Velas, que efetivamente conseguiu-se dar a resposta e acompanhando por base dos requerimentos, dos debates, do Plano e Orçamento, mais célere que foi possível para o estado em que estava e que tinham deixado aquela empreitada e, por isso reformulando, reformulando o projeto que, no nosso entender, também foi algo que é muito importante, criando também melhores condições aos utentes e a quem lá trabalha.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(*) A Oradora: E a verdade é que isso está a ser feito. A verdade é que, conforme o que o Sr. Secretário já disse, há previsão até da empreitada terminar mais cedo do que é favorável, porque realmente as condições não são as ideais neste momento e no que concerne também, porque prestação de cuidados de saúde também passa pela questão dos recursos humanos, a verdade é que tem sido feito este esforço por parte do Governo em reforçar os recursos humanos nas mais diversas áreas e tal é feito, e já que tantas vezes falam do Conselho de Ilha, a verdade é que este assunto, este défice de recursos humanos, esta falta de resposta

nos serviços de saúde na ilha de São Jorge não é de hoje e não é de ontem, é de já há muitos anos, mas tem sido este Governo que tem feito...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

(*) **A Oradora:** ... e que tem dado passos no sentido de fazer esta contratação de recursos humanos para uma melhor resposta aos cuidados de saúde aos jorgenses. Está tudo feito? Não! Há um longo caminho a percorrer há! Mas também devido ao estado em que a saúde se encontrava na ilha de São Jorge, porque senão ainda estávamos hoje a falar aqui das eternas questões que sempre os Conselhos de Ilha falaram.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(*) **A Oradora:** E isso é falado, porque realmente não se conseguiu fazer esse caminho.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) **A Oradora:** E uma questão que queria colocar, a verdade é que estamos aqui e um dos objetivos por estarmos aqui a representar aqueles que também nos elegeram é sem dúvida, por acreditar que é possível fazer melhor, que é possível fazer diferente, é essa a nossa pretensão, neste caso em particular para a ilha de São Jorge, que no caso da saúde, queremos uma melhor, mais ajustada e uma resposta às necessidades em termos de saúde do jorgenses, tendo a consciência de que os tempos de hoje são acrescidos de dificuldades, nomeadamente no que concerne à falta de recursos humanos, também à falta de médicos disponíveis para contratar, a verdade é que tem sido feito um esforço por parte de criar incentivos à fixação de médicos que antes não existia...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(*) **A Oradora:** ... e queremos acreditar e vamos estar aqui para acreditar e se não for o suficiente criar novas medidas também de incentivo à fixação de médicos, que é uma das nossas grandes dificuldades, de enfermeiros, de profissionais de saúde, que existe a nível nacional um défice destes profissionais de saúde...

Presidente: Agradeço que termine.

(*) **A Oradora:** ... e que tem sido difícil colocá-los na ilha de São Jorge, mas queremos acreditar que é possível fazer melhor e que é possível fazer diferente. E a questão que queria colocar, dado que uma das grandes dificuldades que são sempre relatadas pelo jorgenses é realmente a falta de articulação entre os hospitais e os centros de saúde e que passa muito por serem sistemas diferentes, por os médicos de família não terem acesso à informação clínica do hospital e vice-versa, e, consideramos que nos dias de hoje é fundamental garantir esta melhor articulação, esta disponibilidade de informação, porque a verdade é que vivemos na era digital e estamos convictos que tal é possível fazer para a melhoria de qualidade de vida também dos jorgenses.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

A Sra. Deputada colocou aqui uma questão que tem a ver com um dos maiores problemas da saúde da Região.

E que tem a ver com a nossa natureza arquipelágicas, insular e distante, que faz com que grande parte das respostas em saúde impliquem deslocação, impliquem deslocação ou do profissional ou do utente, isto é um problema de fundo e estamos a trabalhar no sentido de o resolver, por um lado, com a alteração de toda a legislação e regulamentação relativamente a esta matéria, existe, neste momento um conjunto de normas dispersas, algumas contraditórias entre si em termos legislativos e regulamentares e estamos numa fase final já e virá aqui ao Parlamento a proceder a uma concentração de toda esta legislação para que seja coerente esta forma de responder à saúde, nomeadamente através da deslocação ou do utente ou do profissional.

É uma área onde existem muitos problemas, nada disto foi ultrapassado com aquilo que estamos agora a fazer, que é a consolidação jurídica de todas essas normas, mas sobretudo através da sua coerência, para que as normas sejam coerentes e eficazes. Questões como, por exemplo, na deslocação de um doente que tem que ser acompanhado por um profissional de saúde, pelo enfermeiro, quem é que acompanha? É o enfermeiro da origem, ou o enfermeiro do destino? Dei apenas este exemplo para demonstrar a necessidade também de resolver essa situação, para além daquelas situações que tem a ver com a remuneração dos profissionais de saúde que se deslocam, que não é atrativa para se deslocar, então implica um gasto superior para serem os doentes a deslocarem-se, estamos também a alterar isso. Estamos a alterar todas as regras relativas a esta realidade arquipelágicas e insular de viver em ilhas e da necessidade de saúde para esta resposta.

Para além disso, temos um grave problema que é o problema da incompatibilidade informática entre os sistemas, o que nos foi deixado foi: um sistema nos centros de saúde que não é compatível com os sistemas dos hospitais, mas mesmo dentro dos hospitais há dois sistemas, no hospital da Horta há um sistema, no hospital de

Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, que também não são compatíveis entre si. E essa incompatibilidade faz com que exista algo absolutamente inconcebível dos nossos dias, que é a necessidade de repetição de exames e de informação que não faz qualquer sentido. Por exemplo, é-me relatado,...

Deputado Carlos Silva (PS): E o hospital digital?

(*) **O Orador:** ..., que o que nos foi deixado foi, que há um doente de uma ilha sem hospital que tem que se deslocar a uma ilha com hospital, para fazer um determinado exame, uma determinada intervenção, depois tem que voltar à sua ilha porque foi adiado ou por qualquer outra razão, traz uma requisição de análises clínicas para

fazer na sua ilha e tem de recorrer a um outro médico de família para fazer uma requisição, exatamente o mesmo que foi requisitado pelo médico do hospital. Porquê? Porque não existe esta tal compatibilidade informática dos sistemas da saúde.

Como digo, isso é absolutamente inconcebível, estamos a trabalhar no sentido de haver a interoperabilidade dos sistemas, isto também é aqui, mais uma vez este Governo que vai resolver um problema de décadas, um problema que tem trazido enormes constrangimentos às pessoas, aos profissionais de saúde e às unidades de saúde e é através destas respostas que vamos dar, através da digitalização da saúde, no âmbito do PRR, processos que já estão a ser desenvolvidos, através dessas respostas vamos ter enormes ganhos na saúde, em primeiro lugar e desde logo para os utentes, para que os utentes tenham respostas mais rápidas e mais eficazes, mas também para os profissionais de saúde e para as próprias instituições e, assim sendo, para o sistema todo de saúde da Região.

É este trabalho que estamos a desenvolver conscientes que é este o caminho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Mais uma vez, a minha interpretação, a respeito deste conceito que foi introduzido aqui no âmbito destas perguntas orais é que o desenvolvimento social evidentemente, tem muito a ver com aqueles, que são respostas sociais na área da educação, da saúde, da solidariedade social, mas não só, só é possível alcançar o verdadeiro desenvolvimento social se tivermos os setores produtivos a melhorar, se criarmos riqueza, se criarmos riqueza, vamos ter desenvolvimento social, e, por isso, a minha interpretação tem sido esta e tem sido também essa a ação deste Governo, criar riqueza, melhorar todos e cada um dos setores para que a Região seja mais próspera e depois que distribua de forma racional a riqueza entretanto criada e de forma solidária.

A questão que eu tenho a colocar neste âmbito e neste contexto é ao Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas, que fundamentalmente o que quero é que identifique as dificuldades que encontrou na sua área quando iniciou a sua ação, quais as principais dificuldades que encontrou na ilha de São Jorge e que melhorias foram, entretanto, introduzidas nas suas áreas de competência, pescas e restantes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Da parte da nossa Secretaria, houve algumas questões que se afiguraram logo como prioritárias e vou identificar duas, que foi, o Porto do Topo e a Caldeira do Santo Cristo, é claro que depois, relativamente aos núcleos de pesca, aos portinhos, enfim, há sempre, no âmbito da Secretaria, pequenos ajustes, nomeadamente, no que se refere a gruas e a equipamentos que são necessários para a atividade quer profissional, quer lúdica.

Mas dizia eu que o Porto do Topo, tendo em conta o investimento que ali foi efetuado como porto de pesca, 7 milhões de euros, constatámos que não existia o projeto para as infraestruturas, nomeadamente de fornecimento de água e de eletricidade, assim como havia necessidade de se proceder ao rebentamento de baixios para que pudesse ser efetivamente implementado o sistema de assinalamento marítimo.

E, portanto, o que foi necessário, e, em cooperação com a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é, está projetado, enfim, por um lado, o rebentamento dos baixios que é necessário efetuar por forma a que se possa aproveitar todas as potencialidades do Porto do Topo e além disso os projetos para fornecimento de água e de eletricidade, quanto à eletricidade e, entretanto, para fazer funcionar convenientemente a grua, que também foi por nós substituída, por que a grua que estava projetada era de 6 toneladas e no início de Janeiro de 2021, a deslocação ao Porto foi-nos

sugerido a colocação de uma grua de 10 toneladas, e, portanto, foi essa que foi lá colocada, há necessidade e houve necessidade de comprar um gerador que a Lotaçor queria um gerador para funcionar com a dita grua e, embora de forma provisória, neste momento com a manutenção por parte de uma empresa local, está a funcionar em pleno a dita grua.

Por outro lado, também existe necessidade de se fazer uma requalificação a toda aquela área de antigas casas de aprestos, há um levantamento feito pela Câmara

Municipal da Calheta, com um levantamento topográfico, por forma a se proceder a uma intervenção naquela área, portanto, acautelando a construção de casas de aprestos para os profissionais e além disso, uma intervenção que valorize aquele espaço, que está, realmente bastante degradado.

Fora isso, também houve necessidade de pequenas coisas, como as argolas, enfim para manter a segurança ali assim no Porto e a das embarcações em seco.

Relativamente à Caldeira do Santo Cristo, a situação que se nos deparou foi, uma máquina retroescavadora para ser transportada para a Caldeira, já estava adquirida há cerca de três anos, portanto, conseguimos colocar a dita máquina na Caldeira de Santo Cristo e conjuntamente com uma outra que lá existia, temos vindo a proceder ao desassoreamento da lagoa, que já era muito acentuado e, portanto, já removemos uns milhares de metros cúbicos de inertes que irá, com gastos significativos, várias dezenas de milhares de euros, e, iremos prosseguir até que sejam repostas as margens que tecnicamente nos forem aconselhadas.

Além disto, está previsto a construção de um abrigo para podermos acautelar das intempéries as ditas máquinas, sendo certo que uma delas, a mais antiga, a Caterpillar, necessita de uma cabine nova e de pequenas beneficiações...

Presidente: Agradeço que termine.

(*) **O Orador:** ... para poder continuar a operar.

Termino já, Sr. Presidente, para dar conta também de que na Caldeira avançámos com um processo de cogestão da ameijoas, que pretendemos que seja a exploração feita por profissionais, mas também por lúdicos, à semelhança daquilo que acontece, por exemplo, com a apanha da lapa, e, também implementámos um protocolo com o IPMA, por forma a haver análises periódicas das águas, além do equipamento de cerca de 6 mil euros, para fazer análises regulares às águas da Caldeira, porque podemos e temos que estar sempre a prevenir uma questão de saúde pública, quanto às ameijoas da Caldeira de Santo Cristo, tendo em conta a

grande pressão que existe neste momento sobre a lagoa e, portanto, tem sido essa a nossa atuação.

Presidente: Agradeço que termine.

(*) **O Orador:** Terminei já, Sr. Presidente, porque a Caldeira, a lagoa concretamente, encontrava-se um bom bocado descurada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Depois de acabar de ouvir o Sr. Secretário das Pescas, em relação ao seu setor, julgo que é importante que de uma vez por todas, se resolva a questão, realmente que já se arrasta há algum tempo do Porto do Topo, mas também clarificar, que ouvi aqui um aparte, que a geradora que foi deixada na crise sismovulcânica, está a funcionar e a servir os pescadores do Topo nesta altura, enquanto o problema de eletricidade não está resolvido.

É com satisfação que oiço que efetivamente os procedimentos estão a ser efetuados para resolver definitivamente esta situação mais uma, entre tantas outras, que foi deixada por acabar.

Mas queria deixar aqui uma questão ao Sr. Secretário das Pescas, que falou muito bem em relação a estas atividades, eu queria perguntar uma situação em relação à própria Associação de Pescadores de São Jorge, perguntar-lhe quais são as

iniciativas e ações previstas de apoio à Associação de Pescadores São Jorge, já que são os representantes do setor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra para responder o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Associação de Pescadores de São Jorge tem, à semelhança do que sucede com as demais associações das outras ilhas, estabelece protocolos ao obrigo de dita portaria 32, no qual são asseguradas as despesas de funcionamento. da associação, de funcionamento administrativo da própria associação, e, também aquilo que é protocolado também, por exemplo, o transporte de pescado de portos, por exemplo, do Topo e da Calheta, e, no caso São Jorge, também da Fajã do Ouvidor e, portanto isto é protocolado, o pagamento é efetuado em duas tranches, é semestral, portanto, apresentam os comprovativos do pagamento do semestre anterior e a Secretaria processa e procede ao pagamento.

Relativamente, e em concreto, à pergunta do protocolo com a Associação de Pescadores da ilha de São Jorge, temos também para limpeza dos portos de pesca, tenho aqui reportado a quantia de três mil e setenta e seis euros e noventa e seis cêntimos, é o protocolo que obriga, portanto, a associação a proceder à limpeza dos portos de pesca na ilha de São Jorge.

Também temos, no âmbito daquilo que falei, o funcionamento administrativo e de recolha de pescado, como referi, são cinquenta e dois mil setecentos e dezanove euros e sessenta e sete cêntimos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para a terceira pergunta deste objeto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Escola Profissional de São Jorge é das mais antigas escolas profissionais dos Açores, mereceu da visão de alguns que, há já algum tempo, viam na qualificação dos ativos, uma forma de fixação de pessoas nas ilhas, uma forma de qualificar para a empregabilidade e aquilo que fomos encontrar, a realidade que fomos encontrar na Escola Profissional de São Jorge é uma realidade bem diferente daquela que tinha visto há uma dúzia de anos.

A escola, neste momento, tem apenas duas turmas, tem apenas quarenta e um alunos, e felizmente, tem grande parte dos seus alunos, são de outras ilhas que vão para São Jorge, aproveitando a oferta formativa que aquela escola tem, e que tem digamos, empregabilidade quase garantida.

A pergunta que deixo ao Governo Regional, à tutela é: qual é a visão deste Governo para aquela estrutura, para a qualificação de ativos em geral, mas nomeadamente para a valorização profissional em ilhas como a ilha de São Jorge que sendo periféricas também não deixam de ser centrais no quadro do grupo de ilhas em que em que se engloba e que pode crescer, precisamente pela qualificação dos seus ativos e pode inclusivamente crescer em população com ofertas de formação profissional que venham a potenciar a fixação de alguns desses ativos, depois na própria ilha, ativos que venham de fora de outras ilhas ou até da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, agradeço a sua questão, que é pertinente e que, desde logo queria aqui dar nota, como já foi reiterado, o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, tem feito uma forte aposta na qualificação dos ativos, e neste sentido tem reiterado que as escolas profissionais são parceiros essenciais nesta nova estratégia e desde logo temos feito aqui um acompanhamento de proximidade junto das escolas.

Temos aqui sensibilizado as escolas, não só no que diz respeito à sua oferta formativa para que a mesma vá ao encontro das necessidades de mercado e que seja uma oferta que também seja resposta à procura dos jovens, seja uma oferta apelativa, que responda às necessidades de mercado para que também consiga abraçar estes jovens e trazê-los para as escolas profissionais, mas também tem dado nota do quanto é importante a aposta na formação de curta duração e, neste sentido, gostaria de aqui destacar dois programas, desde logo o FORM.AÇORES e o QUALIFICA.

No FORM.AÇORES até recentemente fizemos um Webinar, que contou até com a presença da Escola Profissional de São Jorge, que esta medida visa precisamente formar à medida, ou seja, promove aqui uma formação junto das entidades empregadoras, empresas em função das suas necessidades.

As escolas profissionais desempenham um papel fundamental, em particular a Escola Profissional de São Jorge, que poderá promover esses cursos de curta duração, que é um apoio que é destinado a essas entidades formadoras e que tem custo zero para as empresas ou qualquer outra entidade empregadora.

A questão de também termos poucos, não termos alunos suficientes nas escolas de ensino profissional, uma questão que é transversal, uma questão também que tem uma questão demográfica, não é!? E que também se assiste nas escolas do ensino regular, mas a verdade é que temos feito aqui uma forte aposta em dar nota de quanto é importante o ensino profissional, como dotar e qualificar estes jovens para quem quer ingressar no mercado de trabalho a curto trecho, como também quem quer prosseguir os estudos, naturalmente.

E aqui gostaria também de reforçar que, considerando também a situação, frágil da escola profissional, o Governo Regional está atento e anualmente atribui sempre o apoio financeiro, que varia entre os oitenta e cinco mil euros e os noventa mil euros, para fazer face às suas despesas, que não são elegíveis por fundos comunitários.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, muito obrigado pelos seus esclarecimentos, no entanto, há aqui uma questão que me parece, ficou, talvez também a minha pergunta não tenha sido clara, mas há um certo estigma sobre os alunos do ensino profissional, principalmente sobre aqueles que abandonam o regular para o ensino profissional, mas há também uma certa, eu diria concorrência desleal entre a via profissionalizante do ensino regular e essas escolas de formação, na medida em

que, por exemplo, o abandono de alguns alunos ou de uma certa percentagem de alunos nos cursos de qualificação nas escolas profissionais, leva a uma redução de financiamento dessas escolas, já no ensino regular o custo quase que pode ficar deserto ou pode ficar sem aproveitamento nenhum, pode ficar só com um aluno e não tem qualquer penalização.

Nesse sentido, e, a pergunta são duas: o Governo entende mudar esse sistema? O que é que o Governo pretende fazer para retirar o estigma negativo que tem a via profissionalizante, no sentido de melhorar um pouco até a própria demanda por este tipo de cursos?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para responder a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, faça favor.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Começando pela segunda questão, no que diz respeito ao estigma associado ao ensino profissional, o Governo Regional tem aqui desenvolvido uma estratégia de aproximação entre o ensino regular e o ensino profissional e as próprias entidades empregadoras, posso até recordar, o evento que nós fizemos do emprego.azores.gov.pt, em que num único palco conseguimos ter escolas de ensino profissional, ofertas por parte das empresas, para desde logo aproximar aqui oferta, procura e perceber que, caso optem pelo ensino profissional, permitirá ter logo aqui, preencher uma oferta de emprego, ponto 1.

Ponto 2. também queria dizer que, esta oferta formativa pelas escolas profissionais é também aqui articulada entre dois departamentos, pela via da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego e pela Educação e Assuntos Culturais. E queria aqui destacar o seguinte: no âmbito da nossa tutela,

nós sensibilizamos as escolas para que essa oferta formativa vá, como já tinha referido anteriormente, vá em conta das necessidades mercado e que seja apelativa, sendo certo que a última opção é sempre da escola, damos nota muitas vezes dos estudos que o Governo Regional faz em função das necessidades do mercado onde está inserida a escola, sendo que a última opção é da escola, temos também aqui sensibilizado as escolas de ensino profissional, para que, se desloquem às escolas do ensino regular para dar nota da sua oferta formativa, mas também é verdade que isso é um esforço de todos nós, não só do Governo, é do Governo, das próprias entidades empregadoras, da sociedade em geral, dos partidos políticos, porque também aqui há uma questão importante, que é preciso dignificar as profissões e isso é uma forte aposta que tem sido feita da nossa parte, mas que envolve aqui uma sensibilização de todos nós.

No que diz respeito aqui à questão que levantou sobre as penalizações das escolas profissionais em função da redução do número de alunos de percurso.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que: essas penalizações não são de agora, já têm longos e longos anos e, foi no âmbito, na altura da própria articulação, negociação, foi feita com o PO, nós estamos agora numa nova transição, está aqui a ser discutido, espera-se que até seja aprovado até final do próximo ano, será implementado, num bom cenário prevê-se que seja no início, a meio do próximo ano 2023, mas independentemente dessas questões que possam ser articuladas a negociação com o programa ocupacional, esta é também em articulação entre tutelas, temos também já feito um esforço e estamos a fazê-lo, já posso até aqui avançar, que já estamos aqui a estudar uma reformulação aqui do RGAPA, em que visa aqui ter um olhar atento para as escolas profissionais para que possa ser redefinido um novo número de alunos por turma para esse ensino, de modo a esbater, não só a redução do número de alunos nas escolas profissionais para que não sejam penalizados pelo Fundo Social Europeu, como também

aqui contemplar os alunos com necessidades educativas especiais.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia e cinco.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. A Mesa não tem inscrições. Pergunto àqueles que ainda podem colocar questões. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A educação é um dos pilares basilares no desenvolvimento de uma sociedade.

Os Governos do Partido Socialista investiram nas infraestruturas e equipamentos das escolas das Velas e da Calheta, um investimento que rondou 34 milhões de euros e iriam proceder a obras de beneficiação da escola do Topo.

No primeiro orçamento deste Governo, propusemos uma alteração ao orçamento de 100 mil euros, de forma que ficasse uma rubrica aberta para a requalificação da referida escola, desse valor, apenas foram cumpridas reparações no parque infantil da mesma, tal como a Sra. Secretária já referiu, não esgotou esta verba, mas não olharam ao que era mais urgente que eram, e é, as infiltrações do ginásio e da própria escola.

No ano corrente não houve ação específica.

Consta na Anteposta para 2023, uma verba de 150 mil euros, onde refere é a conclusão do projeto e o lançamento da empreitada.

Esta escola merece mais, toda a comunidade, mesmo pequena, deve ser olhada de maneira igual a todas as outras.

Uma das preocupações das três escolas de São Jorge prende-se com os recursos humanos, técnicos e operacionais.

As escolas necessitam de técnicos da área social, da terapia da fala...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Há muitos anos!

(*) **A Oradora:** ... e da terapia ocupacional.

Em relação aos assistentes operacionais, a contabilização que está a ser feita do rácio não é uma realidade exequível, muitos deles já estão com mais de 60 anos, com limitações físicas e de saúde.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O Sr. Secretário Avelino Meneses dizia que havia sempre mais um!

(*) **A Oradora:** Neste momento, esta classe profissional está extremamente desfalcada. Não se vislumbra abertura de concursos de assistentes operacionais para as escolas de São Jorge, constatando-se este facto com um mapa publicado a 17 de junho, mas que estranhamente, 3 dias antes contava 5 vagas para a escola de Topo que desapareceram.

Corremos sérios riscos, com as nossas crianças e jovens, os conselhos executivos fazem uma ginástica diária para manter o mínimo de segurança nas escolas, o refeitório da Escola Básica Integrada das Velas, a única na ilha que ainda confeciona as refeições, não vai conseguir manter o mesmo durante muito mais tempo.

Mais uma vez se olha só para números e não para a realidade concreta de cada escola.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não apoiado!

(*) **A Oradora:** Vai ou não este Governo abrir concursos para assistentes operacionais nas escolas de São Jorge?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PS*)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Vai criar uma IPSS! Este Governo vai criar uma IPSS para contratar esses funcionários!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, em primeiro lugar no que concerne às escolas e à falta de investimentos nas infraestruturas das escolas, recorde-lhe inclusivamente a situação caótica da básica e secundária da Calheta, com um investimento de 19 milhões de euros e em que mesmo assim, nós tínhamos problemas gravíssimos de humidade em que os alunos quase que faziam slide lá dentro e que teve que ser resolvido com esse Governo.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

(*) **A Oradora:** No que concerne à EBI do Topo já dei explicações há bocadinho ao Sr. Deputado Nuno Barata do que está em plano relativamente às nossas intenções, já no que concerne aos assistentes operacionais, eu gostaria de recordar que não fora a nossa intervenção ao revermos e alterarmos a forma de cálculo dos rácios, dos assistentes operacionais e se se aplicasse só por base ao universo do número de alunos que era a forma de cálculo do Partido Socialista, que estava em vigor desde 2007.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Bem lembrado!

(*) **A Oradora:** E no Topo, os rácios dariam lugar a dois quadros de assistentes operacionais, 6 na Calheta e 11 nas Velas, e, foi esta revisão de rácios que permitiu que, se olharmos e se atendermos na conta final à verificação do número de

assistentes operacionais pelo número de alunos, sendo que temos outras variáveis, como são o regime de funcionamento

das escolas, quantos ginásios têm, se há ou não ginásios, a requererem outro acompanhamento, se os serviços das refeições são fornecidos pela própria escola ou não, enfim, uma série de outros critérios, o número de alunos de educação especial, o número de alunos do ensino artístico, enfim, mas feitas

essas contas isso faz com que nas escolas de São Jorge nós estejamos atualmente, com os rácios de 1 assistente operacional por cada 10,4 alunos no Topo, 1 por cada 11,5 na Calheta e 1 por cada 16.9 nas Velas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) A Oradora: Ora, esse processo de revisão implica naturalmente, na visão deste Governo, que não era seguido anteriormente que se continue, não obstante esta colocação e esta dotação dos assistentes operacionais nas escolas em quadros, implica naturalmente um acompanhamento, porque existem situações que vão surgindo na escola, seja por alunos com necessidades diferentes que vão entrando e a esse respeito também gostaria de recordar que existem bolsheiros ocupacionais para apoios específicos aos alunos com necessidades educativas especiais, que requeiram a assistência especial e individual e permanente por um aluno e que só foi requerida por uma das escolas e essa requisição foi deferida por parte do Governo e, portanto, apenas uma escola recorreu aos bolsheiros ocupacionais

Mas, para além disso, aquilo que nós temos que fazer é este acompanhamento permanente, que vamos fazendo em todas as escolas face a várias situações de faltas, licenças e dispensas que possam surgir e que impliquem uma revisão e é um acompanhamento em permanência que fazemos em articulação com todas as escolas.

Mas gostaria de dizer que, nesse seguimento também lembrar, que o investimento também no pessoal de ação educativa não se faz única e exclusivamente ao nível dos assistentes operacionais, mas também não nos esqueçamos dos assistentes técnicos e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(*) **A Oradora:** ... em que nós abrimos, este Governo abriu para admissão em quadro dois concursos para duas vagas para terapeutas de fala na básica e secundária da Calheta e na básica e secundária das Velas.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Sr. Deputado Paulo Silveira, faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Este Governo é um sinal claro de reconhecimento da importância das IPSS, já procedeu a diversas ações, nomeadamente na revisão dos valores de contratos de cooperação, valor cliente num sinal claro de apoio a estas instituições e aos desafios atuais que elas têm de responder.

Pergunto, Sr. Vice-Presidente, qual o impacto desta medida na ilha de São Jorge?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça o favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agradeço a pergunta, Sr. Deputado, que me faz, e dizer-lhe o seguinte: esta medida obviamente, tem um grande impacto em todas as ilhas, particularmente em São Jorge, obviamente que esse aumento absolutamente extraordinário e histórico que nós fizemos sobre o valor padrão para as IPSS's, nomeadamente para as ERPI's na valência de ERPI, mas tendo aumentado todas as outras, foi praticamente igual à soma dos valores que o PS fez na legislatura 16/20.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: Aumentamos de mil e um euros para mil cento e sessenta e cinco euros o valor padrão na valência ERPI.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(*) O Orador: Por um motivo muito simples, porque não queremos instituições de mão estendida e todos os dias a pedir-nos dinheiro e acordo de cooperação eventual, queremos diminuir os apoios eventuais, queremos que aquele valor padrão sirva para a instituição fazer face às despesas que tem com aquele idoso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) O Orador: E foi esse o nosso objetivo, porque antes o que vigorava era o apoio eventual, todos os dias pedir uma máquina de lavar, todos os dias pedir um esquentador, todos os dias pedir um cilindro, todos os dias andar de mão estendida e isso com este Governo não vai acontecer, não queremos IPSS's de mão estendida, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) **O Orador:** Mais, mais, encontramos IPSS's, regularizamos a carreira das educadoras de infância, uma herança pesada deste Governo, quase 2 milhões de euros que pagamos para regularizar as carreiras das educadoras de infância, regularizamos a carreira dos assistentes socioprofissionais, Sras. e Srs. Deputados e, portanto, valorizamos o trabalho, valorizamos situações precárias que herdamos do anterior Governo, esta é que é a realidade e, quando eu digo, Sr. Deputado Berto Messias, que estava aqui neste debate e podia ter vindo ao debate, mas à margem do debate resolveu fazer um *fait divers*, como o Sr. gosta de fazer, já é seu hábito, já toda a gente o conhece, Sr. Deputado, já toda a gente o conhece daqui e o conheço daí...

Deputado Berto Messias (PS): Também o conhecem a si!

(*) **O Orador:** E o que eu quero dizer, Sr. Deputado, não é às IPSS's, que eu fiz a crítica, foi ao seu Governo, ao seu Governo,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) **O Orador:** ... Sr. Deputado, ao seu Governo, que não os apoiou, que os deixou na mão, ao seu Governo, porque fechava uma e criava outra para substituir aquela, em várias valências, olhe, tem bem o Norte Crescente como exemplo, Sr. Deputado, tem bem o Norte Crescente como exemplo, Sr. Deputado, o Norte Crescente é bem um exemplo, mas há mais, mais Sr. Deputado,...

Deputado Berto Messias (PS): Teve uma declaração infeliz! Devia pedir desculpa às IPSS!

(*) **O Orador:** ... mais, usavam as IPSS's para criarem emprego, *jobs for the boys*, em alguns casos, Sr. Deputado, ora aí é que está, e é isso que eu quero dizer e é isso que eu digo, a crítica é ao seu Governo e a si, Sr. Deputado, particularmente, não me assusta nada e quer que lhe dê um exemplo? Quer que lhe dê um exemplo muito prático?

Deputado João Vasco Costa (PS): Posso dar vários!

(* **O Orador:** Sr. Deputado Nuno Barata, em São Jorge, vou dar um exemplo muito prático, de... Sr. Deputado Barata reconhecer-me-á o direito também à margem do debate, fazer algum comentário, já que o Sr. Deputado Berto Messias o fez lá fora eu faço-o cá dentro, cara a cara, sem medos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(* **O Orador:** Não vou lá para fora. Já respondi, já respondi o grande impacto que teve foi na saúde financeira das instituições A mais B.

Mas, há situações que nós vamos ter que resolver um dia destes, que são funcionários de IPSS's que estão a prestar serviços nas direções regionais, porque não puderam ser contratados para direções regionais para manterem o número de funcionários públicos baixos, falsamente...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É verdade!

(* **O Orador:** ... e contrataram nas IPSS's, só na habitação são nove, Sr. Deputado Berto Messias, nove contratados por uma IPSS para prestarem serviços na direção regional da habitação onde trabalham, isto é uma vergonha, isto é inaceitável, o Governo é que se aproveitou das IPSS e não o contrário, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(* **O Orador:** Essa é que é a realidade, e, é isso que eu digo e direi enquanto aqui estiver.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para um protesto a?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Pelo facto de sendo visado na declaração do Sr. Vice-Presidente, referindo-se a mim e também ao Governo anterior que usava as IPSS's para criar *jobs for the boys*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Protesta porquê? Achou que era pouco?

Presidente: tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, se dúvidas houvesse sobre a real intenção do teor da declaração do Sr. Vice-Presidente quando usou da palavra no objeto anterior, a necessidade que o Sr. Vice-Presidente teve de vir referir-se a isso novamente, mostra de forma muito clara aquela que é a perspetiva persecutória e coerciva que a vice-presidência do Governo tem relativamente às...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

(*) **O Orador:** ... instituições particulares de solidariedade social.

Eu fui visado agora pelo Sr. Vice-Presidente, tendo em conta que o Partido Socialista tomou posição pública há pouco, tendo em conta que consideramos que as afirmações do Sr. Vice-Presidente quando se refere e dizia há pouco que foram criadas muitas IPSS por más razões são, na nossa perspetiva de extrema gravidade, porque põe em causa o trabalho de todas as instituições particulares de solidariedade social na nossa Região e põe em causa também o trabalho dos seus órgãos sociais que trabalham voluntariamente, sem receber nada em troca...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Norte Crescente!

(*) **O Orador:** ... e que servem, desta forma, milhares de açorianos nas suas diversas vertentes.

Lamentamos profundamente por isso, que o Sr. Vice-Presidente do Governo, que tutela a área da solidariedade social tenha feito essa afirmação, o que demonstra bem aquela que é a sua perspetiva persecutória...

Deputado João Bruto da Costa (PS): Isso já não é protesto!

(*) **O Orador:** ... relativamente às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Nos Açores, felizmente vigora o livre direito à constituição de associações e de instituições particulares de solidariedade social.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do Governo:
Agora!

(*) **O Orador:** Infelizmente, pela afirmação que o Sr. Vice-Presidente fez esta manhã e pelo facto de ter sentido a necessidade de agora vir reagir a essa posição, infelizmente, isso não augura nada de bom sobre o futuro da relação entre o Governo e as instituições particulares de solidariedade social e o manto de suspeição que o Sr. Vice-Presidente lança aqui sobre as instituições particulares de solidariedade social na nossa Região.

E, portanto, não podíamos deixar de protestar e vamos fazê-lo sempre que se justificar a defesa intransigente do trabalho das instituições particulares de solidariedade social na nossa Região, não as usando com conveniências partidárias,...

(Risos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

(*) **O Orador:** ..., como fez aqui há pouco o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, querendo tem direito a um contra protesto.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ó Sr. Deputado Berto Messias, ainda bem que o Sr. veio ao debate agora, foi preciso um protesto, porque antes não teve essa frontalidade de vir ao debate.

Repudio na íntegra, repudio na íntegra, as acusações que o Sr. fez a este Governo, porque eu dei-lhe o exemplo de nove funcionários...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Quem são essas pessoas?

(*) **O Orador**: ...,que estão contratados numa IPSS para prestarem serviços na Direção Regional de Habitação, e, isso Sr. Deputado, quer dizer que essa gente devia ter sido contratada pela Direção Regional da Habitação.

Isso, Sr. Deputado, devia ter sido assim, isso e encontrar numa determinada IPSS um Sr. engenheiro a ganhar mais de 20 mil euros por ano para tratar das estufas e as estufas estavam cheias de erva.

E chegar lá e não ter lá nada, que é que faz 26 mil euros por ano?

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso não lhe fica bem, Sr. Vice-Presidente!

(*) **O Orador**: Ganha o Sr., é, fica-lhe bem, fica, não lhe fica bem é a si, não lhe fica bem é a si, Sr. Deputado, mas os Srs. fizeram isso nas IPSS, porque precisavam de contratar gente, precisavam de ter *jobs for the boys*, e como não podiam fazê-lo na função pública, porque exigia concurso, Sr. Deputado, exigia concurso e os Srs. na função pública não podiam...

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está a desconsiderar as direções da IPSS!

(*) **O Orador**: ... por quem os Srs. quisessem e fizeram através das IPSS.

Essa é que é a realidade, mas não é só aí, há mais, mas a pouco e pouco lá vamos chegando, Sr. Deputado, aliás, temos outro exemplo ao nível do poder local, que o Sr. Deputado muito bem conhece, é na Praia da Vitória, Sr. Deputado,...

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradeço que termine.

(*) **O Orador:** ... o Sr. muito bem conhece, a Cooperativa Praia Cultural.

Deputado Berto Messias (PS): E então?

(*) **O Orador:** ..., o Sr. muito bem conhece, a dívida que deixaram e a sustentabilidade de 2 milhões de euros por ano que tem que pagar de funcionários,...

Deputado Berto Messias (PS): E então? E o serviço que prestam?

(*) **O Orador:** ...,que imputam à autarquia, Sr. Deputado, é também um delegado vosso, quer no poder local, quer na questão social, quer em vários locais, *jobs for the boys*, Sr. Deputado, fugiram ao concurso público, essa é que é a questão e essa é que são *jobs for the boys*.

Custa lhe ouvir, Sr. Deputado, mas essa é a verdade e há de levar ainda mais, há de haver mais casos que não são só esses há mais,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a pôr em causa as IPSS dos Açores!

(*) **O Orador:** ...,mas vamos devagarinho, que é pra o Sr. ir ouvindo tudo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

(*) **O Orador:** Vou terminar, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. está a pôr em causa os órgãos sociais dos Açores! Isso não lhe fica bem!

(*) **O Orador:** Não estou não, estou a pôr em causa a política do seu Governo e a criação de *jobs for the boys* pelo seu Governo, que não podiam fazer na função pública, porque exigia concurso,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é nada disso!

(*) **O Orador:** ...então criaram IPSS's para contratar funcionários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Não é nada disso! Isso é de ignorância atroz!

O senhor sabe que não é nada disso!

O senhor proteste para eu poder falar

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Conte uma anedota! O senhor já contou uma pode fazer mais uma!

Tem mais!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não ameace!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, vamos avançar para objeto 2 - Especificidades Geográficas e Ambientais. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a primeira questão.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em todas as nossas ilhas as Fajãs são uma constante, mas em São Jorge, obviamente, elas são ainda mais presentes.

De todas as Fajãs de São Jorge, a Fajã da Caldeira de Santo Cristo será porventura, a mais emblemática, aquela que suscita provavelmente mais visitas, mais visibilidade e também aquela que obviamente suscita mais cuidados do ponto de vista da gestão ambiental, da gestão do seu espaço, aliás, aqui hoje já se falou também da apanha da ameijoa, da questão dos equipamentos que por lá existem, mas na visita que fizemos à Fajã da Caldeira de Santo Cristo, aquilo que mais ressaltou à nossa vista foi a panóplia de entidades que têm, digamos, tutela sobre todos os setores de relevante importância para aquela Fajã.

O Mar manda na Caldeira, o Ambiente controlará outras áreas, a própria autarquia da Calheta tem competência noutras áreas, nomeadamente no abastecimento de água e na recolha de resíduos.

Importa perceber, também, se o Governo Regional tem alguma intenção de coordenar com uma única entidade espaços tão importantes como o da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, até para o replicar noutras situações que existem pelos Açores fora.

E há uma situação que ressalva que tem a ver com a utilização do trilho de acesso à Caldeira pela Fajã dos Cubres e que tem muito a ver com a utilização das viaturas de tração às quatro rodas, e, que, apesar de uma Portaria existente, ela se torna ineficaz para não dizer que inclusivamente a Portaria carece de suporte legal, digamos.

E por isso importa perceber, o que é que o Governo tem em mente, o que é que pretende fazer para o controlo de acessos à Caldeira, quer por viaturas dessa natureza, quer, inclusivamente pela zona do trilho pedestre que vem da zona da Serra do Topo, para digamos, controlar o acesso à Caldeira da Fajã de Santo Cristo, por ser um ecossistema frágil, um ecossistema que carece de acompanhamento permanente e que carece, obviamente, também desta preocupação do Governo Regional, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, certamente terá alguma informação para nos trazer aqui hoje, não sem antes dizer que, também é importante olhar para aquela situação da pedreira, onde estão estacionadas as máquinas que o Sr. Secretário do Mar há pouco fez alusão, porque existe ali, além da exploração abusiva de alguns inertes, eu diria que existem lá derrames de hidrocarbonetos que estão numa altitude que pode inclusivamente contaminar a própria zona da Caldeira, e, nesse aspeto, gostava de perceber o que é que o Governo Regional tem em mente para minimizar esses danos ou se não mesmo, acabar com eles.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno barata, muito obrigado pela questão, naturalmente, em relação à gestão de um sítio muito específico como a Caldeira de Santo Cristo, um ex-libris da nossa Região, não é possível a gestão ser feita apenas por uma entidade, até pela divisão orgânica e com potencial que existe a quem tutela aquela zona. O Governo Regional tem obviamente, uma divisão orgânica que leva a que a gestão da Lagoa seja feita pela Secretaria Regional de Mar e Pescas, sendo uma área protegida naturalmente, a parte do trilho e muitas componentes da Caldeira, são geridas pela Secretaria Geral do Ambiente e Alterações Climáticas, mas obviamente, as autarquias têm competências próprias e a autarquia da Calheta tem competências nas áreas, exatamente que o Sr. Deputado também referiu, portanto, não é previsível que a gestão possa ser feita apenas por uma entidade e no caso, presumi que, o Sr. Deputado entendesse que eventualmente seria a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, isso pelo menos, não é, enfim, não se afigura uma solução muito simples, naturalmente, que foi aprovado um plano de gestão para a Caldeira de Santo Cristo, Fajã dos Cubres em 2010, é um plano que tem dez anos, grande parte das suas medidas já estão a implementadas, carece seguramente, de uma revisão a breve trecho ou de realização de um novo plano ou uma revisão desse plano. Em relação à questão que levantou sobre a zona da pedreira, que presumo que seja o acesso à Furna do Poio a que se refere, na Fajã dos Tijolos, naturalmente, o Sr. Secretário do Mar e Pescas poderá dar mais algum contributo, mas há já uma verba inscrita para a criação de um, enfim, um edifício para arrumar as máquinas que laboram na Lagoa e que irá, obviamente,

permitir resolver parte dos problemas ambientais que se verificam com a deposição, nomeadamente com a deposição de óleos.

Dar nota também que para 2023 está prevista a construção, portanto, uma empreitada de ordenamento e arranjo paisagístico do acesso à zona da Furna do Poio com construção de um parque de estacionamento também para motociclos, um ambição antiga e que se prevê que possa decorrer já, portanto, na anteproposta de plano para 2023, já contém verba para a criação desse parque de estacionamento, aliás, como contém também verba para a criação de um parque de estacionamento na zona da Fajã dos Cubres, junto às instalações sanitárias que foram construídas pelo Governo Regional e que foram cedidas à Câmara Municipal da Calheta.

Portanto, com a construção destes dois parques de estacionamento, resolve-se o problema, naturalmente, de ordenamento do acesso, um dos problemas de ordenamento do acesso, mas também se criam condições para resolver um problema, enfim da deposição que existia de alguns resíduos naquela zona e também com as manchas de óleo que por vezes se verificam naquela zona, até porque isso será complementado com o edifício para arrumo das duas máquinas que existem lá e, portanto, para a manutenção das próprias máquinas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Nuno Barata pretende usar o direito de réplica? Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Pelo que percebi a construção de um edifício na zona da pedreira será a solução encontrada para a sucessiva deposição de restos de hidrocarbonetos no solo, Sr. Secretário, eu com o devido respeito, não me parece que mais um edifício resolva o problema, o que é preciso é tirar esses hidrocarbonetos de lá e que eles não sejam

depositados, porque, se eles forem depositados do lado de trás do edifício é igual, não é um edifício que vai resolver o problema, o edifício provavelmente será mais um mamarracho que não vem trazer solução senão abrigar as máquinas para elas não se degradarem, já é uma coisa boa, porque até agora o que se vai fazendo é levando mais uma, cada vez que uma se degrada leva-se outra e fica lá a sucata, porque até é difícil tirar de lá para fora, a não ser desmantelada, mas sim, já percebi que a ideia é fazer um edifício naquela zona.

Mas eu queria perceber é que medidas serão tomadas para não haver deposição de hidrocarbonetos naquela zona, porque as máquinas vão continuar a fazer manutenção lá, vão continuar a ter derrames lá, é preciso um plano de proteção para essas contaminações, e, se a pedreira vai continuar a ser explorada de forma ilegal, como tem sido e já agora, a questão da legalidade da Portaria no acesso pelas moto quatro à Fajã.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, naturalmente que a construção de um edifício que possa estar devidamente legalizado, impermeabilizado, permitirá fazer as manutenções às máquinas em condições adequadas, como sabe, não é possível e disse, e bem, não é possível colocar e retirar as máquinas de lá para fazer manutenções, portanto, criar condições para poder fazer um plano de manutenções a essas máquinas, tornar ou dar garantia que elas possam ter menor probabilidade de verter hidrocarbonetos, pois esse é o primeiro passo que tem que ser feito, naturalmente, que como qualquer viatura, é sempre possível, a determinada altura, haver um derrame de combustíveis, mas se houver um local onde nós possamos fazer as manutenções, possamos abrigar as máquinas, que

possamos tornar as condições de arranjo dessas máquinas de acordo com aquilo que está estipulado na legislação em vigor, pois esse é seguramente o primeiro aspeto que tem que ser tido em conta.

Se, obviamente, existirem, enfim, posições de hidrocarbonetos marcadas no terreno que possam ser retiradas, pois naturalmente também se poderá fazer uma intervenção de remoção desses hidrocarbonetos, mas o que me parece mais importante é de futuro, criar condições para que estes derrames e deposições não voltem a acontecer e isso começa com condições para fazer manutenção adequada à maquinaria que lá existe.

Em relação à Portaria, a Portaria foi criada, como sabe, em 2018, já teve uma revisão em 2021, de alguma forma para também, porque como nós sabemos, o trânsito, a passagem das moto quatro tem diversos impactos, sejam ecológicos, sejam ambientais, mas também em termos de ruído e no bem-estar das populações e também de quem utiliza aquele trilho e, portanto, fez-se uma alteração em 2021 para tornar o acesso um pouco mais restritivo, e, posso informar também que na próxima segunda-feira haverá reunião do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e será colocada à apreciação uma nova proposta de alteração à Portaria, e, como é óbvio, e sempre que há reuniões do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento sustentável, poderão surgir novas ideias para adicionar em termos de alteração essa Portaria.

É este o estado da situação, naturalmente, não é espectável que se possa interditar o acesso, por todas as razões e mais alguma, o acesso à Caldeira de Santo Cristo, o que há é que ter capacidade de regulamentar e capacidade também de fiscalização, existem várias entidades que fazem a fiscalização lá dentro, desde da GNR à polícia, às forças de segurança e também os vigilantes da natureza e ainda a inspeção regional do ambiente e, portanto, há um conjunto de entidades com competência nessa fiscalização, há que garantir que é possível fazer essa

fiscalização em condições adequadas, sendo certo que não é possível, enfim, tornar muito mais restritiva a Portaria que regula o acesso à Caldeira, mas como lhe digo no próximo CRADS, na próxima segunda-feira, será submetida à apreciação do Conselho uma nova proposta de alteração a esta Portaria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Falando, e uma vez que este objeto é referente também às questões ambientais, a verdade é que um dos grandes desafios da Região Autónoma e também da ilha de São Jorge é, sem dúvida, a redução de resíduos, a promoção de uma economia circular, alcançando assim um desenvolvimento mais sustentável, mantendo sempre os equilíbrios entre a parte económica, ambiental e social e, como tal, um investimento estratégico foi, sem dúvida, o centro de processamento de resíduos, uma obra que foi entregue em 2015, mas a verdade é que é de conhecimento público, as dificuldades que têm existido desde a contratação de pessoal, mas também a necessidade de alguns trabalhos de manutenção e de melhoria da infraestrutura e das condições de quem lá trabalha. E como tal, a questão que queria colocar é: que investimentos foram feitos, que investimentos é que estão previstos no centro de processamento de resíduos, sendo certa que é urgente criar melhores condições a quem lá trabalha e para o desempenho daquilo que é o seu propósito.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, obrigado pela sua questão, efetivamente os centros de processamento de resíduos são fundamentais na gestão de resíduos nas nossas ilhas, como disse e bem, este centro processamento de resíduos de São Jorge foi entregue em 2015, é explorado pela empresa *Equiambi*, que explora também o centro processamento de resíduos da Graciosa, tem havido algumas dificuldades na gestão deste centro, que têm vindo a ser ultrapassadas, a *Equiambi* realizou um conjunto de intervenções ao nível da reparação do coberto do edifício de compostagem, ao nível do processamento de vários passivos que estavam acumulados e que necessitavam de triagem e encaminhamento, na manutenção das instalações ao nível das pinturas interiores e exteriores, mas efetivamente tem havido alguma dificuldade na gestão deste centro.

Em 2021, no final de 2021, foi feito um investimento por parte da Secretaria no CPR, neste centro de processamento de resíduos, ao nível do seu edifício de triagem e compostagem para correção do pavimento, foi um investimento de 25 mil euros mais IVA, que permite a otimização da gestão através de uma melhor organização deste espaço.

Dar nota também que no âmbito do REACT-EU, está em curso uma reestruturação dos centros de processamento de resíduos da Região, um investimento

significativo que está a ser feito para adaptação dos CPR's à compostagem de resíduos orgânicos de proveniência seletiva.

Em São Jorge, em 2022, será entregue um pré triturador industrial no valor de 209 mil euros mais IVA e também uma máquina giratória com pinça e balde no valor de 104 mil euros mais IVA, e, em 2023 está previsto uma intervenção de reestruturação dos centros de processamento de resíduos no valor de 300 mil euros, ou seja, até ao final de 2023 contamos investir no centro de processamentos de resíduos de São Jorge 600 mil euros, no âmbito deste programa REACT-EU, financiados a 100%, como saberão os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras e Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A ilha de São Jorge possui valores ambientais ímpares, incluindo biodiversidade, habitas, paisagísticos, geológicos e culturais singulares.

Em resultado da sua configuração alongada, apresenta uma extensa linha de costa, correspondente ao terceiro maior perímetro costeiro do arquipélago dos Açores.

O aspeto montanhoso da ilha é devido sobretudo às arribas escarpadas, sendo que na orla costeira surgem pontualmente superfícies planas designadas por Fajãs, que são uma característica diferenciadora na ilha.

Com um património natural único, quer para os jorgenses, que culturalmente se sentem ligados a estas, sendo parte integrante claro das suas vivências, quer também para todos os turistas que visitam a ilha e que com elas se vislumbram. Tendo sido publicado a 8 de outubro de 2020, o plano de ação das Fajãs de São Jorge, na qual prevê uma programação orçamental de 451 mil 583 euros e 34 cêntimos para 2022 e prevê para 2023 o valor de 403 mil 083 euros e 34 cêntimos para ações necessárias para a conservação e proteção de áreas de património natural, assim como, para ações preventivas que diminuem fenómenos erosivos nas paisagens das Fajãs, vem-se a verificar que, no caso concreto de São Jorge, na rubrica 8.3, conservação da natureza e biodiversidade não inclui qualquer verba.

A pergunta prende-se, como pretende este Governo Regional ter uma ação direta, levando a cabo as ações necessárias para a conservação da paisagem e de todo o património natural e geológico das nossas Fajãs?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Senhora Deputada. Para responder tem a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, muito obrigado pela sua questão. Eu confesso que não tenho a certeza de qual é que foi a questão que colocou. Falou no plano de ação das reservas da Biosfera, depois perguntou para 2023 que verbas é que estariam inscritas para conservação da natureza, portanto, julgo que terá, no fundo, misturado dois temas, um, que, naturalmente que o plano de gestão, plano de ação

das reservas da Biosfera inclui medidas de conservação da natureza e que, enfim são aquelas que estão definidas e que V. Exa. referiu, mas para além disso, existem muitas outras medidas de conservação da natureza e, no caso, nós temos três projetos Life, a decorrer, e, que incidem sobre a ilha de São Jorge, desde logo o projeto *Life Azores Natura*, que tem intervenção no ilhéu do Topo e também na Fajã dos Cubres, e, que, enfim, um projeto que, como sabe, prevê mais de 19 milhões de euros para investir nos Açores e que tem intervenção na ilha de São Jorge, no início do ano passado, iniciou-se o projeto *Life Ip Climaz*, que irá fazer ações de conservação da natureza, remoção de espécies invasoras, desobstrução de ribeiras e também a plantação de espécies endémicas em dois troços da Ribeira Seca na Calheta e tem também o projeto de *Life Vidalia*, que tem intervenção no Topo em Santo Cristo, nos Cubres, na Fajã das Pontas e também na Ribeira da Areia e, portanto, qualquer um destes projetos tem verbas e ações inscritas para o ano de 2023 na ilha de São Jorge.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem agora a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

O trilho da Caldeira de Santo Cristo, Fajã dos Cubres é sem dúvida um dos mais procurados, se não mais procurado, dado que a maioria dos turistas que visita a ilha, visita a Caldeira do Santo Cristo.

Ao longo do tempo, tem existido uma melhoria na manutenção do estado do trilho, no entanto, as guardas do trilho foram se deteriorando, degradando e algumas partindo-se.

E como tal, pergunto ao Sr. Secretário se estão previstos trabalhos na sua recuperação e manutenção?

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

***) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Silveira, muito obrigado pela sua questão. Efetivamente têm sido realizados investimentos importantes na Caldeira e nos trilhos que lhe dão acesso, relativamente ao trilho entre a Fajã dos Cubres e Fajã da Caldeira do Santo Cristo, as fortes chuvadas que foram verificadas nos meses de novembro e dezembro de 2021, efetivamente levaram a deterioração acentuada daquelas guardas que lá existiam, são guardas que foram feitas em madeira de urze, e, que efetivamente se foram deteriorando, são guardas também, na verdade que têm mais de 10 anos, e, portanto, era espectável que a determinada altura começassem a necessitar de manutenção e de reparação. E, neste sentido, em agosto de 2021, foi

feito um levantamento das necessidades de intervenção para beneficiação do trilho que liga a Fajã dos Cubres à Caldeira de Santo Cristo, nos cerca de 3,5 km de extensão, entre a zona do alpeirão e o parque de estacionamento da Fajã dos Cubres. E esse levantamento inclui concretamente informação sobre o melhoramento ao nível de drenagem das zonas intercetadas por linhas de água,

melhoramentos ao nível das guardas de segurança do trilho, aliás, ao nível da segurança do trilho, através da colocação de guardas, trabalhos de estabilização de taludes, trabalhos de repavimentação e também ordenamento do trilho, será previsto ainda um melhoramento ao nível do armazenamento de resíduos.

Deste valor, aliás, estimou-se com esta intervenção, um valor de 310 mil euros. Em 2023 será realizado este projeto, há uma verba prevista de 25 mil euros para o efeito, será realizado o projeto e prevê-se que a intervenção seja feita ao longo de 2024. Para além disso, e como também dei nota há pouco na resposta à questão do Sr. Deputado Nuno Barata, há verba prevista na anteproposta de plano para a construção dos dois parques de estacionamento, um na Fajã dos Cubres e outro também na zona da Furna do Poio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições. Estávamos na primeira pergunta do segundo objeto. Pergunto se, no âmbito da primeira pergunta do segundo objeto, há mais inscrições. Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para fazer a segunda pergunta do segundo objeto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mantendo-me nas características específicas da ilha de São Jorge, nomeadamente na condição geográfica da existência de inúmeras fajãs com acessibilidade difícil e centrando-me na parte da proteção e segurança nessas mesmas especificidades, constatamos nas duas corporações de bombeiros que visitámos a inexistência de meios adequados ao resgate, assistência e proteção das populações nessas zonas, nessas áreas geográficas de acessibilidade difícil.

A palavra proteção civil entrou no léxico dos açorianos depois de 01 de janeiro de 1980, como todos sabemos e alguns ainda se recordam por serem mais velhos. E a pergunta que deixo ao Sr. Secretário da tutela ou a quem entender responder: que meios tem o Governo Regional previstos para fornecer ou permitir a contratação às Associações Humanitárias de Bombeiros da Calheta e das Velas, no sentido de adquirirem meios adequados ao resgate e assistência às populações naquelas áreas recônditas, nomeadamente um meio que tem vindo a ser considerado essencial, como por exemplo uma moto-quatro no género daquelas que a polícia marítima e o exército português têm.

Há também uma falha na ilha de São Jorge, no nosso entender, grande, aliás, é transversal a todas as corporações de bombeiros dos Açores, mas no caso de São Jorge, atendendo à geografia, como disse há pouco, e à orografia do terreno, este meio faz ainda mais falta, que é uma ambulância de tração às quatro rodas. Existem em algumas porque o exército as tem, mas noutras não existe. E há ilhas em que não existe mesmo nenhuma.

Daí a pergunta, Sr. Secretário: quando as associações e as corporações de bombeiros vão ter os meios adequados às necessidades de que necessitam?

E, já agora, quando vai rever a tabela de pagamento dos serviços de urgência e de transporte de doentes não urgentes?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto para responder.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões de proteção civil, que são questões que têm muito a ver com a nossa natureza e com aquilo que decorre do isolamento e de algumas intempéries que nos caracterizam, infelizmente, a proteção civil desenvolve um trabalho muito importante, em cooperação com os serviços municipais de proteção civil e com as associações de bombeiros. É, no fundo, nesta tríade de responsabilidade que deve ser encarada a proteção civil.

As associações são dos sócios, que têm a sua autonomia e a sua liberdade de funcionamento. O primeiro responsável da proteção civil é o município. E há responsabilidade regional da proteção civil através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. É um papel fundamental para a segurança das populações.

O que tem sido desenvolvido pelos bombeiros dos Açores, nestas décadas em que existem, é um papel inestimável. E tudo aquilo que se possa fazer é sempre insuficiente para as necessidades e para aquilo que, de facto, estes bombeiros merecem.

O que posso dizer relativamente àquilo que tem sido o trabalho deste Governo relativamente a esta matéria é no sentido de atualizar alguns valores, no sentido de atualizar o parque de viaturas das corporações de bombeiros e respetivos equipamentos. Só para terem uma ideia, este Governo atualizou, com efeitos a 01 de janeiro deste ano, o valor relativo ao apoio dos combustíveis em 29%. Ora, quando foi feita essa atualização em 29%, ninguém imaginava o descalabro em termos de preços de combustíveis que decorreu da instabilidade militar na Europa, não se adivinhava isso. O apoio de 29% era, por si, um apoio que se entendia

robusto para fazer face ao tempo em que não houve essa atualização. Isto não era atualizado há mais de três anos. Atualizámos em 29% o valor do apoio aos combustíveis.

Nos transportes urgentes, em 2021, houve uma atualização de 2,8%, em 2022, uma atualização de 2,7%, isto no valor unitário, para além de ter sido feita uma atualização nalgumas associações para dotar esse apoio de um equilíbrio para haver um critério que seja uniforme entre todas, porque não havia essa uniformidade de critério na atribuição dos apoios aos tripulantes. Por exemplo, os bombeiros da Calheta, neste equilíbrio que foi feito, este ano, tiveram o apoio de mais um tripulante, o que implica só de aumento relativamente àquilo que tinham antes cerca de 20 mil euros, relativamente ao que recebiam antes e o que recebem agora, só tendo em conta a atualização, sem contar com a atualização dos 2,7%. Só de ter mais um tripulante implica um aumento de cerca de 20 mil euros, para fazer o mesmo trabalho que faziam antes, isto é, a responsabilidade era a mesma, mas tiveram mais de 20 mil euros do que tinham anteriormente.

No que diz respeito ao transporte não urgente, também detetamos que havia aqui alguma falta de critério e de uniformidade, havia unidade de saúde que pagavam valores diferentes por serviços idênticos. E o que foi definido foi estabelecer um valor mínimo a partir do qual podiam ser pagos valores distintos, mas esse valor mínimo implicou um aumento, relativamente àquilo que existia antes, de 9%.

Para além de tudo isto, que são apoios genéricos da Região, e falei especificamente do apoio da Calheta, temos também determinado apoiar excecionalmente as Associações de Bombeiros Voluntários de Velas e de Calheta num valor que tem a ver com a circunstância da crise sismovulcânica e do impacto que isso teve. Este valor excecional do apoio extra é de 5031 euros, tem a ver com número de tripulantes, para cada uma das associações, para o corrente ano de 2022.

Em termos de equipamentos, o que notamos foi que não havia investimento nessa área há muitos anos e os equipamentos estão estavam obsoletos, os equipamentos de proteção individual, tudo isso estava obsoleto e houve um processo de contratação que já foi desenvolvido, que já está adjudicado, de 240 mil euros para toda a Região e que, relativamente aos bombeiros da Calheta, foram atribuídos 18 equipamentos de proteção individual para o exercício de funções, na Associação de Bombeiros da Calheta.

A Associação das Velas tinha-se antecipado e tinha adquirido por sua conta, uma vez que o Governo anterior não tinha feito nenhuma atribuição e era necessário proceder à aquisição desses equipamentos. Adquiriu por sua conta, no entanto, não foram prejudicados por isso e foi fornecido um valor de 4 mil euros para aparelhos respiratórios de isolamento de circuito aberto, que também já está atribuído.

Estão em curso procedimentos de aquisição de ambulâncias. Infelizmente, um dos concorrentes recorreu e está em tribunal. Houve aqui um pedido...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... para que fosse tornado eficaz este concurso, independentemente do resultado dessa ação. Vão ser distribuídas pela Região de forma equitativa.

E também está em curso um processo de aquisição de viaturas pesadas. Há quatro que já estão identificadas. No próximo Plano e Orçamento, pretendemos adquirir mais quatro. E assim sucessivamente, para renovar a frota de viaturas pesadas.

Sr. Presidente, termino já, para dizer que estamos a falar de equipamentos, estamos a falar de valores, mas, para além disto tudo, há algo que me parece muito importante, e termino já, Sr. Presidente, que tem a ver com a formação, formação quer de bombeiros, quer da população. Isso é essencial. E tenho aqui um conjunto de formações que foram dadas durante os últimos tempos e que estão previstas para este ano, exatamente para dotar, quer sejam as associações, quer o cidadão

individual, da formação adequada para intervir em situações de crise e de catástrofe. Mas, se tiver oportunidade, depois identificarei essas ações.

Obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a réplica. Faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário vai ter, claramente, tempo para, na resposta à réplica, esclarecer aquilo que tem para esclarecer.

E eu começava precisamente por lhe pedir que, uma vez que não respondeu à minha pergunta primeira, que tem a ver com a aquisição de ambulância 4x4 e da pequena viatura 4x4 para os bombeiros das Velas e da Calheta, tem então o Sr. Secretário a oportunidade de, em réplica, esclarecer sobre o plano de formação e a resposta à primeira pergunta que ficou por responder.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra do Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pergunta que colocou da aquisição da pequena viatura, não tenho conhecimento desse pedido. Obviamente que junto do Serviço Regional irei tentar perceber se existe algum pedido formal para essa pequena viatura de 4x4.

No que diz respeito às ambulâncias e viaturas todo-o-terreno, são os processos que estão a decorrer. Penso que são 20 ambulâncias, um processo que está a decorrer. E, para além disso, também, é o processo das quatro viaturas de todo-o-

terreno, viaturas pesadas. Há quatro onde não está incluída nenhuma corporação de São Jorge. A decisão teve apenas critérios técnicos e que têm a ver com a casuística e com o tempo de vida das viaturas existentes. E este critério fez com que fosse decidido para as associações de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória, tendo em conta a casuística e o último veículo adquirido, e um para a Graciosa, que não existe nenhum outro. Há uma única associação de bombeiros e essa única associação de bombeiros não tem veículo mesmo. E, tendo em conta o valor disponível no orçamento, foram esses quatro. No próximo Plano e Orçamento iremos identificar outros quatro para avançarmos com outro tipo de contratação.

No que diz respeito à formação, vou referir apenas a formação da qual beneficiaram bombeiros de São Jorge, isto é, formação de corpos de bombeiros apenas para São Jorge: certificação de tripulantes de ambulância de transporte; sistema de gestão de operações; tripulantes de ambulância de socorro; recertificação de tripulantes de ambulância de socorro; recertificação de salvamento e desencarceramento; recertificação de salvamento em grande ângulo; liderança e motivação humana; salvamento em grande ângulo. Todas estas já foram realizadas e beneficiaram bombeiros de São Jorge. Até ao final deste ano, estão previstas mais duas ações de formação: uma para tripulantes de ambulâncias de transporte; e uma de salvamento e desencarceramento. Só nestas duas que faltam até ao final do ano são 30 participantes de São Jorge que vão merecer esta formação.

Para além disto, foi dada formação à população em geral, nomeadamente em contexto escolar: um *mass training* em suporte básico de vida, três ações, na Escola das Velas, da Calheta e no Topo; um curso de primeiros socorros para docentes; e outras ações, incluindo reuniões de acompanhamento em vários clubes.

São essas ações de formação que entendemos que devem ser o mais alargas possível à população, para que a população tenha, de facto, informação relativamente ao seu comportamento em crise. Parece-nos que isso é determinante para tudo aquilo que queremos que não aconteça, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... mas, acontecendo, termos a resposta adequada, quer da sociedade, organizada através dos corpos de bombeiros, associações de bombeiros, serviços municipais e regional de proteção civil, quer através da população.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O investimento na área das energias renováveis é cada vez mais importante. E, com a realidade que vivemos atualmente, tal assume cada vez mais relevância nas nossas ilhas.

No que respeita aos apoios na área da energia, qual tem sido a evolução, no caso da ilha de São Jorge, no que respeita ao Proenergia e ao Solenerge? É o que eu perguntava à Sra. Secretária.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente e Sr. Deputado Paulo Silveira, efetivamente, nós, ao nível da

Região, recebemos já 446 candidaturas, no valor de 6,5 milhões de euros ao Solenerge. É, de facto, um número bastante significativo que nos apraz aqui registar, porque esse era o objetivo do Solenerge, era chegar ao máximo de pessoas possível, cumprir as metas do PRR, conseguir que as famílias aderissem a este projeto. E, efetivamente, estamos a conseguir. Portanto, tenho os valores globais, mas dentro de pouco tempo posso-lhe dizer exatamente quantas candidaturas temos para São Jorge.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra, para colocar uma questão, a Sra. Deputada Isabel Teixeira. Faça favor.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

A proteção das orlas costeiras de São Jorge apresenta zonas sinalizadas como prioritárias. As mesmas têm constado nos Planos e Orçamentos deste Governo em 2021 e 2022.

Temos como referência, neste momento, a proteção costeira da Fajã João Dias. As dotações inscritas vão oscilando de ano para ano, com valores inferiores e sem obra efetuada.

Em relação à Fajã das Pontas, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas informou, recentemente, que foi adjudicada a execução da empreitada de proteção e estabilização costeira na Fajã das Pontas. No entanto, o projeto que a Junta de Freguesia do Norte Pequeno teve acesso não corresponde às necessidades apontadas, visto que abrange só 92 metros da zona da derrocada, seguida de uma zona de 60 metros sem qualquer intervenção e, novamente, uma zona a intervencionar na Fajã da Neca.

O projeto adjudicado não corresponde à total necessidade de proteção, ficando uma franja sem reparação. Haverá um segundo projeto para colmatar os 60 metros em falta, ou ficarão estes 60 metros desprotegidos, colocando em causa a segurança das pessoas e bens?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel, a empreitada que está em curso neste momento, relativamente à estabilização da zona costeira da Fajã das Pontas, em São Jorge, é uma empreitada no valor de 858 208,40 euros, com um prazo de execução de 270 dias e encontra-se já adjudicada à empresa Almério & Cordeiro. Estima-se o início da obra proximamente. E este é o projeto que nós temos.

Se, porventura, houver alguma situação que deva ser corrigida, a todo o momento será corrigida. Este é o orçamento e é o projeto que na Secretaria Regional já estava a decorrer. O que lhe posso neste momento dizer é que já está a empreitada adjudicada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer uma pergunta, neste caso a quem tem a tutela da energia, Sra.

Secretária, relativamente à produção de energia elétrica. E na produção de energia elétrica na ilha de São Jorge, nós conseguimos ver que a energia eólica, neste caso produzida, se comparamos desde 2015, está num decréscimo elevadíssimo. Em 2022, chegámos aos mais baixos valores de quilowatt produzidos na ilha de São Jorge. Uma pergunta muito simples: porquê?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo para responder. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Neves, efetivamente, Pedro Neves, peço desculpa, efetivamente, não lhe posso dizer porque é que ao longo destes anos todos a eletricidade proveniente de energias renováveis baixou ao longo dos anos. O que lhe posso dizer é o que está neste momento previsto em termos de investimentos de energias renováveis, exatamente com o objetivo de se aumentar a produção de eletricidade proveniente de energias limpas e, assim, reduzir...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não pode dizer nos últimos dois anos?

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Isso é para amanhã?

A Oradora: A verdade é que a pergunta me foi feita hoje.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Antecipou-se, Sr. Deputado!

A Oradora: E, portanto, sobre isso, eu gostaria de lhe transmitir que, em termos de energias renováveis, a EDA tem prevista a substituição dos seis atuais geradores de 300 quilowatts por cinco aerogeradores de 900 quilowatts. Portanto, traz logo aqui um aumento muito substancial de ($6 \times 3 = 18$), portanto, de 1800 para 4500 quilowatts.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é que é quilowatts!

A Oradora: Esta empreitada prevê, portanto, o aumento da potência do parque eólico do Pico da Urze e ficará concluída ao longo de 2023. E é um investimento estimado em 6,4 milhões de euros.

Também está prevista a instalação de um parque fotovoltaico na ilha de São Jorge com uma potência de um megawatt, com o valor de 2 milhões de euros.

Mas, para além disso, julgo que é muito relevante, é a instalação de baterias para, exatamente, armazenamento de energia ao longo do dia, nas épocas baixas, para poder depois de ser consumida nas épocas altas e para a estabilização da rede. E esse investimento nas baterias é de 10,5 milhões de euros.

Portanto, somando isto, nós estamos a falar de um investimento de 18,9 milhões de euros na ilha de São Jorge, para aumentar significativamente a produção de energia eólica e fotovoltaica, nesse caso, e também na estabilização da rede e no armazenamento de energia.

Em relação à questão que me tinha sido colocada e que eu, há bocado, não encontrava o mapa, relativamente às candidaturas de São Jorge ao Solenerge, temos aqui 38 candidaturas, no valor de 296 724 euros.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do

Governo:

Como já, ao longo desta sessão de perguntas, foi dito, realmente, uma das grandes características e o grande aspeto diferenciador da nossa ilha de São Jorge são as suas fajãs, sendo, sem dúvida, a Caldeira de Santo Cristo um dos ex-libris, um dos trilhos com maior procura. Sem dúvida que é a Fajã da Caldeira de Santo Cristo. A verdade é que são vários os trilhos que temos na nossa ilha, em que é realmente fundamental dotar aqueles que fazem a manutenção, porque existem várias áreas de jurisdição dos trilhos, seja do turismo, seja da parte do ambiente, e a verdade é que é necessário dotar os serviços de meios técnicos e humanos para, realmente, fazer uma adequada manutenção a esses trilhos, em momento em que temos o turismo em crescimento, em que cada vez mais são aqueles que procuram exatamente a ilha de São Jorge por esta sua característica diferenciadora, que são os seus trilhos, sendo o trilho Cubres/Caldeira um dos mais procurados.

A verdade é que tem existido uma melhoria na manutenção deste trilho. E a questão que eu gostaria de colocar ao Governo Regional é se, efetivamente, a consequência desta melhoria de manutenção também exigiu algum investimento por parte do Governo Regional. Porque a verdade é que só vamos conseguir ter os trilhos em boas condições de manutenção se tivermos também boas condições de recursos humanos e de equipamentos.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a Secretária Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tem, neste momento, a seu cargo a gestão e manutenção de três trilhos: o PR01, portanto, Serra do Topo/Caldeira de Santo Cristo/Fajã dos Cubres; o PR04, Pico do Pedro/Pico da Esperança/Fajã do Ouvidor; e PR06, portanto, Norte Pequeno.

Evidentemente, tem-se notado uma melhoria na gestão destes trilhos porque se fez um investimento substantivo na capacitação operativa dos Serviços da Secretária Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Há pouco, quando falei das guardas, efetivamente, em novembro e dezembro de 2021, após as fortes chuvadas, o estado do trilho da Caldeira ficou, enfim, bastante degradado. E com a aquisição que foi feita de equipamentos por parte da Secretária, tem sido possível, de facto, fazer uma manutenção que não era possível fazer anteriormente. Neste momento, o trilho está completamente ensaibrado. Isso antes não era feito, eram feitos apenas remendos. E, portanto, isso deve-se a um investimento de cerca de 200 mil euros que foi feito na aquisição de um mini *dumper*, uma mini pá carregadora, uma mini giratória e uma viatura todo-o-terreno. Obviamente que estes equipamentos são essencialmente utilizados no trilho Fajã dos Cubres/Caldeira de Santo Cristo, mas a verdade é que esse é o trilho de mais difícil manutenção. E resolvido esse trilho, são libertados recursos e meios para intervir nos restantes trilhos.

E o que é facto é que tem sido possível, enfim, numa interoperabilidade, colaborar com os restantes departamentos na manutenção também dos outros trilhos. E isso é notório, a evolução, no estado de conservação e manutenção desses trilhos.

Estes equipamentos permitem, para além disso, fazer intervenções também ao

nível da conservação da natureza e da desobstrução de linhas de água. E, portanto, foi um investimento fundamental num departamento que não tinha meios operativos para fazer face a essas responsabilidades e que, neste momento, com a aquisição, com a chegada destes equipamentos no início de 2022, passou a ter. E isso é notório, porque permite manter em condições não só os trilhos da Secretaria, como dar apoio à manutenção de outros trilhos que são da responsabilidade, quer da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, mas também aos trilhos geridos por juntas de freguesia e com intervenções muito importantes ao nível da conservação da natureza e da desobstrução de linhas de água.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Na questão do ambiente é absolutamente fundamental a questão dos centros de procedimento de resíduos, nomeadamente, no caso em apreço, na ilha que estamos neste momento a analisar, foi inaugurado, em 2014, um centro de procedimento de resíduos da ilha, que significou um investimento de cerca de 6 milhões de euros. Sei que tem tido dificuldades, algumas insuficiências.

E o que lhe pergunto é: o que é que está a ser preparado e planificado para resolver estas questões?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu julgo que, de alguma forma, essa questão já terá sido colocada no âmbito deste debate, mas, com todo o gosto, posso dar-lhe nota de que, efetivamente, este centro de processamento de resíduos foi construído, foi entregue em 2015 à empresa Equiambi, que tem tido algumas dificuldades de gestão daqueles equipamentos e de operacionalização.

Em 2021, foi feito um investimento de 25 mil euros no piso, que permitiu melhorar a gestão e a operacionalidade daquele espaço. E o que está previsto ainda durante 2022 é a aquisição de equipamentos no âmbito do programa REACT-EU. Até ao final de 2023, serão investidos 600 mil euros na ilha de São Jorge, cerca de metade para aquisição de maquinaria. Portanto, dei nota há pouco de um pré-triturador industrial de 210 mil euros (mais IVA) e também de uma máquina giratória de 105 mil euros (mais IVA).

Depois, será também feita uma intervenção ao nível da reestruturação para o processo de compostagem e de recolha seletiva de orgânicos. Como sabe, a partir de 2023, é obrigatória a recolha seletiva de biorresíduos. E, a partir de 2027, só são contabilizados para efeitos de cálculo de preparação para reutilização e reciclagem os biorresíduos que forem previamente triados, ou seja, de recolha seletiva.

E, portanto, é importante que a Região se adapte para o tratamento de biorresíduos. E é exatamente isso que será feito no âmbito de todos os centros de processamento da Região, um investimento de cerca de 4 milhões de euros.

No caso de São Jorge, até ao final de 2023, serão investidos esses 600 mil euros,

metade para a componente de obra de reestruturação do centro e metade para a aquisição de maquinarias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste objeto, da pergunta dois.

Não havendo, vamos avançar para a pergunta três do segundo objeto.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, para o terceiro objeto, se faz favor.

Presidente: Avançamos para o terceiro objeto: atividades fundamentais ao desenvolvimento e crescimento económico.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para colocar a primeira questão.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta passagem para o terceiro prende-se com o adiantado da hora. Corríamos o risco de gastar o tempo todo no segundo objeto e não chegarmos a esse terceiro objeto, que me parece importante.

E, neste sentido, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural trouxe-nos uma novidade boa relativamente ao preço do leite na ilha de São Jorge, que é uma novidade boa para todos os Açores, o leite subiu no mercado internacional. Não subiu foi em São Jorge o quanto devia ter subido e que subiu nos outros mercados. Aliás, não subiu nos Açores como tem subido noutros mercados, mas havemos de lá chegar um dia.

Mas já percebi, Sr. Secretário Regional, que o setor do leite em São Jorge está bem e recomenda-se. O senhor foi isso que disse aqui de manhã. Se calhar, eu entendi mal.

Mas uma das questões que se ouviu mais em São Jorge quando por lá andei foi precisamente a necessidade de diversificar produções e de garantir que quem não está no leite possa também ter o seu rendimento valorizado.

E, nesse sentido, pergunto, Sr. Secretário: porque é que os produtores de carne de São Jorge não têm mais quotas disponíveis de aleitantes, enquanto noutras ilhas se tem aumentado o número de quotas de aleitantes?

Há algum tipo de protecionismo que aqui vivemos, ou os produtores de carne de São Jorge não têm o mesmo direito que têm os produtores de carne das outras ilhas dos Açores?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão que é recorrente, mas que existe alguma confusão relativamente aos direitos de vacas aleitantes. Existem direitos que são cedidos ao produtor definitivamente e que são dele e que advém de Portarias Regionais. É um prémio à vaca aleitante pela sua sustentabilidade e um prémio monetário de apoio à perca de rendimento. E existem direitos de vacas aleitantes que provêm de uma reconversão daquilo que é a bovinicultura de leite para a bovinicultura de carne, que não são prémios que são cedidos definitivamente ao produtor, mas que são emprestados ao produtor e nunca são do produtor. E, portanto, os direitos de vaca aleitantes atribuídos nas outras ilhas são direitos que provêm da reconversão do leite para a carne.

O que é que se faz em termos de Portaria do apoio à perca de rendimento? Transformam-se aquilo que eram os apoios à perca de rendimento do leite para os apoios à perca de rendimento na carne. São duas situações diferentes. Como não existe reconversão de leite para a carne em São Jorge, não há possibilidade de atribuir esses direitos. Coisa diferente são todos os outros direitos atribuídos

definitivamente, em que todas as ilhas e todos os produtores da bovinicultura de carne têm acesso.

Ora, ao abrigo da reconversão, que abrimos, mas que também vem do anterior executivo também, neste momento, existem, nos Açores, 111 produtores que reconverteram as suas explorações de leite em explorações de carne, das quais foi atribuída em apoio à perca de rendimento, que vem do leite para a carne, 204.6 direitos. Ora, em São Jorge, nunca se abriu as Portarias da reconversão de leite em carne. Porquê? Porque nós consideramos que São Jorge tem uma história e um percurso político, que não vale a pena agora aqui nem temos tempo para o debater, mas, obviamente, é um percurso de baralhação e confusão das políticas públicas para a agricultura.

A verdade é que chegamos a uma situação em que, se abrissemos alguma candidatura de reconversão, o que estava em causa era um produto precioso e específico dos Açores, que era o queijo de São Jorge, porque para a reconversão iria, de facto, haver muitas candidaturas. Por isso mesmo e tendo em conta que é preciso, também, uma vez que não se abrem Portarias específicas da reconversão, nós teríamos que atuar ao nível específico e singular de São Jorge no âmbito da sua agropecuária.

Deputado Carlos Silva (PS): E nas Flores?

O Orador: Por isso é que nós temos, para o Plano para 2023, uma ação dirigida a São Jorge, que é o “Bovileite São Jorge”, que é uma ação que permite formação, que é uma ação que permite intercâmbios, que é uma ação que permite grupos de conversação, que é uma ação que permite acompanhamento daquilo que são os custos da produção de leite, que é uma ação que permite um acompanhamento à gestão das explorações. Ou seja, não devem haver medidas específicas para lugares específicos. Porquê? Porque nós, também, um dos objetivos deste Governo, e conseguimos, foi elaborar o plano estratégico para a fileira do leite. E

o plano estratégico para a fileira do leite...

Deputado Carlos Silva (PS): Faça um estudo!

O Orador: Não, não é um estudo.

O plano estratégico para a fileira do leite, pela primeira vez, vem trazer à Região Autónoma dos Açores o conhecimento sobre o que é que custa produzir um litro de leite, por ilha. E está perfeitamente identificado quanto é que custa produzir um litro de leite, qual é que é o peso dos apoios comunitários naquele que é, efetivamente, o preço pago ao produtor por litro de leite.

Porque é que isso ainda não avançou para aquilo que eu já anunciei, que tem a ver com, de facto, a publicitação, que nós queremos que seja mensal, daquilo que são os custos de produção, daquilo que é o apoio no litro de leite, proveniente dos apoios à perca de rendimento? Bom, como sabe o Sr. Deputado, está nesta Casa uma Resolução sobre o IAMA, que prevê a alteração dos estatutos do IAMA. Como o Sr. Deputado apresentou uma de junção, esta ficou à espera. E já está à espera há quatro meses de subir a plenário. Por isso é que nós ainda não avançamos, porque temos que alterar os estatutos do IAMA, para que seja publicitado mensalmente esses mesmos custos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Sr. Deputado, mas de uma maneira ou de outra, se esta Assembleia assim decidir pela junção ou não, obviamente que, de uma maneira ou de outra, esta medida é para avançar, para todos conhecermos e para ninguém ir para a mesa das negociações, principalmente os produtores, de modo cego, ou seja, cada um tem que ter os elementos necessários, quer um lado, quer do outro, relativamente a esses mesmos custos. E diferenciados por ilha, porque é diferente ter uma exploração pecuária na Graciosa ou ter uma exploração pecuária em São Jorge.

Deputado Nuno Barata (IL): É diferente no número!

O Orador: Até mesmo dentro das ilhas não há explorações iguais, porque há

determinadas variáveis socioeconómicas que influenciam, até há variáveis climáticas que também influenciam...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... e há variáveis que têm a ver com, obviamente, o setor cooperativo no facto de ser mais privado ou menos privado, que também influenciam.

E, portanto, Sr. Deputado, para lhe dizer que os direitos de vacas aleitantes atribuído nas outras ilhas é a reconversão do apoio à perca de rendimento para a carne, em que esses direitos nunca são do produtor, contrariamente aos outros que, ainda esta semana, ...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: ... a Federação Agrícola dos Açores reivindicou 3 mil direitos. E vamos preparar uma Portaria para atribuição de 3 mil direitos de vacas aleitantes nos Açores.

Esse sim, todas as ilhas, todos os produtores de carne que cumprem determinados critérios têm acesso a eles.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Pedro Neves (PAN): E a réplica, Sr. Presidente? Não há réplica?

Presidente: Desculpe. A réplica, faz favor. Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós temos os nossos lapsos, Sr. Presidente. Eu tenho tantos, graças a Deus, é sinal de que faço muita coisa.

Sr. Secretário, o senhor acabou por dizer tudo. O senhor acabou por dizer...

Para já, devo felicitá-lo por pensar soluções diferentes para questões diferentes. O senhor disse-o em nome do Governo, que este Governo pensa soluções diferentes para questões diferentes. O senhor fale em seu nome, porque o seu Governo nem sempre pensa assim. O seu Governo, muitas vezes, pensa transversalmente. Ainda há pouco, no debate sobre a questão das fajãs e dos bombeiros, a resposta foi precisamente inversa, vai ser tudo igual para todos. É bom que ouçam o Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, porque são necessárias soluções diferentes para questões diferentes.

Mas, Sr. Secretário, o Estado em que nós vivemos não é corporativo, é parlamentar. O senhor acabou de dizer que vão lançar 3 mil direitos de vacas aleitantes no mercado porque a Federação Agrícola dos Açores exigiu.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não, não é isso!

O Orador: O Estado não é corporativo! O Estado corporativo morreu em abril de 74, Sr. Secretário! É só para ter uma pequena lembrança, porque para trás de abril de 74 a nossa memória não é boa, é sim a memória de um Estado corporativo e pouco democrático.

Mas, Sr. Secretário, há uma questão que eu queria perceber e que o senhor não foi claro na sua resposta, que é: por que razão não há reconversão do leite para carne também em São Jorge? Os produtores de São Jorge são obrigados a produzir e a vender mais barato do que os outros todos, porque quem transforma o produto deles tem um produto de valor acrescentado, que é o nosso ex-libris. Então, o nosso ex-libris tem que ser pago aos produtores mais barato do que os outros todos? É uma resposta que não consigo encontrar na lógica sequer.

Por isso, o Secretário é que gostava que o senhor esclarecesse: o Governo Regional dos Açores, o XIII Governo Regional dos Açores está empenhado, ou não, na reconversão do leite para carne em São Jorge quando o produtor quiser e

se o produtor quiser? Ou vai obrigar os produtores de São Jorge todos a continuarem a produzir leite e a serem cada vez mais pobres para garantir que nós continuamos a ter um produto de excelência e um produto que é vendido no mercado, afinal, a preços que não dá para compensar os seus produtores?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste particular da abertura de Portarias de reconversão de leite para carne, nós também comungamos com o anterior Executivo, e muito bem, porque nós temos a perceção do conjunto de solicitações para a reconversão existentes em São Jorge, por isso é que não fizemos diferente nessa situação, fizemos diferente noutras situações. O conjunto de solicitações para a reconversão põe em risco a produção do queijo de São Jorge.

Se nós queremos manter a quantidade do queijo São Jorge DOP, um produto qualificado, um produto que é capaz de promover em termos gastronómicos e agroalimentares os Açores além Açores, se nós queremos manter as cooperativas ativas à volta do fabrico deste produto, do qual o leite é uma matéria-prima que não é tratada nem trabalhada de igual modo no restante dos Açores, se nós queremos, de facto, assegurar essa mesma singularidade da pecuária de leite em São Jorge, se abríssemos o período de candidaturas para a reconversão, o queijo de São Jorge ficaria em risco.

Mas, mesmo assim, deixe-me dar um dado relativamente à bovinicultura de carne em São Jorge que demonstra aquilo que é o dinamismo dos produtores da pecuária de carne de bovino: quando comparamos de janeiro a setembro deste ano de 2022

com 2021, verificamos que o número de animais abatidos no matadouro de São Jorge aumentou 18%, em São Jorge, quando a média regional é de 13%. E quando comparamos o número de carcaças que foram exportadas provenientes do matadouro de São Jorge, este número aumentou 27% relativamente a 2021. E a média regional é 9%.

E, portanto, a bovinicultura de carne em São Jorge recomenda-se, está dinâmica, existe, está viva e vai continuar nos seus vários modelos: no modelo específico, no modelo misto e no modelo leiteiro.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Mérito do anterior Governo, não é, Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este terceiro objeto, das atividades fundamentais ao desenvolvimento e crescimento económico, em relação a São Jorge, leva-nos aqui a uma evolução extraordinária, nunca vista em São Jorge, na questão das acessibilidades.

Aqui foi focado várias vezes os Conselhos de Ilha no passado e no presente. Uma das questões que os Concelhos de Ilha de São Jorge mais se debatem há vários, para não dizer há muitos anos, é a questão que pode ser o desenvolvimento económico das suas acessibilidades. E, aliás, é o próprio Conselho de Ilha, que também tanto aqui foi invocado, que reconhece esse trabalho deste Governo em termos das acessibilidades.

E nas acessibilidades é preciso dizer e lembrar aos açorianos que, pela primeira vez, este verão, em São Jorge, tivemos 28 ligações semanais de e para São Jorge, tivemos 14 ligações a Ponta Delgada, 14 à Terceira. E, a pedido e reivindicação dos jorgenses, iremos ter, neste inverno, para além das nove ligações habituais à Terceira, duas ligações a São Miguel, à segunda e à sexta-feira, que sempre nos foram negadas pelos Governos do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Isto é um fator de desenvolvimento para São Jorge, que muitos defendiam, que sempre foi esta carência que nos puxava para trás.

Mas nos transportes há aqui outra questão que nos envaidece, podemos mesmo dizer: é que voltámos à linha laranja, a linha laranja que era um projeto que na década de 90 teve início. E está aqui o Sr. Secretário das Finanças de hoje que foi um dos impulsionadores. A ligação Velas/São Roque é uma ligação há muito desejada, porque nos transportes a nossa função deve ser colocar as pessoas de extremo a extremo o mais rapidamente possível e com melhores condições. Isso aconteceu com a linha laranja. A ligação a São Roque do Pico, neste primeiro ano, transportou mais de 6 mil pessoas.

Eu fazia agora a pergunta, Sra. Secretária: qual é o balanço que podemos fazer desta linha laranja no seu primeiro ano?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta

Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Silveira, agradeço, desde logo, as suas referências à forma como decorreram, este verão, os transportes marítimos e aéreos relativamente à ilha de São Jorge.

Efetivamente, posso corroborar que no total houve mais 85 ligações, frequências, portanto, à ilha de São Jorge. Foram oferecidos mais 19 465 lugares. Foram utilizados mais 2034 lugares. Isto representa, efetivamente, um valor bastante substancial em termos de comparação com o ano pré-pandemia, ou seja, o ano de 2019. Portanto, um crescimento superior a 4%.

Também em relação aos bilhetes da Tarifa Açores, também não queria deixar de referir isto aqui, tivemos um aumento muito substancial. E a Tarifa Açores representa neste momento 18,1% dos passageiros com destino a São Jorge. É um número que nos apraz sempre registar, porque o turismo interno tem tido um papel fundamental ao longo destes meses pós-pandemia. No primeiro semestre de 2022 e o último semestre de 2021, o turismo e a nossa capacidade instalada viveram muito daquilo que foi o turismo nacional, mas sobretudo do turismo interno. E o turismo interno teve muito a ver com a criação desta tarifa, que a preços muito acessíveis a maior parte dos açorianos conseguiram visitar muitas das outras ilhas para onde nunca tinham viajado.

Em relação à linha laranja, que coloca a questão, efetivamente, essa linha transportou mais de 6500 passageiros, nos dois sentidos. Foi apenas uma linha de três meses. E, portanto, é um primeiro passo para uma eventual consolidação deste percurso e desta ligação. Nós todos temos feito um esforço, e penso que isso é reconhecido e é, acima de tudo, um desejo das populações de São Jorge, que haja cada vez mais coesão territorial entre as três ilhas próximas, chamadas três ilhas

do Triângulo. Portanto, Pico, Faial e São Jorge são uma realidade do ponto de vista geográfico, diferente do resto do arquipélago. E é fundamental manter ligações marítimas entre estas três ilhas que promovam essa coesão e esse próprio mercado que essas ligações conseguem criar. Portanto, esta ligação através da linha laranja, com duas ligações diárias, uma de manhã, outra à noite, de ida e volta, com sede nas Velas, teve, de facto, um impacto muito positivo nessa criação do mercado regional, nessa criação da coesão e da continuidade territorial entre as três ilhas e teve um balanço, na nossa perspetiva, muito positivo.

Temos que continuar. Nós sabemos bem que qualquer rota, seja ela marítima ou aérea, tem que ter um tempo de consolidação e de afirmação, porque não se pode, de maneira nenhuma, deixar que esta linha deixe de ter o papel fundamental que tem.

E se não estão preocupados com isso, Sra. Deputada, posso-lhe já dizer que esta linha teve um resultado de 70 mil euros.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, pela manhã, criticava as políticas do PS, depois do almoço já reconhece o trabalho feito pelo PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Faz-nos muito bem almoçar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois é, fez-lhe bem o almoço!

A Oradora: São Jorge é uma ilha com uma expressão económica elevada na área agrícola. Com os problemas existentes na produção de leite, muitos agricultores estão a converter as suas explorações para carne. Este não é o caminho desejável, no entanto, não podemos ignorar o mesmo.

Na anterior governação do Partido Socialista, foi apresentado um projeto para a construção do novo matadouro de São Jorge. Com o atual Governo, este projeto já foi concurso por duas vezes, tendo os mesmos ficado desertos.

Este assunto tem vindo a ser identificado como uma das preocupações dos jorgenses, pondo em causa a questão do bem-estar animal. É necessário ter em conta que a construção desta infraestrutura, economicamente, será uma mais-valia para a ilha de São Jorge.

Recentemente, o Governo anunciou o aumento da exportação de carne e a certificação do bem-estar animal para mais matadouros. São Jorge é um desses matadouros, Sr. Secretário?

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional da Agricultura. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver, em termos da política pública, Sra. Deputada, a questão é que não se pode apoiar em simultâneo a bovinicultura de carne e a bovinicultura de leite. O pecado do anterior Executivo foi proporcionar, em termos de política pública,

as duas vertentes. Isto levou, de facto, a uma migração, apoiada por apoios públicos, daquilo que é a produção de leite para a produção de carne. Este foi o papel dos vossos Executivos.

Recentemente, o ano passado, só relativamente à Portaria da reconversão é que não apoiaram, não foi possível, mas em todos os anos anteriores atribuíram direitos de vacas aleitantes em São Jorge, como apoiaram também publicamente a produção de leite. Isto levou a uma migração de produtores. Essa baralhação de política pública levou a que São Jorge não tivesse, responsabilmente, uma orientação e um planeamento naquilo que pode e deve produzir.

Nós, enquanto responsáveis políticos, temos que ter a coragem também. Qualquer produtor pode produzir, tem a liberdade de produzir o que quiser em qualquer sítio, mas a política pública é que não pode ser irresponsável!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: A política pública é que não pode levar a que determinada produção termine ou acabe naquela ilha! A política pública tem que ter a responsabilidade...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas foi isso que o senhor fez nas Flores!

Deputado Berto Messias (PS): E as Flores, Sr. Secretário?

O Orador: Aí está, é um bom exemplo.

Deputado José Ávila (PS): É um exemplo, mas é um mau exemplo!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o senhor fez nas Flores, Sr. Secretário?

O Orador: Ora, a política pública não pode levar irresponsavelmente, porque quem exerce política tem que perceber o que é que são as características da ilha, demográficas, edafoclimáticas, da possibilidade de transporte, do preço da terra, do preço do arrendamento.

Deputado Manuel Ramos (PS): E a política de infraestruturas?

O Orador: E perante todos estes conjuntos, não pode apoiar tudo ao mesmo

tempo, tem que ter a responsabilidade de perceber qual é que é a orientação produtiva daquela ilha.

E em São Jorge a política pública levou uma baralhação que levou a que a produção de leite fosse em simultâneo igual à produção de carne, levando à migração de produtores de leite para carne. E por isso é que nós temos este problema hoje em dia da sustentabilidade da produção de leite e do queijo de São Jorge.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que está baralhado!

O Orador: Ora, mais grave, pior do que isso, a irresponsabilidade dos cortes dos apoios comunitários levou também à saída de pessoas.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário está confuso!

O Orador: Eu já lhes disse e torno a dizer, os agricultores dos Açores, se o PS continuasse a governar, perdiam 13 milhões de euros por ano. 13 milhões de euros por ano! E São Jorge perdia 600 mil euros por ano! Se o PS continuasse a governar nessa Região, os agricultores perdiam 13 milhões de euros por ano de apoios comunitários e, desses 13 milhões, 600 mil euros os agricultores de São Jorge perdiam!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Voltar o PS a governar é um prejuízo para os agricultores! E sendo um prejuízo para os agricultores, é um prejuízo para esta Região! Ninguém quer o PS novamente a governar para cortar nos apoios aos agricultores!

Relativamente ao matadouro de São Jorge, o matadouro de São Jorge, como sabe, o preço base é um investimento que é apoiado pelo PRR, teve um orçamento base de 7,5 milhões de euros. Foi atualizado para 10,5 milhões de euros. Lançou-se um concurso internacional no dia 12 de julho, por 30 dias. Abriu-se as propostas a 12

de agosto. E ficou deserto. Neste momento, estamos a avaliar novamente aquilo que é o projeto, para que possamos lançar novamente um concurso internacional no final do ano.

Este matadouro internacional, ao ser construído, já vem com todas as normas de bem-estar animal. Não necessita de certificação, porque o novo matadouro tem todos os requisitos para o bem-estar animal. E, portanto, o bem-estar animal nasce desde a fundação do matadouro.

Por isso é que eu, ainda recentemente, anunciei a certificação para mais cinco matadouros nos Açores de bem-estar animal, não incluído São Jorge porque já nasce nas suas fundações. E esperamos, rapidamente, começar a construir o matadouro de São Jorge, se efetivamente o seu concurso internacional novamente não ficar deserto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): O povo é soberano, Sr. Secretário. Tem que ter mais calma!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Finalmente aprendeu isso!

A Oradora: Posso, Sr. Presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, eu agradeço que reúnam as condições para a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras prosseguir a sua intervenção. Faz favor.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Relativamente a este objeto em que estamos a falar de investimentos também

estruturantes para a ilha de São Jorge, a questão que queria colocar era relativamente ao matadouro de São Jorge, mas esta já foi colocada, dada a importância estruturante que este investimento tem para a nossa ilha e que, infelizmente, já vem tarde. Mas a verdade, tarde é o que nunca chega. Por isso, esperamos ansiosamente que se consiga concretizar este investimento.

E, sendo assim, a questão que vou colocar é relativamente ao Porto da Calheta, à sua operacionalidade. A verdade é que esta tem sido uma preocupação já de alguns anos por parte do Grupo Parlamentar do CDS. Muitos têm sido os constrangimentos daquele porto. E já há muito que alertamos para a necessidade, realmente, de se ultrapassarem estes constrangimentos, que passam quer pela dragagem do porto, quer pela proteção daquela baía, mas também uma reivindicação que foi já apresentada no anterior Governo, proposta do CDS-PP, o Recreio Náutico da Calheta, um compromisso também assumido por este Governo em boa hora.

E, portanto, a questão que queria colocar era, Sra. Secretária: qual é o ponto de situação de toda esta situação?

A verdade também é que, com o passar dos anos, outras questões foram colocando, por exemplo, a questão da proteção do Museu Francisco Lacerda. A verdade é que, inicialmente, quando começamos nesta Casa a reivindicar a dragagem do Porto da Calheta, não se colocava ainda esta questão da proteção do Museu Francisco Lacerda, mas a verdade é que têm surgido várias questões relacionadas com esta zona da ilha. É uma preocupação dos jorgenses, dos calhetenses. É também algo que tem sido por várias vezes abordado no Conselho de Ilha. Mas a verdade é que estou certa que, quando este Governo assumiu esse compromisso, ele mesmo se irá concretizar, sabendo que é necessário avaliar isto agora, se calhar, numa visão do todo.

Mas acho que era importante este esclarecimento: qual é o ponto de situação,

realmente, destes investimentos?

Obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para responder, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faz favor.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, obrigada pela sua pergunta, porque também nos permite aqui refletir um pouco sobre esta questão que tem a ver com o Porto da Calheta.

Como diz, e bem, o Porto da Calheta tem várias obras dentro do porto: tem a questão das dragagens, que já se fala há muito tempo, mas que até foram aumentando os maciços a dragar e a destruir, porque alguns deles vão precisar mesmo da utilização de explosivos; tem a questão do projeto de construção do porto de recreio náutico; tem a questão da proteção da orla costeira junto ao Museu Francisco Lacerda.

E, portanto, de vez para vez vão-se acrescentando aqui mais pretensões, legítimas, mas que, na nossa opinião, temos que as ponderar, porque, efetivamente, e eu própria lá estive há pouco tempo com técnicos e com pessoas experimentadas nestas coisas, e verificámos que é bem possível que parte da zona que se pretende dragar seja o enraizamento do contra molhe de proteção do recreio náutico.

E, portanto, há aqui questões que não nos cabe a nós, nem aqui, nem ao Governo

em si mesmo, senão com recurso a técnicos, decidir. E, neste momento, sinto-me muito inclinada para considerar que se deve pedir um plano de ordenamento global do Porto da Calheta. Nós não podemos estar a dragar hoje para amanhã dizer que aqueles rochedos fazem falta para enraizar o porto. Não podemos estar a pensar que fazemos um porto de recreio e uns terraplenos ou fazemos a proteção da orla costeira junto ao museu e, amanhã, queremos fazer terraplenos para o porto de recreio. Eu acho que isto não pode ser tratado assim. Acho que temos que parar para pensar e pedir um plano de ordenamento global do Porto da Calheta, para se fazer um projeto com princípio, meio e fim, que responda aos interesses dos calhetenses e dos jorgenses em geral, projeto esse que, naturalmente, terá que ser primeiro um anteprojecto, apresentado, analisado, ponderado e articulado. E depois de estarmos todos de acordo, então passar ao projeto de execução e à realização da obra.

Neste momento, penso que nenhum de nós se sente confortável em fazer as dragagens, depois a náutica de recreio, depois a proteção da orla costeira, tudo isto assim um pouco desarticulado. E, portanto, neste momento, é esta a reflexão que nós fazemos e penso que é o caminho mais correto para não haver avanços e recuos em termos de construção destas várias valências do Porto da Calheta.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

A estrada regional que liga a Urzelina a Santo António, que tem cerca de 15 km, tem uma enorme importância. Tem uma enorme importância no âmbito da

agricultura e tem uma enorme importância também do ponto de vista turístico. Trata-se de uma estrada estratégica que liga o norte ao sul da ilha e que, para além destas valências do ponto de vista da agricultura, do ponto de vista do turismo, uma vez que permite o acesso a um conjunto de trilhos de enorme importância, além disto, também é utilizada por um grande número de jorgenses no âmbito daquelas que são as suas deslocações quotidianas.

Nesse sentido, a pergunta é: em que estado se encontra a empreitada desta estrada de tão grande importância para a população da ilha de São Jorge?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, essa situação foi levantada no Conselho de Ilha, foi apresentada no Conselho Ilha, na ilha de São Jorge. Portanto, nós estamos na ponta final de avançar para a abertura do concurso para a empreitada. Estão algumas parcelas de terreno em processo de expropriação para avançarmos com o procedimento e com a obra durante o ano de 2023.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Diz o Regimento que, apesar de estarmos a esgotar o tempo, há possibilidade de os partidos que não fizeram nenhuma pergunta neste objeto ainda o poderem fazer. Pergunto aos partidos que não colocaram nenhuma questão no âmbito do objeto terceiro se querem usar da palavra neste momento. Não havendo, damos por encerrada esta sessão de perguntas.

Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 81.º, a Representação Parlamentar do PAN solicitou a **Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 138/XII – “Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores.**

O Sr. Deputado Pedro Neves tem 10 minutos para a apresentação do diploma. Faça favor.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A neoplasia maligna do pulmão é um dos tipos de cancro com maior número de novos casos em todo o Mundo e é, também, o responsável pelo maior número de mortes, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde.

Em Portugal ocupa o quarto lugar no número de novos casos de doença oncológica e em termos de mortalidade tem uma elevada letalidade. De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em 2018, os óbitos por cancro do pulmão representaram cerca de 16%.

A pandemia pela Covid-19 veio agravar esta situação devido aos atrasos de diagnóstico, pelo que é de prever um aumento da mortalidade num futuro próximo.

É de realçar que os casos de tumores malignos do pulmão nos Açores são o dobro dos registados nas restantes regiões de Portugal. Vou repetir: é de realçar que os casos de tumores malignos do pulmão nos Açores são o dobro dos registados nas restantes regiões de Portugal. Dados recentes apontam para 97 novos casos anuais por 100 000 habitantes de cancro pulmonar.

Sabemos, também, que o tabagismo é a principal causa do cancro de pulmão em Portugal e no Mundo.

Segundo os dados obtidos no Inquérito Nacional de Saúde de 2019, na Região Autónoma dos Açores cerca de 21% da população com 15 ou mais anos consome

tabaco diariamente, sendo o hábito mais prevalente nos homens (31%) que nas mulheres (12%).

Este é, como se demonstra, um problema preocupante de saúde pública que deve ser alvo de intervenção pelos nossos governantes ao nível da prevenção, através da educação para a saúde, da dissuasão, nomeadamente pelo agravamento tributário do tabaco, e da deteção precoce do cancro pulmonar, por meio de rastreio em populações alvo.

O rastreio do cancro do pulmão foi uma questão muito debatida durante décadas e sem grande êxito. Um dos motivos prende-se com o facto do RX torácico convencional ser pouco sensível na deteção precoce de lesões pulmonares malignas.

Porém, há pelo menos uma década, diversos estudos têm sido realizados com auxílio da tomografia axial computadorizada, vulgo TAC, usando uma radiação bastante inferior.

Com o tempo, a evidência da utilidade do método tem sido consistente, conduzindo à óbvia conclusão que o custo de tratar a doença avançada superava o da deteção e tratamento precoces. E, sobretudo, poupa as pessoas ao sofrimento físico e mental da doença e tratamento.

É, pois, com estes bons exemplos que temos de aprender para aplicar as políticas públicas adequadas.

É verdade que o rastreio, apesar de reduzir a mortalidade, leva muitas vezes a situações de ansiedade por parte dos doentes, mas os estudos publicados na literatura científica demonstram:

- As vantagens são superiores aos seus efeitos nocivos;
- O rastreio pode ser efetuado em qualquer centro desde que os exames sejam convenientemente realizados e interpretados;
- A proporção de casos de cancro do pulmão detetados precocemente nos grupos

rastreados é francamente superior aos não rastreados, o que os torna mais facilmente tratáveis;

- O rastreio por este método causa uma redução na mortalidade por cancro de pulmão na ordem dos 20 a 25%;
- O benefício observa-se nos chamados grupos de riscos, quer em homens, quer em mulheres, e quando o exame é feito com determinada periodicidade;
- A deteção por TAC é francamente superior à do RX convencional.

Infelizmente, apesar da crescente evidência científica, nem todos os países, incluindo Portugal, implementaram o rastreio do cancro do pulmão nestes grupos de risco, mas os Açores podem e devem ser pioneiros nesta matéria.

O impacto na saúde e nos anos de vida ganhos é seguramente relevante e o custo financeiro comportável, pois os equipamentos permitem já dosear as radiações, enquanto os exames podem ser lidos por especialistas de imagiologia.

A aquisição de aparelhos de TAC para as ilhas, como defendeu o PAN e foi aprovado nesta Casa, não só para proporcionar o acesso à via verde do AVC, como para diagnóstico de muitas outras patologias evitando deslocações hospitalares, ganha desta forma uma nova dimensão e suporte.

Assim, a Representação Parlamentar do PAN/Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

- Implementação de um programa piloto de rastreio de cancro do pulmão em indivíduos selecionados;
- No âmbito da educação para a saúde, aumentar as iniciativas preventivas do tabagismo;
- Agravar fiscalmente a tributação sobre o tabaco, como forma de dissuasão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Dispõe o nosso Regimento de um período para

pedidos de esclarecimento. Pergunto à Câmara se há inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, desde já, saúdo o PAN por apresentar esta iniciativa, que é uma preocupação que, obviamente, como é sabido, o CDS também subscreve, aliás, fez parte do seu programa eleitoral ou do manifesto eleitoral e, obviamente, por essa via, e estando num Governo de coligação, este Governo também o verteu no programa eleitoral.

E, por isso, o esclarecimento, pese embora os outros contributos que o PAN pretende com este Projeto de Resolução e que versam, obviamente, em medidas que são, no fundo, também, características no PAN, sobretudo o facto de haver um agravamento fiscal, como acontece com outras matérias, como seja com o açúcar nas bebidas, o que seja, ou seja, é uma marca do PAN, não choca, não é novidade, mas, pese embora esses contributos e também todo o enquadramento, que me parece bem elaborado, obviamente, é factual aquilo que é a incidência e a prevalência desta doença, ou seja, do cancro do pulmão nos Açores, mas, efetivamente, a pergunta e o esclarecimento que tenho a questionar ao Sr. Deputado Pedro Neves, ao PAN, é se, efetivamente, se apercebeu que faz parte do Programa do Governo esta medida, no fundo, este programa de rastreios, que era, obviamente, o que se seguia, até porque foi anunciado em campanha eleitoral, e se também tem conhecimento que está, efetivamente, verba inscrita no Orçamento deste ano para esse programa de rastreios.

E, no fundo, é só o esclarecimento que tenho a fazer neste momento, obviamente, dizendo que o CDS, até muito recentemente, nas suas jornadas parlamentares, abordou exatamente a urgência de ir para o terreno e, no fundo, pôr em prática o

rastreio, que, obviamente, todo o trabalho preparatório tem que ser feito previamente, até para termos meios na Região para poder fazer o rastreio e, neste caso, as biópsias não terem que ser feitas no exterior ou de outra qualquer maneira. Por isso, é o esclarecimento que lhe peço neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento. Parecendo não existir, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Martins, muito rapidamente, não, não tinha conhecimento porque não há programa eleitoral do Governo. Há programa eleitoral dos partidos, que ainda não tinham sequer formado a coligação. Se eu sabia? Não. Se calhar, temos vários partidos que tinham, obviamente, no próprio programa. Não percebi se estava a falar do CDS ou do PSD. Não percebi. Do CDS? Não reparei, obviamente.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Estava no manifesto eleitoral e no Programa do Governo.

O Orador: No manifesto eleitoral. Não sabia.

O CDS quer dizer que já tinha pensado nisto há 20 anos. Tudo bem.

Sobre o Orçamento, não conheço. Diga-me qual é a página. Diga-me qual é a medida específica, porque a única coisa que eu vi é rastreio oncológico. Pode ser da unha do pé até à unha da mão. Nós não sabemos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu disse que estava no manifesto eleitoral do CDS e no Programa do Governo.

O Orador: Se diz rastreio do pulmão, eu não vi, estou a ser sincero. Se existe, digam-me qual é a página. Eu vou verificar. Porque se está no Orçamento, então,

supostamente, devia ser executado, mas ainda não foi também. Exatamente como também foi aprovado aqui, em Orçamento, por uma proposta de alteração do PAN, TAC em todas as ilhas e não temos TAC ainda em todas as ilhas. E, neste caso, nós temos que repetir nos anos seguintes a mesma coisa.

Por isso, Sr. Deputado Rui Martins, eu desconheço. Estou a falar sério, desconheço mesmo. Fui à procura e só tenho em termos de rastreio oncológico, não de rastreio do pulmão em si.

E o PAN, obviamente, tinha que dar celeridade a algo que temos uma incidência que é o dobro das outras regiões de Portugal. E, por isso, o PAN fez, obviamente, essa iniciativa, sem saber à partida todos os programas ou manifestos eleitorais do Governo ou de todos os partidos. Isso eu não tenho, obviamente, que ter conhecimento.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Decidiu a Conferência de Líderes que o ponto 2 da nossa Agenda será tratado na manhã de amanhã. Avançamos, assim, para o ponto 3: **Anteproposta de Lei n.º 8/XII – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a sua apresentação.

E os tempos são os que já constam nos nossos painéis.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É sobejamente conhecida a falta de elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, em linha com aquela que é a dificuldade acrescida em estabelecer serviços públicos de proximidade nas regiões ultraperiféricas, tão mais difícil quanto a descontinuidade do território da Região, fator propiciador de

diversos níveis de ultraperiferia numa Região já de si ultraperiférica.

As consequências da escassez destes profissionais são já conhecidas, seja pelas esquadras de portas encerradas ao fim-de-semana, seja pelo facto de um acidente de viação mobilizar a ida dos dois elementos, seja porque o único elemento policial de serviço ao atendimento ao público ter de ir desempenhar as suas funções no aeroporto.

Esta situação penaliza fortemente os cidadãos, seja na sua proteção e segurança providenciada pelas forças de segurança pública, seja na dificuldade sentida para o registo de ocorrências e queixas das cidadãs e dos cidadãos. Têm sido frequentes os testemunhos de quem se sente inseguro, em localidades rurais e urbanas, reclamando mais policiamento para assegurar a normalidade do quotidiano.

Ao desinvestimento nos recursos humanos, que se vem verificando por parte do Estado, junta-se o facto de os Açores serem um território descontínuo, o que traz dificuldades acrescidas de mobilidade e dificuldades no acesso à saúde, já que, por exemplo, seis das nove ilhas não têm hospital. Estes fatores dificultam a atração de profissionais das forças de segurança para desempenhar funções nos Açores.

Os custos subjacentes à condição insular são unanimemente reconhecidos e justificam medidas compensadoras para quem garante serviços públicos, da competência do Estado, nas Regiões Autónomas.

Sem o reconhecimento destes custos acrescidos associados à condição de insularidade, não haveria lugar à respetiva compensação, por via do subsídio de insularidade, e colocar-se-ia em causa uma verdadeira abrangência nacional de todos os serviços públicos, com consequências perversas relativamente à condição de igualdade de todos os cidadãos perante os seus direitos e deveres.

Todos os cidadãos com residência na Região Autónoma dos Açores gozam de

medidas compensatórias que atenuam os sobrecustos da insularidade através de um sistema fiscal condizente com a sua realidade económica, no setor privado existe um complemento regional ao salário mínimo e no setor público existe a remuneração complementar.

É incompreensível que nem todas as forças de segurança na Região usufruam de subsídio de insularidade, assistindo-se a uma desigualdade de tratamento que urge ser corrigida.

Se tivermos em consideração, por exemplo, que de entre elementos da Polícia de Segurança Pública só se garantiu o acesso ao subsídio de insularidade àqueles que estão colocados na ilha de Santa Maria, através do Decreto-Lei n.º 38477, de 29 de outubro de 1951, que deu origem ao Decreto-Lei n.º 368/78, de 29 de novembro, fica bem evidente a inexplicável e insustentável desigualdade no tratamento entre elementos das forças de segurança na nossa Região.

Para o Bloco de Esquerda, a ausência de reconhecimento da condição de insularidade a todos os elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, independentemente da ilha onde se encontrem colocados ou o caráter dessa colocação, favorece um sistema discricionário.

Após a audição dos representantes da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia e do Sindicato Nacional da Polícia, e após a análise dos pareceres dos demais sindicatos, considerando o valor que já é atribuído a elementos de outras forças de segurança, e considerando os efeitos da inflação que vai agravar, ainda mais, os custos inerentes à nossa situação arquipelágica, procedemos a propostas de alteração à iniciativa inicial.

Desta forma, procedemos a um aumento no montante do subsídio de insularidade para 250 euros, e definimos que este montante será pago 14 vezes por ano, correspondendo aos 12 meses do ano mais subsídio de férias e de Natal. Procedemos também a uma alteração que reduz a burocracia, fazendo com que a

atribuição deste subsídio de insularidade seja automática, sem que seja necessário efetuar um requerimento para o efeito.

Temos noção de que esta proposta não resolve todos os problemas e dificuldades nesta matéria, mas resolve a discriminação negativa que se verifica atualmente entre elementos de diferentes forças de segurança que prestam serviço nos Açores e, além disso, é um contributo para que a nossa Região se torne mais atrativa à fixação destes profissionais.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 28 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 06 minutos

Sras. e Srs. Deputados, antes do intervalo, a Sra. Deputada Alexandra Manes apresentou a Anteproposta de Lei n.º 8/XII. Estão abertas as inscrições para o debate.

(Pausa)

Parecendo não haver debate, vamos então passar à votação...

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço desculpa por esta confusão inicial, meteu-se aqui o intervalo e, realmente, não estava inscrito.

Muito rapidamente, estamos numa semana um bocadinho apertada, gostaria de dizer à Sra. Deputada que tem toda a razão. Há uma função do Estado que é da segurança das populações.

Não vamos continuar a fingir, porque temos tido muitos problemas de insegurança. Eu sei que não devemos dizer isso às vezes em voz alta para não criar alarmismo, mas a verdade é que isto acontece.

Também é verdade, porque já não é nenhuma novidade, que nos Açores as esquadras têm falta de meios, as esquadras têm falta de pessoas, de meios humanos. E até, inclusive, têm falta de esquadras. Isto não é aceitável, o Estado tem obrigação da segurança. Mas também não pode ter uma segurançazinha.

E o que nós vemos, muitas vezes, e que a senhora disse e muito bem, é que nós temos estes agentes de segurança a serem tratados de uma forma, pelo Estado, irresponsável. E nós não podemos aceitar isto. Se nós queremos cativar agentes de segurança, se queremos cativar polícia para os Açores, para nos defender, para assegurar a nossa segurança, nós temos que criar ferramentas para os incentivar, temos que criar ferramentas que digam a eles: olha, venham para os Açores, porque aqui damos condições diferenciadas e melhores.

Pois, eu compreendo que, às vezes, não é fácil nós fazermos esta diferença e criar até algum desequilíbrio no território nacional, digamos assim. Mas nós somos os Açores e nós somos diferentes e nós somos nove ilhas. Nós não podemos continuar a ter polícias que vão sozinhos a uma ocorrência de crime de violência doméstica. Nós não podemos ter esquadras a fechar, porque eles foram espantar

umas vacas na ladeira da Lagoa do Fogo. Quer dizer, isto não pode acontecer. Nós precisamos de polícias.

Também sabemos, através dos sindicatos, das associações de profissionais dos polícias, que há pessoas com vontade de virem para os Açores. Obviamente, querem ter as condições necessárias que os incentivem a vir para cá.

Nós estamos a ter demasiados problemas que são responsabilidade do Estado. Nós estamos a ter problemas com a segurança. Nós estamos a ter problemas com os médicos. Nós estamos a ter problemas com os professores. Vamos tentar solucionar um de cada vez.

E da parte do Bloco, olha, vamos apoiar sim, senhor. Vamos apoiar sim, senhor, porque é isto mesmo que nós precisamos, é criar um incentivo.

E muito obrigado por nos trazer essa proposta. Não há mais nada a dizer quanto a isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, obviamente, apoia esta iniciativa do Bloco de Esquerda, que vai também dar uma complementaridade daquilo que o PAN já apresentou e foi aprovado, que tem a ver com o subsídio de risco das nossas forças de segurança. E isso, obviamente, seria uma mais-valia para todas as nossas forças de segurança, independentemente de quais sejam.

Mas também queria só informar o Sr. Deputado do Chega que isto por si só não vai aumentar a quantidade do efetivo nos Açores, porque o problema não tem a ver com a remuneração ou com a vontade ou a falta de vontade da parte dos nossos elementos, porque temos elementos que querem vir para os Açores, mas o

problema é que o Diretor Nacional da PSP e, obviamente, o Governo da República não deixam, não deixam.

Deputado José Pacheco (CH): Esse é outro problema!

O Orador: Este é o problema que nós temos nos Açores, que é o Governo Central que decide qual é a quantidade de efetivos que nós temos pelas forças de segurança aqui nos Açores. E não enviam. Tanto que as últimas declarações do Sr. Diretor Nacional da PSP, Magina da Silva, veio pouquinho para os Açores e acha, à partida, que isso vai ajudar.

Por isso, isto é apenas para ajudar os nossos efetivos, neste momento. Não vai ajudar para que queiram vir mais, porque nós temos pessoas que querem vir para os Açores trabalhar e, obviamente, os seus superiores hierárquicos é que não deixam.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Alguns!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta que nos traz aqui o Bloco de Esquerda fez-me viajar no tempo, fez-me viajar até 2010.

Deputado Nuno Barata (IL): E a mim 2002, altura de eleições!

O Orador: Em 2010, estava eu sentado ali em cima. Estava, na altura, o Sr. Deputado Clélio Menezes, na bancada do PSD, a apresentar pela primeira vez esta proposta nesta Assembleia. Do lado do PS, o Sr. Deputado Herberto Rosa participava no debate. O Sr. Deputado Abel Moreira, do CDS, também participava do debate. A nossa querida Deputada Zuraida, que já não está entre nós, também participava do debate. Claro, o Deputado Paulo Estêvão já cá estava...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É a jarra!

O Orador: ... e participou também desse debate. Volta a vir a esta Casa semelhante proposta em 2016. Duas propostas, uma do PS, uma subscrita por todos os outros partidos e representações parlamentares. E agora em 2022. Ou seja, de seis em seis anos, este problema vem a esta Casa. Portanto, isto é à meia dúzia.

O que é que mudou de 2010 até hoje? O que mudou foi que nada foi feito. Todas as propostas que chegaram à República ficaram por lá mesmo, não tiveram qualquer desenvolvimento. Houve uma que teve um esboço de ainda aparecer no Orçamento de Estado, mas que não apareceu no Orçamento de Estado. E cá estamos nós, muito pior do que estávamos em 2010, muito pior.

Se nós, em 2010, apresentamos a proposta porque, alertados pelas associações sindicais, se previa que pudessem vir a fechar esquadras, que os programas especiais de policiamento podiam estar com problemas em ser executados, se a segurança de pessoas e bens podia correr o risco de não estar salvaguardada da forma como se pretende, hoje, estamos muito pior.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Hoje, os programas especiais de polícia não acontecem. Apenas aquele mais conhecido de todos nós, a “Escola Segura”. E nós sabemos bem como, com alguma engenhosidade e até abnegação dos profissionais que lá trabalham. De outra forma, se calhar, nem sequer era possível.

Nós sabemos que as esquadras têm que fechar. Nós antes dizíamos que, provavelmente, terão que fechar. Hoje, elas têm que fechar mesmo. Portanto, não há elementos suficientes.

Eu recordo o Sr. Ministro da Administração Interna, que dizia, após uma invasão de uma esquadra no Porto ou em Setúbal, não sei bem o território, vou de norte a sul, dizia que um polícia sozinho numa esquadra nunca mais. Resolveu-se o

problema: fecha-se a esquadra. Portanto, foi a melhor forma de resolver o problema, foi fechar a esquadra.

Deputado Nuno Barata (IL): Obviamente! Para grandes males, grandes remédios!

O Orador: Portanto, este é o estado da segurança interna.

Quando nós devíamos ter sido uma referência para a Europa, não, nós seguimos o exemplo dos outros. Nós tínhamos o melhor rácio de polícia/cidadão. E éramos o segundo país mais seguro do mundo. No lugar de nos mantermos assim e os outros terem que nos imitar, porque isto tinha alguma razão de ser, é porque tínhamos o melhor rácio de polícias, por isso éramos o país mais seguro do mundo, não, fizemos o contrário, começamos a deixar de ter o melhor rácio. Hoje, somos o sexto país mais seguro do mundo. Portanto, estamos a cair. Não tenham dúvidas disso. Os Açores eram a Região mais segura de Portugal. Portugal o segundo mundo. Os Açores a Região mais segura do país. Portanto, está-se a ver qual era o nosso nível de segurança.

Nós não estamos aqui a lançar alarmes. Não há aqui nenhuma onda de crimes que vai assolar a população, porque, felizmente, os açorianos são uma população com um nível de civismo muito acima da média e não estão predispostos para esse tipo de fenómenos.

No entanto, nós temos aqui um fenómeno que tem acontecido, que é o turismo. A nossa Região tem crescido exponencialmente a nível do turismo. E não se esqueçam que atrás de gente boa vem gente má. Isto é mesmo assim. E nós vamos pagar esta consequência. E quando as pessoas marcam as suas férias e vão para um destino, uma das grandes preocupações é saber se é seguro ir para aquele lugar. E é seguro vir para os Açores. E eles estão a vir para os Açores.

Portanto, se nós não criarmos incentivos, se nós não pressionarmos a República para tratar, que neste caso não tem tratado, até como disse o Deputado Nuno

Barata numa conferência de imprensa, tem destrutado os serviços do Estado na Região, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: ... portanto, se nós não fizermos o que nós temos que fazer, reivindicar, nós corremos o sério risco de perder também ao nível do turismo. Logo, vamos perder ao nível económico e ao nível do emprego.

Portanto, só a título de exemplo, porque nós tomamos uma iniciativa nesta Assembleia, o ano passado, a reivindicar à República exatamente isto, um reforço do efetivo na Região Autónoma dos Açores. Não há dúvida nenhuma que a República respeitou os órgãos próprios da Região, um respeito exemplar. No mês seguinte, saíram, de uma escola de formação de agentes, 710 agentes. Ficaram todos no COMETLIS. COMETLIS, pronto, há umas pessoas aí que sabem do que eu estou a falar, mas vocês não sabem, é o Comando Metropolitano de Lisboa. Ficaram lá os 710. Não veio um para os Açores! Não veio um para os Açores! Portanto, foi a forma que a República teve de respeitar os órgãos próprios da Região. Foi exatamente este, não mandar ninguém para os Açores.

Agora, está a acabar uma escola de polícia e vão existir colocações. Perspetivava-se 49. Agora, há pouco, disseram-me que afinal eram 53. E eu fiquei sem perceber porque é que aumentaram aqui quatro. E eu comecei a perceber porquê. É porque 12 dos que cá estão têm um pedido para se irem embora, 22 têm 60 anos, ou seja, os requisitos para ir para a pré-aposentação (pelo limite de idade têm que ir) e 20 têm 59, ou seja, vão completar 60 anos durante o próximo ano. Sabem quantos é que nós vamos ficar? Com menos um. Façam as contas.

Portanto, é preciso que nós tomemos aqui medidas. Não só esta que o Bloco aqui nos traz, mas outras. Apelo à vossa engenhosidade, porque a segurança de pessoas e bens, a segurança da sociedade é a nossa almofada, é o que nos dá o conforto. Tudo o resto acontece. Nós não reparamos para aquilo que é invisível, mas que

nos dá o conforto de estarmos aqui. Ninguém vê o ar que está aqui dentro, mas é ele que nos mantém vivos e que nos põe a respirar.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Soares inspirou-me. Inspirou-se na minha conferência de imprensa e inspirou-me.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi um *lapsus linguae*.

O Orador: Porque, na verdade, a República continua a destratar os Açores e as autonomias insulares. Continua, vai continuar.

E nós vamos aprovar, já percebemos, por unanimidade essa Anteproposta de Lei do Bloco de Esquerda, porque achamos que é justa, porque achamos que vai resultar numa solução para termos mais agentes na Região.

Já percebi que, provavelmente, o Partido Socialista, afinal, não vai votar favoravelmente a Anteproposta de Lei do Bloco de Esquerda, por subserviência ao Governo da República, provavelmente. Não sabemos, havemos de perceber pela intenção de voto.

Mas o que é certo, Sr. Deputado Luís Soares e Sras. e Srs. Deputados, é que a República continua a destratar as autonomias regionais e continua a destratar aquilo que são as suas obrigações perante os portugueses que vivem na Madeira

e nos Açores, ao nível da segurança, ao nível dos tribunais, ao nível de uma série de situações.

Mas a sua inspiração, Sr. Deputado Luís Soares, também me traz aqui uma outra reflexão e não remonta a 2010, remonta a 2002. E vou explicar porque é que me remonta a 2002: remonta-me precisamente àquela altura em que na Região Autónoma dos Açores se estabeleceu uma coisa chamada remuneração complementar. E porque é que nos Açores, em 2002, apareceu a remuneração complementar? Para combater aquilo que são, precisamente, os custos com a insularidade.

Ora, a Anteproposta de Lei que nos traz aqui o Bloco de Esquerda traz-nos valores que são quase três vezes superiores ao atual valor da remuneração complementar. Ou seja, nós estamos a exigir da República que, por via da insularidade, paguem os seus mais do que aquilo que a Região paga aos nossos. Não me parece que faça grande sentido. Só faz sentido na medida em que pode potenciar, de facto, que mais agentes da PSP venham a pedir para vir para a Região Autónoma dos Açores. Mas se a República entender não deixar que eles venham e os meter lá no tal Comando da Área Metropolitana de Lisboa, de nada nos serve criar incentivos ou pedir à República crie incentivos, porque, na verdade, depois, os comandos da PSP e da GNR não os deixam vir para os Açores. Portanto, estamos sempre bastante dependentes da boa vontade, ou seja, do bom trato que a República queira dar às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Neste caso, o que mais nos interessa é a Região Autónoma dos Açores.

Não deixa de ser um indicador que damos à República. Não deixa de ser mais um alerta que mandamos para a República. E, nesse sentido, acompanharemos essa proposta do Bloco de Esquerda, mas não sem deixar essa ressalva de que os valores, de facto, são muito superiores àquilo que a própria Região paga aos seus enquanto medida de combate à insularidade, aos custos de insularidade e que foi

o que esteve por base do aparecimento da remuneração complementar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As intervenções que me antecederam tiveram todas mais ou menos o mesmo teor, estamos todos de acordo com a iniciativa do Bloco de Esquerda, faz todo o sentido de valorizar a carreira dos polícias na Região, faz todo o sentido discriminar positivamente a permanência de polícias nalgumas ilhas da Região.

Mas se me permitem uma observação, o assunto tem outra profundidade. E a profundidade tem a ver com aquilo que determinadas orientações políticas têm relativamente às forças de segurança, ou seja, há forças de segurança que defendem que os polícias estão ali só para mostrar a farda, que não podem exercer a sua autoridade de polícia, porque cada vez que o fazem são notícia de abertura de telejornais, porque cada vez que o fazem no cumprimento das suas obrigações e que têm a infelicidade de ter um incidente que lhes pode causar dificuldades na sua vida, na sua locomoção, no dia a dia, que lhes pode custar a vida, inclusivamente, são desprezados por essa mesma sociedade.

Os polícias perderam a autoridade. Os polícias perderam o direito de ter a sua autoridade. Mas isso aconteceu pelos legisladores. Foram os legisladores que, ao longo do tempo, foram dizendo que os polícias, afinal, tinham que ser menos polícias.

E, depois, acontece isso, que, se calhar, o Sr. Deputado Luís Soares sabe melhor do que eu, que, noutras alturas, os candidatos nas escolas de polícia eram, se calhar, quatro, cinco e seis vezes o número de vagas que eram abertas nas escolas. E, hoje, não é nada disso, eles são incomparavelmente menos, porque cada vez que um filho desta terra ou de outra terra diz que quer ser polícia, o pai e a mãe, e

com razão, dizem: vais para a polícia? Vais para a polícia, para quê? Para te chateares? Para não teres autoridade? Porque depois ninguém te dá cobertura à atividade que tu tens enquanto polícia, de garantir a segurança dos outros. É isso que tu queres para a tua vida, chateares-te em casa, chateares-te com a tua mulher, com os teus filhos, no exercício da tua atividade?

E depois dá nisso, há poucas escolas de polícia porque há poucos candidatos, porque, depois, os senhores legisladores, os senhores governantes entendem que, se calhar, até nem é preciso tantos polícias, porque, depois, os polícias são os mauzões, não precisa muitos desses, meia dúzia de fardinhas dá.

Depois, acontece isso, cada vez que todos os anos se acaba uma escola de polícia, entraram mais não sei quantos polícias para as esquadras, mas nunca se diz quantos foram para as aposentações. O rácio, normalmente, é sempre negativo. E, depois, querem milagres. Não, não há milagres!

Eu vou votar favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda. Vou sim, senhor. Mas, obviamente, temos que reconhecer isso, há hipocrisia nessas votações que se vão fazer aqui hoje. Há, porque as pessoas vão votar uma coisa que sabem que, depois, chega à República e não vai resultar em coisa nenhuma.

Porque o problema é grave. A falta de polícias não é só no Corvo, não é só em São Jorge, não é só em São Miguel, é em todo o país, porque não há quem queira ser polícia, quanto está o serviço de legisladores que não defende a roupa azul que aqueles senhores vestem.

Por isso, estou aqui para votar favoravelmente, mas estou com a dor de quem sente que a classe dos polícias não está a ser verdadeiramente defendida.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Recentrando talvez um pouco o tema, temos aqui uma iniciativa que tem por epígrafe, se não estou em erro, subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança.

E eu gostava de lembrar que, efetivamente, essa é uma das matérias nobres da autonomia, esse é um adquirido autonómico.

Como referiu aqui o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, efetivamente, nós também, nos Açores, fomos os primeiros a fixar esse e outro tipo de medidas, para além da redução e da adaptação fiscal para compensar esses custos da insularidade.

Mas ao ler este diploma, ao ouvir a sua apresentação e ao ouvir alguns discursos que aqui também foram feitos, eu fico com a sensação, o que também não tem nenhum problema substantivo, que este diploma vai um pouco para além disso. Já foram aqui referidas algumas diferenças significativas que existirão entre aquilo que é a remuneração complementar e os seus valores e aquilo que são os valores aqui propostos.

E pela própria fundamentação, eu estou convencido que este diploma também pretende e di-lo, embora não formalmente na sua epígrafe, também pretende, de algum modo, ser, digamos assim, um subsídio de fixação no sentido de atrair também as forças de segurança a fixarem-se nos Açores, porque, obviamente, é também fundamental, num Estado de direito democrático, que uma polícia democrática seja efetiva, esteja presente e seja, em primeiríssimo lugar, o garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Sabemos que essa questão, porque os custos de insularidade hão de existir, naturalmente, para todos os que aqui residem, sempre, nem podia ser de outra maneira, fomos a favor, por questões de elementar lógica e também de justiça relativa, que os funcionários residentes na Região Autónoma dos Açores e que

prestem serviço à Administração Central, também possam beneficiar desse tipo de compensações.

Sabemos que a realidade é muito diversa. Sabemos que há ilhas que, por uma determinada razão, com uma ilha de Santa Maria, têm desde há longos anos. Sabemos que outras não têm. Sabemos que há carreiras, designadamente no Ministério da Justiça, que têm, etc., etc.

E vê-se que aqui será difícil talvez conseguir alguma a uniformidade. O facto de aqui, no nosso entender, se tratar não apenas de um subsídio de insularidade, não apenas da compensação dos custos da autonomia e de viver nesta realidade arquipelágica, mas também de se pretender, de algum modo, incentivar a fixação de agentes das forças de segurança nos Açores, leva-nos, naturalmente, a aperceber que haja aqui alguma diferença (é claro que a diferença ou o grau da diferença é também uma questão importante), tomamos como boa a argumentação do Bloco de Esquerda de que essa será, ao que o Bloco conseguiu apurar, a média dessas remunerações nas forças de segurança que já têm, designadamente do Ministério da Justiça, nessa medida, naturalmente, vamos apoiar esta iniciativa e votá-la favoravelmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, esta questão tem vindo a ser discutida recorrentemente neste Parlamento, mas a verdade é que, sendo esta uma questão da responsabilidade do Governo da República, o que o Governo da República tem feito?

Deputado Francisco Coelho (PS): Os Governos da República!

O Orador: Os Governos da República. O que é que os sucessivos Governos da República têm feito? O que é que o poder central tem feito? Por exemplo, no caso da última iniciativa, foi aplicado o veto de gaveta. Foi aplicado o veto de gaveta, de tal forma que a última Anteproposta não foi votada na Assembleia da República. Não foi. Portanto, ficou até ao final da legislatura sem existir nenhuma deliberação sobre esta matéria.

Portanto, o que eu acho é que se cria, junto da opinião pública e junto dos profissionais das forças de segurança, uma falsa expectativa, porque as possibilidades de êxito desta iniciativa, que é aqui aprovada e que não é paga através do Orçamento Regional, é paga através do Orçamento de Estado, portanto, o que acontece é que se cria aqui uma expectativa de que esta medida é uma medida que, agora sim, terá possibilidades de ser concretizada. A verdade é que os sucessivos Governos da República não estão interessados em aplicar e não estão interessados em viabilizar estas Antepropostas que têm sido aprovadas aqui no Parlamento dos Açores pelo conjunto das diversas forças políticas. Portanto, é preciso ter isto em conta.

É justo? É justo. É necessário? É necessário. Nós temos uma Região com baixos índices de criminalidade, que está a aumentar. É provável que continue a aumentar, até porque há um fenómeno que está a aumentar muito significativamente, que é o turismo. E o turismo só por si também cria o aumento da criminalidade.

Sr. Deputado José Contente, quer dar um contributo? Disse qualquer coisa.

Deputado José Contente (PS): Não! O Governo do PS é que tem culpa!

O Orador: Eu não disse isso. Eu estou a fazer uma intervenção séria. Estou a fazer uma intervenção pragmática. Não estou aqui a dizer... Era muito fácil, se calhar o Partido Socialista faria isto noutras condições, dizer aqui: o Partido

Socialista é que tem a obrigação de aprovar este diploma lá fora, porque o Partido Socialista tem maioria absoluta. Se isto não for aprovado, se esta Anteproposta que vai sair daqui, que vai ser aprovada neste Parlamento, não for aprovada na Assembleia da República, a culpa é do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Já cá faltava!

O Orador: O Sr. Deputado é que me puxou para este assunto. Mas a verdade é essa, é objetivo, o Partido Socialista tem maioria absoluta, portanto, isto entrará em vigor se a maioria do Partido Socialista, em Lisboa, aprovar esta iniciativa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade!

O Orador: E está a Sra. Deputada Andreia Cardoso a dizer que vai aprovar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que é verdade!

O Orador: Ah, que é verdade, pronto. É verdade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É um facto!

O Orador: Por isso é que eu acho que aqui se deve fazer um discurso pragmático. Quer dizer, as possibilidades de esta iniciativa ser aprovada na Assembleia da República, na minha perspetiva, tendo em conta os comportamentos anteriores dos sucessivos Governos da República, eu não tenho grandes expectativas em relação a isto. Não tenho grandes expectativas.

Vou votar favoravelmente. Ouça, vou votar favoravelmente. Tenho consciência que se trata de uma questão grave, porque a criminalidade quando se instala, a partir daí, quando os índices de criminalidade aumentam, é difícil recuperar-se para níveis mais baixos. Quem faz a análise deste tipo de problemáticas sabe disso. Portanto, é difícil depois. Nós, agora, temos uma criminalidade ainda baixa, mas se a situação se continuar a agravar, nomeadamente tendo em conta a falta de forças policiais e a diminuição dos seus efetivos... Não é só a diminuição dos seus efetivos, também das condições em que trabalham. A verdade é essa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A sua opinião sobre o aumento da criminalidade

é essa!

O Orador: Há vários fatores. Já aqui referenciei um, que é o turismo. Também tem a ver, Sr. Deputado, com as taxas de pobreza que V. Exas. nos deixaram, com as taxas de pobreza que os sucessivos Governos do Partido Socialista nos deixaram.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Façam melhor!

O Orador: Portanto, esse é também outro fator. Há um conjunto de fatores.

Mas eu não estou aqui no passa culpas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Façam melhor! Ganhamos todos!

O Orador: Eu não estou aqui fazer nenhum discurso...

Deputado Berto Messias (PS): Imagine se estivesse!

O Orador: Por amor de Deus!

Eu não estou aqui a fazer um discurso de culpabilização do anterior Governo nestas matérias. Estou aqui a constatar factos com total objetividade. E, portanto, neste sentido, é uma medida necessária, é justa. Fico contente que o Bloco de Esquerda também tenha este conjunto de preocupações.

Considero que todas as forças políticas aqui têm este conjunto de preocupações. Considero que não é populista, que é um problema real, é um problema que se vai agravar e é um problema em que é necessário, de facto, que a República... Em relação a esta matéria, como em muitas outras, há um descuido tremendo e há também, digamos assim, e termino, de forma gradual, uma destruição, e estou a medir bem as palavras, do sistema autonómico. O sistema autonómico significa que há uma parte da responsabilidade que é do Governo da República, nomeadamente a área da segurança, por exemplo, que é o que aqui estamos a tratar, e há outras responsabilidades que são da Região. E há, progressivamente, por parte da República, na segurança, mas também na defesa, também na Universidade dos Açores, muitos outros aspetos em que há uma

desresponsabilização progressiva por parte da República.

E, portanto, há aqui um pacto, o pacto estatutário, o pacto constitucional em relação ao fortalecimento das autonomias. Há uma das partes que não está a fazer o seu trabalho e que está progressivamente a enfraquecer a autonomia dos Açores, porque não cumpre aquela que é a sua parte, aquela que é a sua responsabilidade constitucional. E por aqui me fico.

Por isso, da minha parte, votarei favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda, pelo conjunto de motivos que aqui expus, mas chamando a atenção que a possibilidade de êxito é muito remota e que tenho muitas dúvidas, mas mesmo muitas dúvidas que a maioria absoluta do Partido Socialista na República a aprove.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Bloco de Esquerda nos traz aqui, hoje, no fundo, é uma matéria que já é recorrente nesta Assembleia, infelizmente, porque se estivesse resolvida, o Bloco de Esquerda também não teria que voltar à insistência.

Efetivamente, já há uma iniciativa de 2010, proposta pelo PSD. O Bloco de Esquerda também já o havia feito anteriormente, em 2015.

Efetivamente, esta questão do subsídio de insularidade, que é algo que também já foi referido, já vigora na ilha de Santa Maria, até aqui, nesse particular, acaba por criar aqui uma assimetria entre o mesmo serviço praticado nas diferentes ilhas do arquipélago.

Por outro lado, consideramos que é importante nesta matéria que o reconhecimento às forças de segurança e aos profissionais da polícia seja mais do que palavras. Ou seja, é muito recorrente haver palavras de agradecimento ao

serviço prestado, à abnegação com que o fazem, à bravura, tudo, mas são palavras, efetivamente, porque, depois, do ponto de vista da atratividade da carreira, do ponto de vista do índice remuneratório inicial, do ponto de vista da complexidade da profissão, do ponto de vista da perigosidade que lhe está associada e o facto de colocarem a sua vida em risco para garantir a segurança de todos os outros cidadãos, deveria, de alguma forma, haver um mecanismo que compensasse ou que pelo menos servisse de estímulo àquilo que é todo o risco que está associado a esta profissão.

Do ponto de vista do valor que é apresentado e no seguimento também daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, que fez uma analogia que me parece sensata, ou seja, aquilo que são os valores que a Região e que a autonomia acabou por implementar para fazer face àquilo que possa ser um sobrecusto da insularidade, compreendendo a analogia que faz e, no fundo, a eventual discrepância, mas considero que esse valor se possa justificar efetivamente pelos motivos que disse anteriormente, ou seja, que evoquei e que têm a ver exatamente com a própria remuneração base não ser propriamente um valor que torne esta profissão muito atrativa e, obviamente, reforçando a complexidade, a perigosidade, todos estes fatores que lhe estão associados.

Também, Sr. Deputado Francisco Coelho, considero que tocou num ponto muito importante na sua intervenção quando disse que este valor, embora na epígrafe do documento seja mencionado como um subsídio de insularidade, efetivamente deve ser percecionado como sendo uma via para a fixação de profissionais também na Região. Por esse motivo é que consideramos que o valor proposto se justifica porque, por um lado, pode ser uma via para estimular a fixação de profissionais da polícia na Região Autónoma dos Açores e, por outro lado, então, fazer face, como diz o próprio diploma, àquilo que são os sobrecustos da insularidade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, o CDS, obviamente, vai-se associar a esta iniciativa e vai votá-la favoravelmente.

E, ao contrário do Sr. Deputado Paulo Estêvão, não tenho tanta incerteza quanto à sua passagem na República, porque eu tenho a certeza que o facto do Partido Socialista dos Açores se associar a esta proposta já é por si estímulo suficiente para que, na República, os seus camaradas o possam acompanhar e, por sua vez, aprovar esta medida.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que nós esperamos convictamente. Pode parecer que estou a fazer algum tipo de provocação, que, obviamente, em parte, o será, mas tenho a convicção que o Partido Socialista dos Açores exercerá a sua magistratura de influência junto dos seus camaradas da República, para que pelo menos faça uma ponderação sobre aquilo que é...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Na Assembleia da República.

Na Assembleia da República, exatamente, composta por Deputados que fizeram parte desta Assembleia Regional também, que agora estão lá e que se aqui estivessem, tenho certeza que iriam votar ao lado desta iniciativa.

Por isso, sem qualquer tipo de provocação, considero que o Partido Socialista dos Açores, como partido responsável que se apresenta, fará aquilo que estiver ao seu alcance, que não é garantia, obviamente, dessa aprovação, mas que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que pelo menos haja uma compreensão por parte dos Deputados da República, do Partido Socialista, para aquilo que são as singularidades da Região Autónoma dos Açores, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para aquilo que é a necessidade de fixar mais profissionais de polícia na Região Autónoma dos Açores e para aquilo que são os sobrecustos de

insularidade...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que devem ser compensados por esta via.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão anda triste e acabrunhado. Nota-se verdadeiramente o peso do poder, o esmagador peso do poder sobre os seus frágeis ombros. E eu gostava que ele se animasse. Mesmo que não possa, na República, tal como o CDS, dar um grande contributo prático neste caso, não seja homem de pouca fé. E esta Assembleia também terá, se assim o entender, como já fez muito recentemente a respeito de outras iniciativas, alguns poderes regimentais no sentido também de influenciar a Assembleia da República.

Eu espero que esse ceticismo não tenha a ver, efetivamente, com este Governo da República em especial, porque há aqui questões em que talvez seja mais justo, mais verdadeiro, mais coerente nós reconhecermos que, ao longo dos tempos, elas não foram resolvidas ou não foram suficientemente resolvidas, designadamente no que diz respeito aos funcionários da Administração Central e a compensação dos respetivos custos da insularidade.

Relativamente à dificuldade de fixação de agentes das forças de segurança nos Açores, que não me parece ser propriamente um fenómeno recente, sejamos justos, não me consta que tenha havido, em fins de 2015, um êxodo de agentes

das forças de segurança dos Açores. E, portanto, essas dificuldades sempre existiram. E, portanto, esperemos que também aqui haja progressos.

E, já agora, já que estamos preocupados também com uma efetiva igualdade, até onde for possível, seria bom lembrar, embora eu tenha sido o primeiro a dizê-lo, que também me parece haver aqui uma componente de subsídio de fixação, a verdade é que os valores de que estamos aqui a falar, mesmo na parte que queiramos reservar para o verdadeiro subsídio de insularidade, são importantes.

E o que eu espero, sinceramente, e faço aqui o repto ao Sr. Secretário Duarte Freitas, o homem das finanças, é que, proximamente, tenha isso em conta, inspire-se e lembre-se também dos residentes paisanos na Região Autónoma dos Açores, quando for altura disso.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, agradecer o consenso que se parece instalar aqui entre todas as bancadas. Após a intervenção de todas as bancadas, cumpre-me dizer, apesar de já ter sido dito ou tentado clarificar para alguns partidos, aqui há uma questão: esta proposta que o Bloco fez, que é uma anteproposta, pretende, essencialmente, acabar com a desigualdade que se tem mantido ao longo de anos entre as forças de segurança e, neste caso, também entre próprios polícias, que em Santa Maria recebem e nas outras ilhas não recebem. Também a polícia judiciária, a polícia marítima e a GNR já recebem. Portanto, não fazia sentido nenhum continuar com esta discriminação.

Por outro lado, é evidente que este subsídio de insularidade também acaba por ser

um atrativo à fixação dos profissionais nos Açores. É evidente que, onde uma pessoa consiga obter mais rendimentos, a pessoa, realmente, tenderá a ficar ou a fixar-se naquela localidade. Portanto, acho que isso está subentendido na proposta e acho que todas as bancadas perceberam que este também era um dos objetivos da proposta.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Nuno de Almeida e Sousa, na sua analogia, fez, eu acabei de dizer, o que a gente está a fazer aqui é tentar acabar com uma desigualdade. E o valor aqui não é aquele que estava inicialmente proposto, houve, realmente, um aumento devido a uma média que se fez entre aqueles que são os subsídios que são aplicados a outras forças de segurança e chegou-se a este entendimento neste valor, sendo que é majorado nas outras ilhas da coesão.

Portanto, penso que fica claro aqui que não estamos a tentar prejudicar ninguém através de não igualar na remuneração complementar, mas sim acabar com uma discriminação que já existe. Portanto, isto aqui não vai prejudicar ninguém neste momento, vai é beneficiar quem está a ser prejudicado.

No entanto, e como bem disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, o caminho desta proposta não acaba aqui. E nós sabemos que ela irá para a Assembleia da República. E, infelizmente, nós temos exemplos de propostas que foram aqui votadas favoravelmente, com o consenso de todos os partidos e, depois, chegou lá e não passou.

É preciso, neste momento, fazer um pequeno parêntesis aqui, porque isto é muito importante para as forças de segurança, para os elementos das forças de segurança que nos estão a ouvir, e pergunto, muito simplesmente... É porque nós, da nossa parte, da nossa bancada, do Bloco de Esquerda, da Assembleia da República, temos a certeza de que vão votar favoravelmente esta Anteproposta, quando chegar lá. Agora, das restantes bancadas é que é importante saber qual é a posição,

também para que não se engane as pessoas que nos estão a ouvir em casa. É preciso saber quais são as vossas posições, porque não nos podemos esquecer dos exemplos anteriores que temos tido também. Como também na bancada do PSD, naquilo do fator de sustentabilidade. Não, não. Portanto, é bom também perceber, essencialmente as pessoas, os elementos das forças de segurança que são prejudicados, qual é a posição que vão ter na Assembleia da República. Porque isto, realmente, é muito bonito estarmos aqui a dizer que sim e, depois, não ter uma consequência positiva, também é chato.

O Bloco de Esquerda não quer de forma alguma criar falsas expectativas. E garante aos elementos das forças de segurança que, da parte do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, esta proposta vai ser votada favoravelmente. Agora, importa saber aqui a posição das restantes bancadas que aqui votam sim e que, provavelmente, lá vão ter que votar. E importava saber qual é a posição.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, acabo de receber um telefonema do Sr. Ministro das Finanças, Dr. Fernando Medina, a pedir-me dados sobre V. Exa. O que ele me disse foi: já não bastava só o Ministro da Economia a querer dar-me cabo do orçamento, agora temos também mais um camarada do Partido Socialista a dizer que é mais uma despesazinha e não faz falta. Bom, eu o que lhe disse é que o Sr. Deputado Francisco Coelho, agora, de há dois anos para cá, vai-se lá saber porquê, está um mãos-largas, aliás, como os camaradas da vossa bancada. Aquilo que não era possível, que era uma loucura há dois anos, agora é algo perfeitamente plausível. E o tristonho sou eu! E, portanto, V. Exa., agora, é um mãos-largas. Agora, que o orçamento é da responsabilidade de outros partidos. E, agora, nesta

matéria em específico, porque a responsabilidade é dos socialistas do Governo que exerce funções no conjunto da República.

Por isso, Sr. Deputado, eu não estou triste, nem sinto que tenha um grande peso pelo facto de estar a apoiar o Governo Regional, pelo contrário, estou muito otimista pelo trabalho que estamos a fazer, estou orgulhoso pelo trabalho que estamos a fazer e pelos avanços que estamos a alcançar.

Deputado Carlos Silva (PS): Não parece!

O Orador: Portanto, agora, Sr. Deputado, eu não vendo é aqui banha da cobra. E, portanto, chamei a atenção dos açorianos para os precedentes nesta matéria, em que foram aprovadas, pelos diversos Governos, de diversas cores, este tipo de propostas e que necessitam da aprovação da Assembleia da República. E eles não têm votado a favor. E, portanto, é só isto, é só dizer aquilo que é a verdade e ser absolutamente pragmático nesta matéria.

Agora, em relação também à questão que me foi levantada pelo Bloco de Esquerda sobre a posição do PPM na Assembleia da República, pois, não é possível, não é possível dizer-lhe ainda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda!

O Orador: Daqui a uns anos, talvez possa suceder.

Mas, neste momento, posso-lhe dizer uma coisa: se tivéssemos Deputados na Assembleia da República, como já tivemos, votaríamos, com certeza, a favor. Eu posso dizer isto. E o Partido Socialista é que não diz isto, não pode dizer isto e de certeza que não o dirá.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos então votar.

Vou colocar à votação, na generalidade, esta Anteposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteposta de Lei n.º 8/XII foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade...

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Só porque houve uma proposta de alteração da parte do Bloco de Esquerda e que, obviamente, vai eliminar pelo menos um artigo da proposta de alteração do PAN. Por isso, eu ia prescindir, neste caso, do n.º 2 do artigo 4.º-A, porque aí, obviamente, com a alteração do Bloco de Esquerda, o nosso fica eliminado. Queremos prescindir e queremos retirar, se faz favor.

Obrigado.

Presidente: Vamos votar a primeira proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 2 do artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 1.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º. Há duas propostas relativamente ao n.º 1 do artigo 2.º. A primeira que vou colocar à votação é a do PAN.

Portanto, está à votação a proposta de alteração do PAN ao n.º 1 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM; 1 voto a favor do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 1 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração com o aditamento das alíneas a) e b), apresentada pelo PAN, ao n.º 2 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 24 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Vamos colocar à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 3 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Vamos votar...

Há algum problema? Relativamente à proposta do PAN, ao n.º 2 do artigo 2.º, era essa? Vamos então repetir o anúncio dessa votação.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 24 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Agora, se calhar, vamos repetir a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 3 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 2.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta do Bloco de Esquerda apresentada ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 3.º com a proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 3.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de eliminação do n.º 1 do artigo 4.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 4.º do diploma com esta proposta de eliminação que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 4.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar uma proposta de aditamento, apresentada pelo PAN, de um artigo 4.º-A, com o n.º 1 e as alíneas a), b), c), d) e e), uma vez que o PAN retirou o n.º 2 desta proposta de alteração.

Alínea a alínea. Então, está à votação a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º-A, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 24 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º-A, aditada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do

PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 24 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º-A, aditada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 24 votos contra do PS.

Presidente: Está votação a alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º-A, aditada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 24 votos contra do PS; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: O PPM também votou contra esta alínea.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 24 contra do PS, 2 do PPM; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Está à votação a alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º-A, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 24 contra do PS, 2 do PPM; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento do artigo 4.º-B, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 24 contra do PS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 8/XII foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Assim, encerramos este ponto da nossa Agenda.

Uma declaração de voto? Eu ia conceder um intervalo. É isso que precisa?

O Sr. Deputado independente pediu a palavra para...

Deputado Carlos Furtado (Independente): Uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Anteposta de Lei que foi aqui aprovada, hoje, neste momento, representa um passo importante na manifestação do apoio que temos às nossas forças de segurança.

No entanto, não posso deixar de dizer que aquilo que foi feito aqui, essa votação, essa aprovação dessa medida, por unanimidade, pode representar ou arma de arremesso ao Governo da República.

Eu acho que a medida é interessante, importante e oportuna e faz tudo sentido na Região, mas, a determinada altura, percebi, pelas propostas de alteração que foram apresentadas, que também havia uma intenção de quem é que dá mais. Começou com 150, depois 150 mais umas coisinhas, depois 250. Eu temo que o facto de termos aprovado a alteração para os 250 euros possa, de alguma forma, dificultar a sua aprovação por parte da República, porque o valor envolvido é maior.

E, neste sentido, votei favoravelmente a iniciativa, mas receio que o excesso de boa vontade da Assembleia Regional possa de alguma forma condicionar a aprovação dessa importante Anteposta de Lei perante o Governo da República. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h45.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Bom, vamos dar a continuidade aos nossos trabalhos entrando no ponto 4 da nossa Agenda: **Anteproposta de Lei n.º 14/XII – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, para isenção da remuneração complementar regional”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

E dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia Covid-19 gerou uma crise de saúde pública à escala planetária que obrigou à execução de políticas públicas objetivas para restringir a proliferação da doença, que mitigaram o custo de vidas humanas a curto prazo.

Em paralelo, assistiu-se a um choque em cadeia na economia, desencadeando umas das maiores crises económicas mundiais de que há memória na história recente: a dívida pública atingiu níveis de endividamento excessivos; assistiu-se a uma quebra da atividade de diversos sectores da economia – transversal a todas as escalas, gerando impactos económico-financeiros em cascata, com preocupantes reflexos na liquidez das famílias e impactos dramáticos nas famílias mais vulneráveis, expondo-as à pobreza e acentuando as desigualdades, especialmente entre as pessoas do sexo feminino e os mais jovens – os mais afetados pela perda de rendimentos.

Todavia, enquanto o mundo se erguia e era expectável a retoma económica, em fevereiro deste ano, assistimos, perplexos, à agressão militar da Rússia à Ucrânia, cujos impactos económico-financeiros rapidamente se fizeram sentir, e proliferaram como um rastilho de pólvora demolindo uma economia global que recuperava de uma crise de saúde pública nunca antes vivida.

A par da disrupção das cadeias de produção e do aumento exponencial das matérias-primas, a inflação disparou, e o valor de compra de diversos produtos continua em crescendo, sem intenção de estabilizar – especialmente os produtos que compõem o cabaz alimentar das famílias, estrangulando os orçamentos familiares.

Ora, vejamos: o cabaz de bens alimentares essenciais custa hoje mais 15% do que custava em fevereiro deste ano; o preço das frutas e dos legumes aumentou cerca de 17,5% desde o início do conflito armado, e entre os dias 5 e 12 de outubro, o preço do açúcar aumentou 17%. É este o cenário sem vislumbre de melhorias a curto prazo, que nos impele a adotar políticas que permitam aumentar o rendimento real e disponível das famílias.

O aumento do preço dos bens alimentares básicos é o reflexo dos níveis históricos da inflação, ultrapassando os valores dos últimos trinta anos, prevendo-se que, no fim deste ano de 2022, atinja os 10%.

No passado mês de setembro a taxa de inflação foi de 9,3%, um aumento de 0,4% em relação ao mês de agosto, segundo dados do INE.

Já o Banco de Portugal apresentou uma taxa de inflação homóloga para setembro de 9,8%.

Enquanto nos Açores, a taxa de inflação média, nos últimos 12 meses, subiu para 3,72% e a taxa de variação homóloga regional foi de 6,37% no mês de setembro deste ano, segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores.

No entanto, a proposta do Orçamento de Estado de 2023 prevê um crescimento do PIB de 1,3% em 2023, e uma taxa de inflação de 7,4% até fim de 2022 e de 4% em 2023.

Por seu turno, a proposta de Orçamento Regional de 2023 prevê uma taxa de inflação de 7,2% até ao fim deste ano, mantendo-se atrás da nacional. E uma taxa de inflação regional 0,5% superior à média nacional.

Até julho, as famílias perderam liquidez, o rendimento disponível real das famílias diminuiu cerca de meio ponto percentual, mas os salários reais dos trabalhadores no setor privado diminuíram 1%, fruto do aumento da inflação, e as perspetivas para a economia nacional no próximo ano são de uma acentuada desaceleração face a 2022, segundo o Banco de Portugal, que contraria o cenário macroeconómico projetado pelo Governo da República, que contamina e enviesa a projeção orçamental do Governo Regional.

Neste contexto, Portugal piorou a sua classificação dos indicadores da taxa de risco de pobreza e desigualdade na distribuição de rendimento.

Assim, no Dia Internacional para Erradicação da Pobreza, assinalado no dia 17 de outubro, ontem, o relator da ONU afirmou o seguinte: *“Os governos devem adaptar os benefícios sociais e os salários à inflação galopante, caso contrário perder-se-ão vidas”*. E é isto que o PAN propõe com a presente iniciativa: isentar a remuneração complementar regional de pagamento de IRS. Uma medida de muitas que têm que ser implementadas da forma de taxaço.

Devem ser implementadas políticas concretas, justas e equitativas de apoio às famílias açorianas, passando pelo alívio da carga fiscal, sobretudo o IRS. Desta forma privilegiamos o orçamento familiar em detrimento do orçamento público, apostamos na redução da carga fiscal sobre o rendimento das famílias, em especial aquelas com poucos rendimentos.

Recorde-se que uma das principais medidas fiscais do Orçamento de Estado para 2023 é a atualização dos escalões do IRS, tendo por base a valorização salarial.

Reduzir a receita pública através da redução da tributação das famílias é a decisão mais responsável, recorrer aos mecanismos disponíveis para salvaguardar as famílias mais vulneráveis, sob pena de se assistir a um incremento dos encargos financeiros do erário público a médio prazo, fruto do desincentivo do consumo privado.

A remuneração complementar regional, prevista no DLR n.º 8/2002/A, foi criada para mitigar os custos da insularidade, em benefício dos trabalhadores em funções na Administração Pública Regional e Local dos Açores, cuja remuneração base seja, atualmente, igual ou inferior a 1320,77 euros, salvaguardando-se os desideratos da legislação nacional. Contudo, esse mecanismo de mitigação tem-se revelado insuficiente para combater o impacto regional da inflação, desvirtuando-se a sua génese criativa. E temos, obviamente, que fazer mais.

Em virtude do exposto, importa tramitar com celeridade o processo de desagravamento fiscal das remunerações complementares dos trabalhadores regionais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa apresentada pelo PAN, a Anteproposta de Lei – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares”, é uma iniciativa que se insere e tem coerência com aquilo que tem sido a postura deste Governo Regional, desta maioria e dos partidos com acordos de incidência parlamentar, no sentido de redução da carga fiscal na Região. E, nesse sentido, é uma medida que importa valorizar.

Porém, relativamente àquilo que é em concreto esta medida, também é preciso ter noção daquilo que é o seu impacto, quer do ponto de vista da redução de receita fiscal do Governo, que é muito reduzida, quer ainda do ponto de vista dos benefícios, do ponto de vista da redução da carga fiscal de cada um dos

trabalhadores que usufrui da remuneração complementar. E, portanto, este panorama é importante que fique, que se passa a ideia que, de facto, o seu impacto do ponto de vista da carga fiscal de quem recebe e de quem paga é reduzido.

Por outro lado, também recordar aqui aquilo que é o panorama fiscal em termos de IRS na Região, em que uma parte muito significativa dos agregados familiares não pagam IRS ou pagam em termos daquilo que é a taxa mínima. Por exemplo, relativamente a 2020, 61% dos agregados da Região contribuía apenas com 5,9% daquilo que é a receita fiscal de IRS na Região. E naquele ano era de 182 milhões de euros.

E, portanto, há aqui uma distribuição da carga fiscal que, infelizmente, não cobre ou leva a que uma parte muito significativa das famílias não paguem IRS. O que é mau, não no sentido de elas não pagarem, é mau porque não têm rendimentos suficientes para pagarem impostos. E nisso estamos todos de acordo.

Relativamente às audições que foram feitas, curiosamente, a UGT e a CGTP foram contra a medida, porque entendiam que a medida mais correta seria o aumento da remuneração complementar, o que foi concretizado, porque, entretanto, por Resolução do Conselho do Governo, que foi posterior, quer à apresentação da iniciativa, quer aos parceiros da CGTP e da UGT, a Resolução do Conselho do Governo n.º 163, de 7 de outubro, aumentou a remuneração complementar em 10%, que é um montante que ultrapassa aquilo que foi a inflação acumulada até ao período, tanto mais que esse aumento reporta-se a 01 de julho de 2022.

Por outro lado, é importante que se diga, ao contrário da iniciativa anterior, o custo fiscal desta iniciativa é totalmente suportado pelo Governo Regional, por todos nós açorianos que pagam impostos, ao contrário da iniciativa anterior, que foi justa e foi aprovada aqui na Assembleia, mas que o impacto financeiro é do Governo da República.

Por outro lado, esta medida, naturalmente, depende da aprovação da Assembleia da República, depois de aprovada na Assembleia Regional. E esperamos que seja aprovada. É claramente uma medida positiva. E, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o PAN nos traz é mais uma medida que, em primeira análise, julgo, acaba por ser definidora daquilo que tem sido, também, o rumo traçado por este Governo, é mais uma medida que concorre para a redução ou o desagravamento fiscal sobre as famílias açorianas. E, por isso, desde logo, é uma medida que merece um olhar atento, aliás, como todas, obviamente, mas aquilo que, no fundo, também está e vai ao encontro daquilo que é o desiderato e aquilo que foram os objetivos que este Governo traçou sobre, no fundo, dinamizar o sector económico regional pela via do desagravamento fiscal, é esta medida, também, uma medida que concorre para esse objetivo e que segue os mesmos passos.

Entretanto, também acabou por promover uma discussão. E foi importante também ouvir o Sr. Secretário das Finanças, também relativamente àquilo que é uma reivindicação que foi veiculada pelos sindicatos, em que diziam que o que teria que acontecer era continuar-se a pagar imposto, mas haver um aumento, no fundo, desta remuneração e, eventualmente, até fazer uma alteração dos tetos abrangidos pela remuneração complementar, citando até ou referindo a altura da Troika, em que Carlos César acabou por aumentar, na altura, o teto que era abrangido pela remuneração complementar para os 2 mil euros. Isto é uma medida que foi introduzida pelo Partido Socialista em 2002.

Mas estava a dizer que o Sr. Secretário, na altura, também teve a oportunidade de informar aquilo que ficou acordado com os sindicatos, que é reativação do Conselho Consultivo da Administração Pública. E, por sua vez, fazer, então, agora, em 2023, uma reflexão acerca da abrangência que esta remuneração complementar pode ter e quais é que são os escalões que esta remuneração complementar pode ter.

E, por isso, consideramos que isso é um passo importante dado pelo Governo, mas mais importante do que isso foi aquilo que efetivamente também foi referido pelo Sr. Deputado António Vasco viveiros, que se prende com a Resolução do Conselho do Governo que aumentou esta remuneração complementar em 10%. Efetivamente, foi uma Resolução posterior à entrada desta iniciativa, mas em nada choca com ela. Aliás, até se pode traduzir, havendo essa aprovação, num maior retorno para as famílias e, por outro lado, também acaba por ir ao encontro daquilo que era uma pretensão dos sindicatos, que era haver um aumento dessa remuneração complementar para fazer face também à escalada inflacionista.

Agora, quando o Partido Socialista criou esta remuneração complementar, e foi explanado na apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Pedro Neves, tinha, efetivamente, como objetivo ser um mecanismo regional para mitigar os custos da insularidade, os sobrecustos da insularidade e assim beneficiaria, obviamente, os funcionários que estariam sobre jurisdição direta da Administração Pública.

E, por isso, faço esta referência única e exclusivamente para dizer que é por isso importante esta iniciativa que o PAN traz, independentemente daquilo que possa ser o impacto que esta isenção possa traduzir naquilo que é o rendimento de quem recebe ou no impacto que a aprovação desta medida possa ter na recolha de receita fiscal. Independentemente desses impactos, a realidade é que este esforço da remuneração complementar é um esforço do Orçamento Regional, é um esforço da Região. Sendo um esforço da Região, consideramos que é pertinente esta

alteração que o PAN aqui nos traz. Porquê? Porque, efetivamente, sendo um complemento regional, deve o mesmo ser desonerado de qualquer taxaço, ou seja, deve o mesmo reverter na totalidade para o esforço efetivo, para aquele que foi o objetivo com o qual foi criado, que é combater o sobrecusto da insularidade. Por isso é que esta medida que o PAN apresenta parece-nos sensata. E consideramos que pode ser uma forma também de fazer justiça àquilo que foi o objetivo inicial do Partido Socialista ao criar esta remuneração complementar em 2002, que seria, efetivamente, haver uma maior disponibilidade financeira para as famílias açorianas, obviamente aquelas sobre as quais tinha jurisdição direta e podia fazer uma gestão direta, que eram os funcionários da Administração Pública.

Por isso, consideramos que é uma medida que encerra em si bastante razoabilidade. Consideramos que mesmo do ponto de vista ou de justiça poderá fazer sentido. Pronto, obviamente, é uma alteração à legislação contribuições e impostos, mas que cabe perfeitamente naquilo que já são as isenções e o enquadramento que há para isenções deste tipo de subsidiação. E, por isso, consideramos que é pertinente a medida. E, obviamente, iremos acompanhar esta proposta.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O aumento do custo de vida que se tem verificado, principalmente neste último ano, tem, efetivamente, levado a uma quebra muito substancial do poder de compra das famílias. E, naturalmente, os trabalhadores da Administração Pública

têm também, de igual modo, sentido este aumento do custo de vida e têm sentido que no fim do mês há, efetivamente, cada vez menos salário.

Os aumentos dos custos dos produtos essenciais, seja alimentos, seja os aumentos dos combustíveis, penalizam. E penalizam, sobretudo, as famílias com menos rendimentos, para quem esses mesmos produtos e bens essenciais e serviços essenciais também pesam mais no global do orçamento familiar.

Foi por isso que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, desde muito cedo, quando se começou a perceber que a escalada da inflação seria intensa, que não seria temporária e que teria efeitos muito sérios na vida das pessoas, desde cedo trouxemos a debate, nesta Casa, propostas para efetivamente mitigar os efeitos da inflação. Foram propostas, algumas delas... aliás, uma proposta que foi aprovada e que, em nosso entender, o Governo Regional não cumpriu na sua grande maioria, cumprindo apenas o aumento da remuneração complementar e, ainda assim, num valor que nos parece insuficiente.

Mas aquilo que se propõe aqui, efetivamente, através da Representação Parlamentar do PAN, é uma medida que tem uma intenção que é positiva, ou seja, uma intenção, de certa forma, de melhorar e aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores da Administração Pública que auferem remuneração complementar, mas, em nosso entender, a proposta tem vários problemas que não nos permitem acompanhá-la. Em primeiro lugar, em termos de eficácia, tendo em conta o momento em que vivemos, isentar de IRS a remuneração complementar não terá efeitos imediatos, esses efeitos só se farão sentir em 2023, eventualmente, e depois de esta proposta ser aprovada na Assembleia da República, ou seja, poderão passar-se vários meses.

Mas este não é o principal argumento nem é um motivo pelo qual nós não podemos acompanhar a proposta. O motivo pelo qual, principal, que nós não podemos acompanhar a proposta prende-se com uma questão de equidade entre

trabalhadores, seja da Administração Pública e daqueles que trabalham no setor privado, no setor público empresarial e cooperativas, IPSS, etc., ou seja, no restante sector, na restante da economia, porque esses trabalhadores terão, como é normal, todo o seu rendimento salarial, todo o seu salário taxado, a partir do mínimo de existência, como é óbvio, em sede de IRS, como é normal, decorre da lei, e os trabalhadores da Administração Pública teriam uma parte do seu salário isento de IRS.

Ou seja, não nos parece que seja esse o caminho para aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores da Administração Pública. O caminho é, naturalmente, no que diz respeito à remuneração complementar, aumentos, que serão taxados em IRS como são os outros rendimentos, como é normal, mas aumentar efetivamente a remuneração complementar.

E no que diz respeito, aí já é responsabilidade do Governo da República, a aumentos salariais, que não são aqueles que estão previstos no Orçamento de Estado e que o Governo da República tem anunciado e que são altamente insuficientes e que significarão o empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública.

Ou seja, o caminho para aumentar o rendimento das famílias é aumentar salários. Essas devem ser as medidas que nós devemos propor e defender, e não uma isenção fiscal de uma parte do rendimento, de uma parte salarial, que, efetivamente, poderá levar também a uma questão aqui de equidade, que não é correta, porque os trabalhadores da Administração Pública devem ter um tratamento equitativo relativamente aos trabalhadores do setor privado. E estou a falar equitativo e não igualitário, porque há, obviamente, diferenças, como todos sabemos.

Ainda uma última nota sobre a questão mais de fundo, sobre a forma como nós encaramos os impostos. Ninguém gosta de pagar impostos, como é óbvio. Quanto

mais baixo forem os impostos para cada um de nós, todos diremos que é melhor chegar ao fim do mês e não pagar muitos impostos.

No entanto, os impostos, por muito que custe, e eles efetivamente custam a pagar, têm um papel importante. E que não é popular, obviamente, dizer e defender impostos, que não é, mas sem esses impostos o Estado e a Região não teriam receitas para disponibilizar um Serviço Regional de Saúde que é gratuito ou tendencialmente gratuito, infelizmente, ...

Deputado José Pacheco (CH): Para alguns!

O Orador: ... para disponibilizar escola pública, para ter caminhos asfaltados e acessos às explorações agrícolas, para ter portos, que custam muito dinheiro a construir e a manter, para ter aeroportos, que custam muito dinheiro para construir e manter. Ou seja, não podemos esquecer que sem impostos nada disso se faz, nada disso se mantém. E essa matéria, que, eventualmente, não é muito popular, é importante lembrar, porque os serviços públicos são, efetivamente, de todos. E sem impostos eles não existem.

Mas, voltando à proposta, por uma questão de equidade e por entendermos que o caminho para aumentar rendimento é efetivamente aumentar rendimento, nós não iremos acompanhar esta proposta da Representação Parlamentar do PAN.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Tem razão. Se era para isso, não precisava haver remuneração complementar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou sem palavras. Eu, por acaso, estou sem palavras depois desta intervenção do Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, que apregoou sempre que

quer uma redução de impostos. Mas se for o PAN, não, porque é preciso impostos e que só temos uma garantia salarial apenas pela nossa remuneração e não por aquilo que pagamos de IRS, o que não é verdade.

Se é justo, obviamente, o argumento entre a função pública e o privado, concordo, sem dúvida. Agora, dizer, à partida (obviamente, um pensamento à Bloco de Esquerda), que é o copo sempre cheio, mas fica sempre vazio, não pensa na soma de todas as medidas para arranjar uma única solução a todos os trabalhadores... Isto é apenas uma medida. O PAN não está aqui para solucionar o problema dos Açores. O PAN está aqui a dar uma medida de um contrassenso, que é a remuneração complementar. E eu concordo, obviamente, que se taxe a remuneração de base das pessoas. Agora, uma remuneração complementar tem que ser isenta, exatamente como ajudas de custo, exatamente como determinadas situações que nós tínhamos antes. E até posso ser sincero, horas extraordinárias não deviam ser taxadas e são taxadas.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: E temos uma taxação cada vez maior, cada vez pagamos mais impostos.

Deputado Nuno Barata (IL): O Sr. Deputado é liberal e não sabia!

O Orador: Mas o Bloco de Esquerda quer, obviamente, porque tem que se fazer, obviamente, estradas agrícolas, porque sem esta isenção a gente não vai ter, obviamente, taxas para pagar as estradas agrícolas ou o buraco da SATA. E é isto que vai fazer a diferença.

Deputado José Pacheco (CH): Aí é que está!

O Orador: O PAN não acha. O PAN gosta de dar passos, passos que são importantes, às vezes são passos grandes, outras vezes é um passo em que nós achamos que é um contrassenso estarmos a pagar, obviamente, aquilo que é uma remuneração complementar, uma diferenciação entre quem está na Região

Autónoma dos Açores comparativamente com o Continente, devido à sua insularidade.

Mas o Bloco de Esquerda não quer. À partida, obviamente, se logotipo fosse do Bloco Esquerda, já era porreiro e tal, mas como é do PAN já não dá jeito, então a gente tem é que taxar impostos.

Mas eu vou dizer que o Bloco de Esquerda, hoje, devia estar do lado da direita nesse caso, peço imensa desculpa. São os impostos. Mas estamos completamente contrários. Vemos a direita a ser a esquerda relativamente a uma redução de impostos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Pedro Neves, eu vejo muito mal, mas ouço muito bem. É uma característica que alguns, aos poucos, vão descobrindo, não é? Aos poucos, vão descobrindo. É que eu ouço mesmo muito bem, nem faz ideia o quanto eu ouço. Mas, brincadeiras à parte, pulgas e carrapatos à parte, nisto estamos juntos. Se há coisa que este país tem é uma carga de impostos brutal. E sobre quem? Quem trabalha. É porque quem não trabalha, esses não têm. A esses não lhes custa a vida. Custa a quem trabalha. Mas o tema não é este. Tudo o que seja uma redução de impostos na vida das pessoas é positivo.

E aqui falou-se que os impostos são importantes. São, são importantes. Olha, paga-nos o ordenado. São importantes, isso é verdade. Paga uma série de coisas. Agora, as pessoas querem é saber para onde é que vai o dinheiro dos seus impostos. Para a SATA, para aqueles buracos da SATA. Para os buracos da estrada, que devia ter o alcatrão e não tem. Para aquelas questões que as pessoas,

diariamente, dizem: eu trabalho tanto e não vejo a minha vida resolvida, tenho que andar às “manifes” à porta dos Parlamentos para eu ver a minha vida resolvida. É para isso que servem os impostos? Não, não devia ser para isso que deviam servir os impostos. Deviam ser para melhorar a vida das pessoas.

Disse e disse bem, Sr. Deputado, as pessoas trabalham e fazem horas extraordinárias, e o glutão do Estado leva para casa a fatia do leão. Ou seja, estão a dizer às pessoas: não trabalhem, não ganhem mais, não se esforcem.

Não, temos que baixar os impostos. As pessoas têm que levar mais dinheiro para casa. As pessoas têm que viver dignamente. E até ter uns tostõezinhos para poupar no fim do mês, coisa que hoje já ninguém consegue fazer. É isto, o caminho é este, é baixarmos impostos e gerir aqueles que recebemos. Quando nós não sabemos gerir, pois a coisa corre muito mal. É ver esse Estado glutão...

O senhor que foi o proponente da taxa turística, nunca se esqueça disto. Taxas, mais taxas, mais taxas, mais taxas...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não é para os açorianos!

O Orador: Não, não é para os açorianos. Os açorianos dizem todos os dias: venham os turistas. E depois dizem: eh pá, mas está aqui a faturinha.

Isto é que a hipocrisia política. É assim que se gere a coisa. Não aos impostos! Impostos, aqueles que forem suficientes para vivermos todos. Não àqueles que vão à algibeira de quem trabalha. E, normalmente, são aqueles que ganham muito pouco, que são aqueles que estão a pagar muito mais impostos, são aqueles que estão a levar muito menos dinheiro para casa. Não. Sim, senhor, nisto estamos de acordo, temos que baixar. É pouco? É muito? É para alguns? Vamos trabalhar todos os dias, um passo de cada vez, para que seja para todos.

Mas nós temos uma carga vergonhosa de impostos no nosso país. E os Açores não são exceção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma Anteproposta de Lei que mexe num Código que é uma das estruturas mais importantes da estrutura fiscal e do regime fiscal português, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. E mexe cirurgicamente. Não sou propriamente um adepto dessas mexidas, mas neste particular tendo a concordar com o PAN e com a necessidade de mexer no diploma, no sentido de não só com um certo sentido de justiça perante o tipo de remuneração que é taxada pelo Código do IRS, mas também pela convicção de que a baixa de impostos quase sempre traz até não só uma libertação de rendimentos nas famílias e nas empresas, é dinheiro que fica na economia. Eu costumo dizer que cada euro que fica no bolso dos açorianos é menos um euro que é desperdiçado, às vezes, em coisas que não são absolutamente necessárias. E só para lembrar o Sr. Deputado António Lima que, de facto, há muito investimento que precisa ser feito, mas há muito desperdício, muito investimento que nunca devia ter sido feito e que continua a ser feito. E, portanto, mais vale cortar por aí do que ir ao bolso dos açorianos, até naquilo que é uma remuneração complementar, que atingiu este ano, por via da última Resolução do Conselho do Governo, mais de 10% da remuneração mínima mensal garantida na Região Autónoma dos Açores, o que significa bem a situação em que os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores se encontram.

Nesse sentido, e também apelando ao liberalismo do Sr. Deputado Pedro Neves, que é liberal e não sabia, a Iniciativa Liberal vai associar-se a essa Anteproposta de Lei.

Sendo, porém, verdade que a Anteproposta de Lei, provavelmente, não será

aprovada a tempo do Orçamento de Estado, provavelmente, isto será inconsequente, mas ao menos será uma indicação que damos à República...

Deputado José Pacheco (CH): Um grito de alerta!

O Orador: ... da necessidade que existe de repensar esse tipo de taxação e até da República olhar para a Região Autónoma dos Açores com outros olhos, porque, se calhar, na República poucos saberão, a não ser os Deputados da Região, que aqui na Região existe, desde 2002, uma remuneração complementar para tentar combater os problemas da insularidade e os custos acrescidos que as famílias e as empresas têm com essa insularidade.

E já nem vou falar da dupla insularidade, da tripla insularidade que nós, muitas vezes, aqui nessa Casa, invocamos tantas vezes. E até eu seria mais pormenorizado e falaria da insularidade que existe dentro até das ilhas grandes, da distância que existe, por exemplo, de Ponta Delgada ao Faial da Terra e à Água Retorta, por exemplo, a distância que pode haver do Topo às Velas.

E, por isso, parece-me importante dar esse sinal à República de que nos Açores estamos atentos, de que nos Açores também sabemos mexer naquelas que são as estruturas dos Códigos das Finanças Nacionais e que daqui partem também sinais para os Grupos Parlamentares da República de que devem fazer o seu trabalho, porque nós aqui estamos atentos ao trabalho deles.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que é aqui apresentada pelo PAN tem a virtude de trazer a debate um assunto relevante e que tem merecido da parte dos partidos aqui presentes uma atenção nos últimos meses, que é a necessidade de se reforçar os apoios às famílias

e às empresas para fazerem face ao impacto da inflação. E essa é uma das virtudes que a proposta traz.

Neste sentido, entendemos que a intenção que é aqui apresentada é uma boa intenção, ajudar os trabalhadores do setor público aumentando o seu rendimento líquido. E essa é uma vantagem e é uma virtude que deve ser realçada.

No entanto, temos algumas dúvidas sobre o enquadramento técnico da proposta que é aqui feita e passarei a explicar. Em primeiro lugar, como já realcei, é assumido claramente que é necessário fazer mais no que diz respeito ao combate à inflação, à mitigação dos efeitos da inflação. E esse também não deixa de ser um recado ao Governo Regional, que tem que fazer mais e tem que atuar de forma mais célere e mais eficaz na adoção de medidas de apoio às famílias e às empresas. Esta é a primeira nota.

Em segundo lugar, o PAN propõe isentar em IRS a tributação da remuneração complementar regional pelos trabalhadores que exercem funções públicas na Administração Pública Regional e Local da Região Autónoma dos Açores. Em primeiro lugar, diz aqui que propõe uma isenção, no entanto, o que está em causa no artigo 2.º do Código do IRS não é uma isenção, mas sim a não sujeição a imposto de determinadas situações que são elencadas. Entre as várias situações apresentadas, nós falamos de encargos que são suportados pela entidade patronal e não propriamente de rendimentos de trabalho dependente como a remuneração complementar.

Passo a dar exemplo daquilo que consta no n.º 1 do artigo 2.º do Código do IRS e que não é considerado rendimento de trabalho dependente para efeitos de tributação: prestações para regimes obrigatórios de segurança social não são consideradas rendimento tributável; benefícios e realizações de utilidade social e vales de infância, incluem-se aqui os encargos que a entidade patronal suporta com a creche dos trabalhadores, por exemplo; prestações relacionadas com ações

de formação; custo dos passes sociais; custo com seguros de saúde ou de doença; ou indemnizações e compensações pela deslocação de trabalhadores.

Tudo isso para referir que são situações tipificadas na lei e que não se enquadram na classificação de remuneração complementar, que, na prática, é um rendimento de trabalho dependente e constitui um rendimento tributável de igual forma com outros abonos que são previstos no Código do IRS.

E é por isso que temos dúvidas sobre o enquadramento técnico da proposta que é aqui apresentada porque ela, no nosso entender, poderá gerar uma injustiça fiscal, porque, para o mesmo nível de rendimentos entre um trabalhador do setor público e do setor privado, faz com que o do setor público passe a pagar menos IRS do que um trabalhador do setor privado. E aqui gera uma injustiça fiscal.

De igual forma relevante é o facto de na anterior proposta que aqui foi discutida sobre o subsídio de insularidade e que foi aprovada, o que poderia acontecer e pode acontecer com essa proposta que está em discussão é que para a remuneração complementar regional pode ficar prevista uma isenção ou uma não tributação, mas um subsídio de insularidade passa a ser tributado. Qual é a justiça desta medida? Não gerará mais desigualdade? É por isso que referimos que temos dúvidas concretas sobre a aplicação e o enquadramento da proposta.

Referir ainda que esta proposta, e isso também é realçado nos pareceres dos sindicatos, quer da UGT, quer da CGTP, mas sobretudo da CGTP, que refere que esta proposta pode reduzir a carreira contributiva para a Segurança Social. E, portanto, também nessa perspetiva, não sabemos se essa é uma opção do trabalhador, porque, não ficando sujeita a IRS, poderá também não ficar sujeita a contribuições para a Segurança Social. E também sobre esse assunto importa aqui clarificar. O que está aqui em discussão é apenas a não tributação em sede de IRS. E como é que fica em sede de Segurança Social? É tributada, ou não é tributada? Essa é uma dúvida que subsiste e também é elencada pelos sindicatos.

E, por fim, para concluir, a UGT refere no seu parecer que não concordam com a proposta por entenderem que não é justa. E defendem, em alternativa, a ampliação dos escalões e níveis remuneratórios, como fez o Partido Socialista em 2012. E já aqui foi realçado pelo Deputado Rui Martins.

A CGTP diz que não concordam com a proposta por considerarem que não é a forma mais correta para beneficiar trabalhadores da Administração Pública Regional, pois reduz a carreira contributiva. E defendem, em alternativa, o aumento significativo da remuneração complementar.

Por fim, referir ainda que foi aqui de certa forma abordado que isso poderia ser equiparado a uma ajuda de custo. Não é bem assim. A ajuda de custo não é classificada como rendimento de trabalho dependente. Só o é quando excede os limites previstos na lei, que não é a mesma coisa do que estamos aqui a falar. Remuneração complementar sempre foi classificada como rendimento de trabalho dependente e não pode ser aqui equiparada a uma ajuda de custo, porque ela só é rendimento tributado quando excede os limites previstos na legislação.

E, para já, para referir que concordamos com a intenção, sim, é importante apoiar as famílias açorianas, é importante apoiar as empresas a enfrentar o impacto da crise inflacionista que vivemos, estamos todos de acordo com isso, mas esta proposta aquilo que faz poderá gerar uma desigualdade na tributação entre rendimentos de trabalhadores da Administração Pública e do setor privado e até, como já referi, dentro da própria Administração Pública pode haver situações de desigualdade. E, portanto, concordamos com a intenção, que é boa, mas temos dúvidas sobre a aplicação concreta da medida.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto fácil era ser populista neste momento? Era só dizer que sim. Era só dizer que sim, porque, de resto, quando eu disser que sou contra os impostos, que quanto menos impostos, melhor, que tem que se defender o bem-estar das pessoas e isso não se compadece com cargas de impostos como temos no país, estava a ser o populista e o demagogo que o Sr. Deputado Nuno Barata, às vezes, diz que eu sou. Mas, Sr. Deputado, desta vez eu não vou ser populista e demagogo, como, se calhar, o senhor foi. Eu vou dizer aquilo que sinto. Eu vou dizer que, realmente, o Estado, para realizar um conjunto de despesas para benefício de uma sociedade, de forma transversal a toda a sociedade, efetivamente, precisa de receitas. E não me parece que a isenção dessa remuneração complementar seja um bom exemplo de como é que se reduz as receitas do Estado nem parece sequer que seja uma forma justa de estar perante uma sociedade, porque vai servir uns, não servindo os outros. Temos que perceber que a diminuição da carga fiscal de uns representa um encargo adicional a outros.

E nessas situações eu estou sempre em crer que a universalidade do comportamento nessa ordem será sempre a forma mais justa de proceder com a sociedade.

A isenção do pagamento do IRS da remuneração complementar obviamente que serve aos Açores, mas até que me provem o contrário, eu vou achar que um português do Algarve, do Minho, do Porto, de Lisboa é tão português como um açoriano. E enquanto eu pensar desta forma, eu não vou jamais dizer que os do Continente paguem para nós beneficiarmos, porque eu também não gosto que os do Continente digam que os açorianos se amanhem. Não. A justiça é óbvia. E uma situação dessas, obviamente, para mim, não é justa.

Não vou ser populista, eu assumo aqui o risco de alguém dizer que eu sou pelos

impostos. Não, eu não sou pelos impostos. E para não ser pelos impostos, para não ser favorável aos impostos é que eu acho que todos têm que pagar a sua parte para que todos paguem menos.

Muito mais fácil seria dizer outras coisas e até fica bonito e as pessoas gostam de ouvir lá em causa, mas se eu não gostasse que me mentissem a mim, porque é que eu vou mentir a terceiros? Não. Essas despesas alguém tem que as pagar, essas e as outras todas.

Portanto, eu não admito que haja pessoas que façam as contas ao contrário, quer dizer, receitas hão de ser aquelas que existirem, mas, depois, em medidas, em propostas negociadas em orçamentos e em outras coisas exigem um conjunto de despesas sem que identifiquem de onde é que vem a receita para as pagar. Eu não estou disponível para isso, porque eu sou suficientemente responsável, como em toda a minha vida fui, para dizer em casa que a realização de uma despesa tem que ser acomodada por uma receita. Se na minha casa é sim, na Região que eu defendo e que eu contribuo para o bem-estar dela tem que ser da mesma forma. A receita tem que equivaler à despesa. Populismos não!

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vimos aqui várias posições sobre esta temática. Temos a posição do Bloco de Esquerda, diz que ela é muito pouquinho e que os efeitos serão muito pouquinhos. Bem, para o Bloco de Esquerda só as coisas em grande é que funcionam.

Deputado António Lima (BE): O senhor está a mentir! Eu não disse isso!

O Orador: Mas sabem aquele ditado popular: “Grão a grão enche a galinha o

papo.” E, por isso, com pequenas melhorias, aumentos pequenos de rendimento, agora este mecanismo que o PAN nos apresenta, mas temos também outros mecanismos e temos o grande mecanismo, que é o aumento muito significativo que este Governo vai implementar em relação à remuneração complementar regional, tudo isto somado conta. Tudo isto somado é mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! É verdade!

O Orador: Quero também fazer aqui uma pequena referência à posição do Partido Socialista sobre esta matéria. Diz o Sr. Deputado Carlos Silva que esta questão lhe suscita problemas do ponto de vista técnico e também do ponto de vista da injustiça entre setor público e setor empresarial. Bom, mas veja uma coisa, a remuneração complementar regional já cria ela própria essas diferenças, ou seja, o que o senhor está a dizer é que ao isentar a carga fiscal sobre a remuneração complementar regional, estamos a criar uma injustiça. Mas, em relação à remuneração complementar regional, ela própria, em relação ao público e ao privado, já cria essas questões, nomeadamente, por exemplo, em relação ao horário de trabalho e à duração do horário de trabalho.

Bom, seja como for, depois, V. Exa. diz... Sr. Deputado Carlos Silva, fique atento aqui àquilo que eu lhe estou a dizer, Sr. Deputado! Detesto alunos desatentos. Neste caso não é aluno, ele é que é o professor nesta matéria, em relação aos meus conhecimentos, porque ele é que é especialista e ele é que tem formação académica.

Mas, Sr. Deputado, veja bem, aqui o que refere o PAN, e o PAN é que fará a defesa deste diploma, mas o Sr. Deputado suscitou dúvidas e eu estou a debater as suas dúvidas também por uma questão de aprofundar o debate sobre esta matéria. Acho que, como colocou aqui um conjunto de dúvidas, vale a pena discutir e apresentar um conjunto de argumentos. Diz aqui que tem dúvidas em relação a esta matéria, mas a formulação aqui é a seguinte: não se consideram

rendimentos de trabalho dependente um conjunto de alíneas. E, depois, veja bem, as remunerações complementares regionais auferidas pelos trabalhadores que exercem funções públicas na Administração Pública Regional e Local da Região Autónoma dos Açores, etc. Eu não vejo onde é que está o problema técnico desta formulação. Eu não vejo onde é que possa estar o problema técnico desta formulação. Se assim for, V. Exa. fará o favor de ser mais explícito ou mais convincente na sua segunda intervenção.

Bem, da parte do PPM, nós estamos convencidos que este é um contributo positivo, é um contributo positivo que soma ao aumento histórico da remuneração complementar regional que este Governo está a preparar. É mais um contributo. Não terá um impacto muito significativo, mas nós, nestas circunstâncias tão difíceis que a população dos Açores está a enfrentar, valorizamos todos os contributos, por mais pequenos que eles sejam, mas somam, somam ao enorme esforço que o Governo Regional está a fazer no âmbito dos documentos orçamentais que irá aqui apresentar daqui a um mês.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvimos o Grupo Parlamentar do PS a dar um argumento técnico e outro argumento político. O argumento técnico, obviamente, tem dúvidas. E tenho que respeitar, obviamente, apesar de ter uma opinião diferente, mas respeito sobre essa interpretação que o Sr. Deputado Carlos Silva fez.

Agora, o argumento político já me está a custar um pouco mais. Era o PS que tinha que dizer alguma coisa. E, obviamente, de vez em quando servem os pareceres dos sindicatos, há outras alturas em que não servem absolutamente

nada. Mas o mais engraçado desse argumento era que o PAN está a criar uma injustiça enorme, na Região Autónoma dos Açores, a todos os trabalhadores. O PAN, com esta medida, que é um passo, e eu admito, é um passo pequeno, não vai mudar radicalmente a vida das pessoas. Vai mudar, sim, vários passos em unísono. Isso sim é aquilo que todas as famílias precisam, de um Parlamento, não é só de um partido, é de todos os partidos a pensarem em conjunto para darmos soluções a todas as famílias açorianas. Mas o mais engraçado relativamente a esse argumento era a injustiça, a discriminação que o PAN estava a fazer sobre todos os trabalhadores. Isto dito pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tivemos um intervalo forçado no Parlamento, e muito bem, para irmos ouvir a manifestação dos assistentes operacionais relativamente aos programas ocupacionais que o Grupo Parlamentar do PS fez. Mas não há injustiça absolutamente nenhuma. Nós não ouvimos nenhuma injustiça de todos os assistentes operacionais nas escolas públicas e do que se está a passar. Mas o problema é do PAN e supostamente da isenção da tributação da remuneração complementar. Muito bem, Sr. Deputado Carlos Silva e Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar às votações...

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, eu não disse que era uma injustiça enorme, disse que poderia gerar injustiças. Disse e reafirmo. E comprovei aquilo que disse com a nossa posição. E é legítima, como o Sr. Deputado disse. E espero que a respeite, como nós também respeitamos a sua iniciativa. Mas temos dúvidas, é assim que funciona a democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem dúvidas de há dois anos para cá, antes não tinha!

O Orador: E, portanto, é essa a razão por que nós não vamos votar contra, é porque temos dúvidas sobre a operacionalidade da mesma.

Relativamente àquilo que disse, ao exemplo que de certa forma trouxe, mas posso não ter sido muito claro sobre o mesmo, vamos clarificar: considerando que um funcionário público regional tem uma remuneração base de 900 euros e que recebe, a título de exemplo, para simplificar, 100 euros de remuneração complementar, tem um salário global de 1000 euros, certo? Com essa proposta, o que é que está em causa? Passaria a ser tributado apenas sobre 900 euros, correto? Um funcionário público, eventualmente, que não receba remuneração complementar, com um vencimento de outra natureza, mas imaginemos 1000 euros, paga sobre quanto? 1000 euros.

O subsídio de insularidade que falámos aqui na proposta anterior, paga ou não paga IRS?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se pode inventar exemplos!

O Orador: Tem razão, Sr. Deputado.

Um funcionário de uma empresa privada com um vencimento de 1000 euros paga sobre quanto, sobre 900 ou sobre 1000? Paga sobre 1000. E então? Mas o profissional público regional paga sobre 900 e recebe 1000. É desse exemplo que estamos a falar. Temos dúvidas sobre esse enquadramento. É só isso.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se me permite... O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez menção ao n.º 1 do artigo 2.º do Código do IRS e perguntou qual era o problema, porque é que nós achávamos que não havia o enquadramento de incluir uma alínea g) que dissesse que as remunerações complementares regionais devem ficar excluídas de tributação ao abrigo desse artigo. E a pergunta que eu faço: o Sr. Deputado foi verificar o que é que dizem as restantes alíneas? Verificou? E o que

é que diz? E então, qual é a dúvida? Qual é a dúvida?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor já leu!

O Orador: Estamos a comparar uma remuneração complementar regional, que é classificada como rendimento de trabalho dependente, como contribuições para a Segurança Social feitas pela entidade patronal, com benefícios com creches e vales de infância, com prestações relacionadas com ações de formação, com o custo dos passes sociais, com custos com seguros de saúde. Sr. Deputado, qual é a dúvida?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho apenas mais uma vez para, de certa forma, repor um pouco aquele que foi o sentido da minha intervenção, principalmente porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu algo que eu não disse. Eu não disse que a proposta era pouquinho, disse que não era a forma mais eficaz e imediata de garantir rendimentos aos trabalhadores, neste caso da Administração Pública Regional, no imediato.

E se aparecer uma proposta para o fazer, neste momento, aprovamos um aumento da remuneração complementar. E, dessa forma, efetivamente, só depende de nós, não depende da Assembleia da República e pode ser feito aqui e já. E estamos cá para isso. Por isso, parece-nos que será a forma, seja agora, seja no Orçamento, seja nos momentos que forem adequados e que entenderem adequados. Estamos cá para analisar. E, obviamente, consideramos que aquilo que pode ser feito ao

nível da remuneração complementar ainda não foi feito.

Mas eu queria também precisar aqui a questão da injustiça relativa que eu julgo que esta medida cria. O Estado, enquanto entidade patronal, ou a Região, enquanto entidade patronal, tem todo o direito, como é óbvio, de remunerar os trabalhadores da Administração Pública da forma que entende, ou seja, tem direito a lhes pagar um salário, por exemplo, acima daquilo que é o salário praticado no setor privado. Tem esse direito. É uma entidade patronal e decide como é que remunera os seus trabalhadores. Aquilo que está aqui em causa é uma coisa diferente, é o Estado, enquanto, obviamente, entidade que é competente por cobrar impostos, para aplicar naquilo que o Estado também entende, naquilo que os Parlamentos decidem, o Estado não pode tratar de forma diferente trabalhadores consoante a sua entidade patronal, não pode taxar os seus salários conforme a sua entidade patronal. Ou seja, não nos parece de forma alguma justo que um trabalhador, e já foi aqui dado um exemplo, com níveis remuneratórios idênticos na Administração Pública ou no sector privado sejam taxados de forma diferente. Ao mesmo salário deve corresponder a mesma a tributação em sede de IRS. E é este o problema de fundo com esta proposta, é criar uma remuneração que é trabalho dependente, como é óbvio, mas será isenta de IRS, o que não acontece no setor privado.

Esta questão da igualdade sobre a tributação e a forma como o Estado tem que tratar os trabalhadores de igual forma não nos parece que seja o melhor caminho para combater ou mitigar os efeitos da inflação. Há muitos outros caminhos, certamente. E cá estamos disponíveis para a avaliar todas as propostas que apareçam nesse sentido. Temos feito as nossas e há, certamente, Grupos e Representações Parlamentares que terão outras ideias e outros caminhos. E cá estamos para avaliar propostas que efetivamente cumpram melhor este objetivo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, Sr. Deputado Carlos Silva, temos aqui opiniões diferentes sobre esta matéria. Em primeiro lugar, eu considero que os seus argumentos, levados ao limite, colocariam a própria remuneração complementar regional em causa, tendo em conta, diz V. Exa., a injustiça criada entre públicos e privados. Portanto, esse seu raciocínio, se o utilizarmos para a analisar a própria remuneração complementar, colocaria em causa, portanto, a própria remuneração complementar. Não percebo como é que V. Exa. acha que não coloca em causa a remuneração complementar regional, mas já acha que coloca em causa no âmbito da retirada da carga fiscal sobre a remuneração complementar regional. Ponto número um.

Ponto número 2: eu considero que é lícito.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse que não era.

O Orador: Se os legisladores consideram que é importante, é fundamental criar uma remuneração complementar regional e atribuir-lhe um determinado valor, eu não percebo porque é que a Região deve ficar com uma parte desse esforço. Se o nosso objetivo é criar, dar esse conjunto de apoios, eu considero que é positivo que não se retire qualquer receita fiscal desse apoio. Então, estamos a dar com uma mão e a tirar com a outra.

Deputado António Lima (BE): Em todo o salário é assim!

O Orador: No caso da remuneração complementar.

Agora, há aqui outra questão. Eu percebo, Sr. Deputado Carlos Silva. Depois, também em relação ao argumento técnico, sendo V. Exa. especialista, o legislador, se considerar que deve colocar mais este condicionalismo, nada o

impede. Não vejo que exista aqui nenhuma inconstitucionalidade nem nenhum erro do ponto de vista legislativo. Aliás, a própria Mesa também não encontrou, em relação a esta matéria, qualquer ilegalidade. Portanto, eu não vejo que exista aqui qualquer ilegalidade. Eu não vejo. A Mesa não viu? E quem o analisou também não viu. Portanto, V. Exa., aqui, é o único que vê a ilegalidade. Mas vê a ilegalidade, é o pode, não tem certezas. O senhor o que diz é que pode significar. Também tem aqui um condicionalismo em relação a esta matéria. Bom, eu não vejo, do ponto de vista técnico, que V. Exa. tenha razão. Não vejo que V. Exa. tenha razão. É tão simples como isto.

Concluindo, o que eu vejo, Sr. Deputado, é o vosso apego à carga fiscal, à pressão fiscal sobre as populações. É ideológico, Sr. Deputado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é, não!

O Orador: É ideológico, Sr. Deputado. Os senhores acham que é esmagando a população com pressão fiscal que alcançam os vossos objetivos do ponto de vista macroeconómico. Aí é que está a diferença. Por isso é que colocam... Uma taxa turística? Estamos a favor. Uma isenção fiscal? Estamos contra. Há aqui claramente uma linha que nos separa. V. Exas. têm um deus ideológico e chama-se impostos. É a vossa crença. É o vosso credo. São impostos, mais impostos e apegam-se aos impostos. E o que aqui está é isso, é o amor, o amor que V. Exas. têm aos impostos e à pressão fiscal sobre a população. Essa é a vossa posição de fundo que explica a vossa posição específica nesta matéria, neste diploma.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado,

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir mais, mas, sinceramente, o assunto convida a tal. Quer dizer,

o que está aqui em causa, para que as pessoas lá em casa percebam, é que a medida que se pretende aprovar aqui é criar a possibilidade de parte dos funcionários públicos pagarem menos IRS e não há uma medida de igual teor para quem trabalha para o privado. Ou seja, o que nós estamos dizendo a quem trabalha para o privado nesta terra é que já não bastava terem uma carga horária superior a quem trabalha para a função pública, já não bastava terem uma insegurança laboral maior do que quem trabalha para a função pública, já não bastava terem uma proteção social incomparavelmente pior do que quem trabalha para a função pública, agora ainda se vai criar aqui uma medidazinha que vai permitir que parte dos funcionários públicos paguem menos um bocadinho de IRS, enquanto os outros, olhe, os outros amanhem-se.

Como disse o Sr. Deputado Carlos Silva, e bem, um indivíduo que ganhe 1000 euros no privado paga o IRS na totalidade e o que trabalha para o Estado vai pagar sobre 900 e os outros 100 euros ficam de fora.

Se é assim que querem fazer justiça, se é assim que querem que a sociedade funcione, e com o liberalismo que o Sr. Deputado Nuno Barata defende, temos aqui muita gente a candidatar-se a ser funcionário público, porque ser funcionário do privado em circunstâncias dessas desencoraja qualquer um.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Terminarei, Sr. Presidente.

Quando estamos aqui precisamente a defender uma discriminação positiva deixando de boa parte da população de fora, sinceramente, eu acho que não estamos aqui a fazer nada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Até amanhã. Boa noite a todos.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: N.º 280/XV (PS) – Cria o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de Terras – Audição n.º 132/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 - 15

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 06;

Assunto: N.º 283/XV (PCP) –Aprova a orgânica da Polícia Marítima – Audição n.º 133/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 - 15

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 06;

Assunto: N.º 297/XV (BE) – Cria o Banco Público de Terras Agrícolas – Audição n.º 134/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 - 22

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 12;

Assunto: N.º 324/XV (PSD) – Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o Continente - Audição n.º 138/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 - 29

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 19;

Assunto: N.º 350/XV (PCP) - Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) - Audição n.º 141/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 10 - 14

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2022 – 11 – 03;

Assunto: N.º 349/XV (PSD) - Define o regime transitório de regularização dos edifícios sede e similares das associações sem fins lucrativos - Audição n.º 142/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 –10 - 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2022 – 11 – 03.

2 – Propostas de Lei:

Assunto: N.º 31/XV (GOV) - Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos - Audição n.º 130/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 04;

Assunto: N.º 32/XV (GOV) - Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de

embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas (UE) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233 - Audição n.º 131/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 04;

Assunto: N.º 34/XV (GOV) - Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário, transpondo a Diretiva 2020/1057 e criando o respetivo regime sancionatório - Audição n.º 137/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 18;

Assunto: N.º 38/XV/1.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2023 - Audição n.º 139/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 25;

Assunto: N.º 37/XV (GOV) – Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 - Audição n.º 140/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 10 – 11

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 31.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: N.º 232/XV (PSD) - Recomenda ao Governo a necessidade de reforçar e majorar estruturalmente o financiamento das Universidades dos Açores e da Madeira - Audição n.º 135/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 13;

Assunto: N.º 234/XV (PSD) - Extensão das medidas extraordinárias de apoio ao transporte ferroviário de mercadorias no continente ao transporte marítimo e aéreo de mercadorias de e para as regiões autónomas - Audição n.º 136/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 23

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 13.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (UE) n.º 2019/1021, relativo a poluentes orgânicos persistentes - MAAC - (Reg.

DL 71/XXIII/2022) - Audição n.º 81/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 09 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 03.

5 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Que aprova o Programa Nacional de Habitação para o período 2022-2026 - PCM (MIH) - (Reg. PL 146/XXIII/2022) - Audição n.º 82/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2022 – 10 – 04.

6 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 67/XII

Assunto: [Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS/PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 14;

N.º 68/XII

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 17;

N.º 69/XII

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 19;

N.º 70/XII

Assunto: [Apoio Regional para Produtos de Apoio, ARPA](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 10 – 26;

N.º 71/XII

Assunto: [Regime Jurídico de Proteção e Conservação do Arvoredo](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 31;

N.º 72/XII

Assunto: [Regime Jurídico de Classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 31.

7 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 44/XII

Assunto: [Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores - PROENERGIA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 10 – 17.

8 – Projetos de Resolução:

N.º 136/XII

Assunto: [Gestão de Resíduos de Plástico do Fluxo Agrícola da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de parecer: 2022 – 10 – 27;

N.º 137/XII

Assunto: [Plano de valorização da “Viola da Terra” na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de parecer: 2022 – 11 – 10;

N.º 138/XII

Assunto: [Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de parecer: 2022 – 11 – 10.

9 – Proposta de Resolução:

N.º 10/XII

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2022– 09 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas

10 – Petições:

N.º 40/XII

Assunto: Revogação da taxa turística regional

Proveniência: Rui Correia, Presidente da Associação do Alojamento Local dos Açores (ALA)

Data de Entrada: 2022– 09 – 16

Comissão: Economia

Data-Limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 41/XII

Assunto: Pela audição em sede de Comissão de Assuntos Sociais, ou em Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), do médico oncologista Sr. Doutor Rui San-Bento Almeida

Proveniência: Maria José Correia Cabral

Data de Entrada: 2022– 10 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 42/XII

Assunto: Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Proveniência: Paulo Alexandre Jacob Cristóvão Cebola

Data de Entrada: 2022– 10 – 10

Comissão: Política Geral

Data-Limite de parecer: Em processo de admissão.

11 – Requerimentos:

Assunto: [Governo atrasa as candidaturas dos Programas Estagiar](#)

Autores: Marta Matos, Vilson Ponte Gomes e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14

Referência: 54.02.00 – N.º 459/XII;

Assunto: [Aeródromo da Ilha do Corvo 4](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Referência: 54.07.09 – N.º 460/XII;

Assunto: [Memorando de entendimento assinado entre o Instituto Geográfico Nacional de Espanha e o Governo Regional dos Açores sobre o projeto RAEGE](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 461/XII;

Assunto: [Parecer do Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira citado na Resolução do Conselho do Governo n.º 136/2022, de 5 de agosto de 2022](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 462/XII;

Assunto: [Associação Nacional de Bombeiros Profissionais](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16

Referência: 54.09.00 – N.º 463/XII;

Assunto: [Compra de fuelóleo pela EDA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 464/XII;

Assunto: [Projeto referente à proteção da costa da falésia adjacente à Vila do Corvo](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 465/XII;

Assunto: [Saldos globais do primeiro semestre indiciam degradação das contas públicas regionais e do défice da Região em 2022](#)

Autores: Carlos Silva, José Ávila e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 466/XII;

Assunto: [Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19

Referência: 54.08.00 – N.º 467/XII;

Assunto: [Estrada Regional n.º 3-2.ª Transversal na ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19

Referência: 54.01.05 – N.º 468/XII;

Assunto: [Governo continua a incumprir a atribuição dos apoios às atividades culturais relativos ao ano de 2022](#)

Autores: Marta Matos, Ana Luís, Célia Pereira e Sandra Dias Faria (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 469/XII;

Assunto: [Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Jovens nos Açores](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22

Referência: 54.08.00 – N.º 470/XII;

Assunto: [Assistentes operacionais e assistentes técnicos em exercício de funções nas unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional Público](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 471/XII;

Assunto: [Projetos do Miradouro das Eiras do Maranhão e de requalificação do Miradouro do Caldeirão não avançam](#)

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 23

Referência: 54.02.09 – N.º 472/XII;

Assunto: [Casa do Pilar – Horta, Faial](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 23

Referência: 54.06.07 – N.º 473/XII;

Assunto: [Distribuição de apoio às famílias em situação de grave carência alimentar](#)

Autores: Célia Pereira, Ana Luís, Marta Matos, Maria Isabel Teixeira, Tiago Lopes e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 474/XII;

Assunto: [Ausência do Governo dos Açores da visita do Presidente da República às comunidades açordescendentes na Califórnia](#)

Autores: Berto Messias e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 475/XII;

Assunto: [Governo Regional não entregou no prazo estabelecido os Planos de Gestão e Risco de Corrupção e Infrações Conexas](#)

Autores: Berto Messias, Maria Isabel Teixeira, Tiago Branco e Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 476/XII;

Assunto: [Assistentes Operacionais nas escolas da Ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28

Referência: 54.01.05 – N.º 477/XII;

Assunto: [Inação do governo está a colocar em causa a operacionalidade do Porto da Madalena](#)

Autores: Mário Tomé e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 29

Referência: 54.02.06 – N.º 478/XII;

Assunto: [Relatório de atos inspetivos](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03

Referência: 54.03.02 – N.º 479/XII;

Assunto: [O estranho caso do estudo sobre o transporte marítimo inter-ilhas promovido pelo Governo Regional](#)

Autores: Carlos Silva, João Vasco Costa, Berto Messias, José Ávila, Maria Isabel

Teixeira, Mário Tomé, Tiago Branco e José Gabriel Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 480/XII;

Assunto: [Governo extingue medida promotora do emprego jovem](#)

Autores: Célia Pereira, José Contente e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 481/XII;

Assunto: [Governo ainda não avançou com intervenções junto à foz da ribeira da Freguesia da Feteira, ilha do Faial](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07

Referência: 54.02.07 – N.º 482/XII;

Assunto: [Caracterização da prestação de cuidados em serviço de urgência a adultos e em urgência pediátrica](#)

Autores: Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07

Referência: 54.01.02 – N.º 483/XII;

Assunto: [Número de crianças em creche e respetiva lista de espera](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 484/XII;

Assunto: [Contratos de avença e contratos de prestação de serviços na](#)

Administração Pública Regional

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 485/XII;

Assunto: Rastreio do Cancro do Pulmão nos Açores

Autores: Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 486/XII;

Assunto: Profissionais de saúde em funções nas unidades orgânicas do sistema educativo regional

Autores: Flávio Soares, Sabrina Furtado, Joaquim Machado, Délia Melo, Ana Quental e Salomé Matos (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 487/XII.

12 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: Governo continua a não responder às questões sobre o enquadramento legal para aumento da dívida da Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 422/XII;

Assunto: Fajã da Caldeira de Santo Cristo está "sem rei nem roque"

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 12

Referência: 54.02.05 – N.º 423/XII;

Assunto: [Apoio à Manutenção de postos de trabalho II](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 12

Referência: 54.09.00 – N.º 428/XII;

Assunto: [Queijaria o Morro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 12

Referência: 54.09.07 – N.º 449/XII;

Assunto: [Falta de ar condicionado no aeroporto da ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15

Referência: 54.09.06 – N.º 451/XII;

Assunto: [Manuais Escolares Digitais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16

Referência: 54.10.00 – N.º 452/XII;

Assunto: [Regulamentação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16

Referência: 54.10.00– N.º 455/XII;

Assunto: [Mitigação dos efeitos da inflação na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 429/XII;

Assunto: [Transporte de doentes inter-ilhas assegurado pela SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 441/XII;

Assunto: [Dados sobre Violência Obstétrica na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 440/XII;

Assunto: [Distribuição de refeição escolar no atual período de férias letivas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 447/XII;

Assunto: [Apoios para doentes Machado-Joseph e seus cuidadores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 21

Referência: 54.09.00 – N.º 450/XII;

Assunto: [Urgências do Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 21

Referência: 54.10.03 – N.º 453/XII;

Assunto: [Novo diretor de informática do HDES](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 29

Referência: 54.06.02 – N.º 454/XII;

Assunto: [Parecer do Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira citado na Resolução do Conselho do Governo n.º 136/2022, de 5 de agosto](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 462/XII;

Assunto: [Estrada Regional n.º 3-2.ª Transversal na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 468/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre a nova unidade de saúde primária do Livramento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.02.02 – N.º 438/XII;

Assunto: [Graciosenses sem serviço de urgência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.02.04 – N.º 457/XII;

Assunto: [Situação desumana de dois cidadãos na Fajã dos Vimes, ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.10.05 – N.º 458/XII;

Assunto: [Governo atrasa as candidaturas dos Programas Estagiar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 459/XII;

Assunto: [Aeródromo da Ilha do Corvo 4](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 460/XII;

Assunto: [Associação Nacional de Bombeiros Profissionais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.09.00 – N.º 463/XII;

Assunto: [Compra de fuelóleo pela EDA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 464/XII;

Assunto: [Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04

Referência: 54.08.00 – N.º 467/XII;

Assunto: [Contratações no Grupo Sata](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17

Referência: 54.09.00 – N.º 456/XII;

Assunto: [Memorando de entendimento assinado entre o Instituto Geográfico Nacional de Espanha e o Governo Regional dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17

Referência: 54.06.00 – N.º 461/XII;

Assunto: [Governo continua a incumprir a atribuição dos apoios às atividades culturais relativos ao ano de 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 469/XII;

Assunto: [Projetos do Miradouro das Eiras do Maranhão e de Requalificação do](#)

[Miradouro do Caldeirão não avançam](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17

Referência: 54.02.09 – N.º 472/XII;

Assunto: [Casa do Pilar – Horta, Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17

Referência: 54.06.07 – N.º 473/XII.

13 – Informações:

Assunto: Of. XV-616/GPAR-cs-E5056 a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Congratulação pela eleição de Vasco Cordeiro como Presidente do Comité Europeu das Regiões

Proveniência: P'la Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Maria José Ribeiro

Data de Entrada: 2022 – 09 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e respetivos documentos de apreciação e certificação das referidas contas, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Proveniência: Nuno Henrique Oliveira Pimentel, Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informação factual sobre a participação relativa a ilegalidades subjacentes nos procedimentos de administração, segurança e farmacovigilância das vacinas COVID-19 em menores

Proveniência: Movimento pelas Crianças e Jovens na Pandemia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 14 de setembro de 2022, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 37/XII – Pela preservação do complexo da Lagoa do Fogo

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de outubro de 2022, que versará sobre a atividade social, económica e cultural da ilha de S. Jorge

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Protocolo assinado entre o Conselho Económico e Social dos Açores e o Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII (PS) – Rede de nómadas digitais dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 119/XII (CDS-PP) – Nómadas Digitais, ambos até 21 de novembro de 2022, bem como da Petição n.º 32/XII – Exposição dos Funcionários sobre CA – USIC, até 5 de dezembro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 53869695, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Flávio da Silva Soares, preste declarações como testemunha no âmbito do Processo Comum (Tribunal Coletivo) 62/22.0JAPDL, que corre termos no Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada

Proveniência: Maria Manuela Miranda Flores e Gomes, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 63/XII (IL) – Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA e 65/XII (BE) - Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo, até 3 e 7 de outubro, respetivamente, do Projeto de Resolução n.º 132/XII (PS) – Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores, até 3 de outubro de 2022, bem como da Anteproposta de Lei n.º 14/XII (PAN) - Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional, até 13 de outubro de 2022

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 20;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 111/XII (IL) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores (PASA)

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 09 – 20;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.R., a Dra. Maria Teresa

Fortuna de Faria Ribeiro Cândido e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição da indigitada

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22;

Assunto: Ofício S-CNE/2022/6305, a remeter a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o Relatório da Atividade da XVI CNE – 23020-2022

Proveniência: José Vítor Soreto de Barros, Presidente da Comissão Nacional de Eleições

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22;

Assunto: Informação enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, dando conta do pedido de cessação de funções do atual relator da Comissão Especializada Permanente de economia, Deputado Vilson Ponte Gomes, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2022, por motivos de ordem pessoal

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22;

Assunto: Ofício S/140/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que, em virtude do pedido de cessação de funções do anterior Relator, o Grupo Parlamentar do PS apresenta a candidatura da Deputada Patricia Maria Melo Miranda a Relatora da Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir do dia 26 de setembro de 2022, bem como a sua declaração

de aceitação

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22;

Assunto: Ofício P. 54_12097 a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação pela Eleição de Vasco Cordeiro como Presidente do Comité Europeu das Regiões

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República

Data de Entrada: 2022 – 09 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 124/XII (PS) – “Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores “, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII – “Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento” e da Petição n.º 31 – “Pelo fornecimento de água para consumo humano e energia elétrica no Largo Jaime Melo”

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 26 de setembro de 2022, a Comissão de Economia deliberou admitir a Petição n.º 40/XII – Revogação da taxa turística regional

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada

Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII (GOV) – Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional, até 25 de novembro de 2022 e das Petições n.ºs 35/XII – Pela manutenção de todos os cargos que o Dr. Salgado de Almeida desempenha na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo (USIC), até 14 de novembro de 2022 e 26/XII – Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, até 28 de novembro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 27;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional dos Açores, com resposta oral, no período legislativo de outubro de 2022, que incidirá sobre a estratégia regional para a energia

Proveniência: Pedro Neves, Deputado Regional da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 27;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII (PS) – Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (organização e funcionamento dos serviços de saúde da

Região Autónoma dos Açores), até 2 de dezembro de 2022 e do Projeto de Resolução n.º 91/XII (BE) - Medidas de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, até 2 de dezembro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2022/257 a enviar as Demonstrações Financeiras referentes ao 2.º trimestre de 2022 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 09 – 28;

Assunto: Correio eletrónico com a referência P6224/2022 (SGD) a enviar cópia da Ata n.º 21 e respetivos anexos da reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do CAPF

Data de Entrada: 2022 – 09 – 30;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de outubro de 2022, que versará sobre a atividade social, económica e cultural da ilha de S. Jorge e que incidirão sobre a importância do desenvolvimento social, as especificidades geográficas e ambientais e as atividades fundamentais ao desenvolvimento e crescimento económico, informando que o número de perguntas para cada um dos quesitos será de três

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03;

Assunto: Correio eletrónico com a referência n.º S-045 a agradecer o facto da ALRAA se ter associado ao Congresso dos Engenheiros Técnicos dos Açores através da representação pela Senhora Vice-Presidente que, gentilmente aceitou presidir à sessão de abertura do evento

Proveniência: Luís R. Santos, Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03;

Assunto: Convite enviado por correio eletrónico para a Sessão Comemorativa do 29.º Aniversário da APADIF

Proveniência: Eugénia Porto, Secretária da APADIF

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07;

Assunto: Ofício n.º 1229-ST a remeter, para conhecimento, o Anteprojeto de Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativa a 2021, enviado para efeitos de contraditório, à Senhora Secretária-Geral da Assembleia Legislativa, enquanto Presidente do Conselho Administrativo, através do ofício 1228-ST

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07;

Assunto: Envio por correio eletrónico das Propostas para o caderno reivindicativo da Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Melissa Peixoto, Técnica Superior do Gabinete de Apoio à

Presidência da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial

Data de Entrada: 2022 – 10 – 03;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 42/XII – Aprova a alteração do programa Regional da Água dos Açores e 43/XII – Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 e do Projeto de Resolução n.º 134/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Aproveitamento e Gestão dos Recursos Hídricos em Altitude – Lagoa do Paul, até 10 de novembro de 2022 e dos Projeto de Resolução n.ºs 125/XII (BE) – Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha e 127/XII (PAN) – Defesa do Oceano e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e proteção das fontes hidrotermais do “Mar dos Açores, ambos até 7 de novembro de 2022

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10;

Assunto: Devolução a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do Decreto Legislativo n.º 22/2022 – Procede à Organização do Trabalho Médico Suplementar nos Serviços de Urgência e de Atendimento Permanente do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, bem como mensagem fundamentada solicitando reapreciação do diploma

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional dos Açores, com resposta oral, no período legislativo de outubro de 2022, que incidirá sob o tema da estratégia regional para a energia, nomeadamente para a mobilidade, para as energias renováveis e não renováveis e para a mitigação do impacto da crise energética

Proveniência: Pedro Neves, Deputado Regional da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 10 – 11;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os documentos aprovados na 4.^a reunião ordinária do Plenário do CESA e a dar conhecimento que na mesma reunião foi eleita Presidente da Comissão Especializada Permanente para acompanhamento do PRR-Açores a Dra. Maria Alexandra Mota Coutinho de Bragança

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 10 – 11;

Assunto: Solicitação de substituição na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII (PS) - Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores), com proposta de substituição aprovada em reunião da Comissão de Assuntos Sociais a 10 de outubro de 2022,

e remessa da mesma à ALRAA para colaborar na preparação da agenda do Plenário de outubro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição de data para a realização de diligência, solicitando autorização para que o Senhor deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa seja ouvido como testemunha, no âmbito do Proc.º 41125/21.2YIPRT, no próximo dia 23 de novembro de 2022

Proveniência: Dra. Luísa Maria de Sá Vieira de Sousa, Meritíssima Juiz de Direito do Tribunal da Comarca dos Açores, Juízo Local e Cível de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2022 – 10 – 13;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA, até 28 de outubro de 2022

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 13;

Assunto: Requerimento para apresentação em plenário do Projeto de Resolução

n.º 138/XII - Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17.

14 – Relatórios:

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Délia Maria Melo](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 29/XII – Por uma tarifa reduzida para o transporte de animais doentes inter-ilhas](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 121/XII – Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 26;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XII \(PAN\) – Comparticipação de despesas na aquisição de produtos ou serviços médico-veterinários](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Flávio da Silva Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum \(Tribunal Coletivo\) n.º 62/22.0JAPDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Que assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento \(UE\) n.º 2019/1021, relativo a poluentes orgânicos persistentes – MAAC” - \(Reg. DL 71/XXIII/2022\) - Audição n.º 81/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/XII \(PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/PAN\) – Regime Jurídico de Classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 14;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação Esp. Cump. Obrig. DL n.º 269/98 \(Superior Alçada 1.ª Inst.ª\) 41125/21.2YIPRT](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII \(PAN\) – Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 37/XII – Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17.

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Proceda à alteração ao 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e ao Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente – MIH - \(Reg. DL 144/XXII/2022\) - Audição n.º](#)

[79/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 09 – 19;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 30/XII – Obra do Ramal que liga a Maia à Lombinha da Maia](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 32/XV \(GOV\) – Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas \(UE\) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233 - Audição n.º 131/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Proposta de Lei que – Aprova o Programa Nacional de Habitação para o período 2022-2026 – PCM \(MIH\) - \(Reg. PL 146/XXII/2022\) - Audição n.º 82/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 283/XV \(PCP\) – Aprova a orgânica da Polícia Marítima - Audição n.º 133/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06.

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Funcionamento de cantinas e bufetes escolares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 29;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII – Regime de políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 119/XII \(CDS-PP\) – Nómadas Digitais](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII \(PS\) – Rede de Nómadas Digitais dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 232/XV \(PSD\) - Recomenda ao Governo a necessidade de reforçar e majorar estruturalmente o financiamento das Universidades dos Açores e da Madeira - Audição n.º 135/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Da Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta – E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 117/XII \(CDS-PP\) – Condição pós-COVID-19](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII \(PS\) – Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 14;

Assunto: [Sobre a reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022 – Proceda à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 14;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 31/XV \(GOV\) – Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas \(UE\) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos- Audição n.º 130/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 11/XII \(BE\) – Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 12/XII \(Deputado Independente\) – Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 33/XII – Por um turismo verdadeiramente sustentável nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII \(BE\) – Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 114/XII \(CH\) – Recomenda ao Governo Regional intervenção junto dos CTT contra encerramento de lojas CTT nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 120/XII \(CH\) – Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 280/XV \(PS\) – Cria o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de terras - Audição n.º 132/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 116/XII \(DI\) – Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transportes coletivos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 14/XII \(PAN\) – Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 297/XV \(BE\) – Cria o Banco Público de Terras Agrícolas - Audição n.º 134/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 132/XII \(PS\) – Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 234/XV \(PSD\) – Extensão das medidas extraordinárias de apoio ao transporte ferroviário de mercadorias no continente ao transporte marítimo e aéreo de mercadorias de e para as regiões autónomas - Audição n.º 136/XII - AR](#)

Proveniência: **Subcomissão da** Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 111/XII \(IL\) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores \(PASA\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17.

15 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 77, 78, 79 e 80 bem como a Separata n.º 31.

Os redatores, Sónia Furtado e André Silva